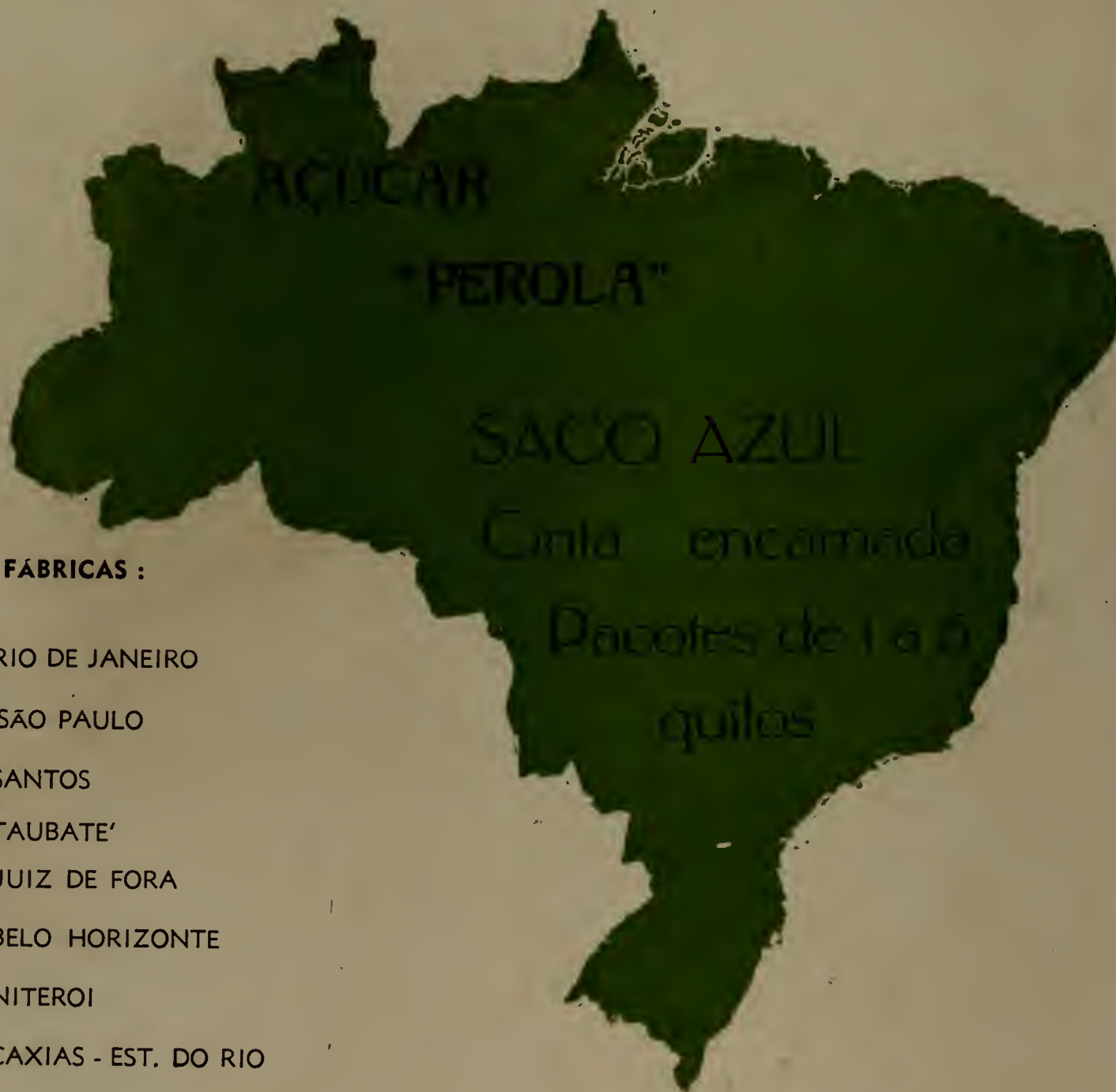


Companhia Usinas Nacionais



FÁBRICAS :

- RIO DE JANEIRO
- SÃO PAULO
- SANTOS
- TAUBATE'
- JUIZ DE FORA
- BELO HORIZONTE
- NITEROI
- CAXIAS - EST. DO RIO

SEDE :

RUA PEDRO ALVES, 319
TELEGRAMAS "USINAS"
TELEFONE 43-4830
RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL



BRASIL

AÇUCAREIRO

ANO VIII — VOL. XVI — DEZEMBRO 1940 — N.º 6

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Criado pelos decretos ns. 22.789 e 22.981, respectivamente, de
1 de junho e 25 de julho de 1933

Expediente : nos dias uteis, de 9 horas às 11 e meia e de 13 e meia
às 17 horas. Aos sábados, de 9 às 12 horas

COMISSÃO EXECUTIVA

Delegado do Banco do Brasil — A. J. Barbosa Lima Sobrinho, presidente.
Delegado do Ministerio da Fazenda — Alberto de Andrade Queiroz, vice-presidente.
Delegado do Ministerio do Trabalho — Otavio Milanez.
Delegado do Ministerio da Agricultura — Alvaro Simões Lopes.
Delegado dos usineiros de Pernambuco — Alde Sampaio.
Delegado dos usineiros de São Paulo — José Inacio Monteiro de Barros.
Delegado dos usineiros do Estado do Rio — Tarcisio de Almeida Miranda.
Delegado dos usineiros de Alagoas — Alfredo de Maia.
Delegado dos baguezeiros e plantadores de cana — Moacir Soares Pereira.

CONSELHO CONSULTIVO

Delegado dos usineiros da Baía — Arnaldo Pereira de Oliveira, presidente.
Delegado dos plantadores de São Paulo — Romeu Cuocolo, vice-presidente.
Delegado dos usineiros da Paraíba — Luiz Veloso.
Delegado dos plantadores da Paraíba — Osvaldo Trigueiro.
Delegado dos plantadores de Pernambuco — Aderbal Novais.
Delegado dos plantadores de Alagoas — João Soares Palmeira.
Delegado dos plantadores de Sergipe.
Delegado dos usineiros de Sergipe — João Dantas Prado.
Delegado dos plantadores da Baía — José Augusto Lima Teixeira.
Delegado dos plantadores do Estado do Rio — Dermeval Lusitano de Albuquerque.
Delegado dos usineiros de Minas Gerais — Joaquim Azarias de Brito.
Delegado dos plantadores de Minas Gerais — José Pinheiro Brandão.

Sede: RUA GENERAL CAMARA, 19-4º, 6º e 7º ands.

Endereço telegráfico — COMDECAR — RIO DE JANEIRO — Caixa Postal, 420.

Fones: Presidencia, 23-6249; Vice-presidencia, 23-2935; Gerencia, 23-5189;
Contabilidade, 23-6250; Secretaria, 23-0796; Almoxarifado, 23-6253;
Alcool-motor, 23-2999; Estatística, 43-6343; Fiscalização, 23-6251;
Publicidade, 23-6252; Secção Jurídica, 23-6161; Funcionalismo, 43-6109;
Portaria, 43-7526, Gabinete Médico, 43-7208; Estudos Econômi-
cos, 43-9717.

Secção Técnica — Avenida Venezuela, 82 — Tel. 43-5297.

Depósito de alcool-motor — Avenida Venezuela, 98 — Tel. 43-4099.

DELEGACIAS REGIONAIS NOS ESTADOS

PARAIBA — Rua Barão do Triunfo, 306 — João Pessoa.

PERNAMBUCO — Av. Marquês de Olinda, 58 — 1.º — Recife.

ALAGOAS — Edifício da Associação Comercial — Maceió.

SERGIPE — Avenida Rio Branco, n.º 92, 1.º and — Aracajú.

BAÍA — Rua Miguel Calmon, 18-2.º and. — São Salvador.

RIO DE JANEIRO — Edifício Lizandro — Praça São Salvador — Campos.

SÃO PAULO — Rua da Quitanda, 96 — 4.º — São Paulo.

MINAS GERAIS — Palacete Brasil — Av. Afonso Pena — Belo Horizonte.

DISTILARIA CENTRAL DE PERNAMBUCO: Cabo — E.F. Great Western —
Pernambuco.

Endereços :

Postal — Caixa Postal, 97 — Recife

Telegráfico — DICENPER — Recife

DISTILARIA CENTRAL DO ESTADO DO RIO: Estação de Martins Lage —

E. F. Leopoldina.

Endereços :

Postal — Caixa Postal, 102 — Campos

Telegráfico — DICENRIO — Campos

Telefônico — Martins Lage 5.

SUMARIO

DEZEMBRO DE 1940

POLITICA AÇUCAREIRA	3
ANUARIO AÇUCAREIRO	4
PREPARAÇÃO DA CANA PARA MOAGEM	4
DIVERSAS NOTAS — Mercados internacionais — Excessos da produção do Estado do Rio — Açúcar para Portugal — Alcool motor — A defesa do açúcar banguê em Pernambuco — Financiamento do banguê de Alagoas — Distribuição de açúcar das usinas de Pernambuco e Alagoas — Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco — Uma retificação	5
PODE-SE EXTRAIR O ACUCAR DA TAMARA ?	10
MEMORIA SOBRE O PREÇO DO ASSUCAR — D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho	11
EXPORTAÇÃO	18
TENDENCIAS DO DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES DA INDUSTRIA ACUCAREIRA MUNDIAL NOS ULTIMOS 25 ANOS — Dr. Hugo Ahlfeld	19
DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I.A.A.	33
O DRAMA DOS CARBUBANTES	40
CRONICA ACUCAREIRA INTERNACIONAL	46
BALANCETE E ORCAMENTO DO I.A.A.	50
PLANO DE PREVISÃO DAS SAFRAS DE ACUCAR — Gileno Dé Carli ..	53
AUTARQUIAS	61
ACUCAR ENGARRAFADO	61
ATAS DA COMISSÃO EXECUTIVA DO I.A.A.	62
PODE A INDUSTRIA DIRIGIR-SE A SI MESMA ? — (Continuação) — O. W. Willcox	64
CARGA E DESCARGA MECANICA DE ACUCAR EM PERNAMBUCO ..	66
QUADROS DA SECCÃO DE ESTATISTICA DO I.A.A.	67
ALCOOL MOTOR — Acamenon Magalhães	71
CANAIAIS A IRRIGAR — Anelonio Sales	72
RENDIMENTOS DE VARIEDADES DE CANA EM PORTO RICO	72
PUBLICAÇÕES	73
COMENTARIOS DA IMPRENSA	74
INDICE ALFABETICO E REMISSIVO	76
EXPERIENCIA NA LUISIANA	98

ANUNCIOS

NOTICIAS DE PETREE & DORR	2
USINA SERRA GRANDE S/A.	10
SOCIEDADE CONSTRUCTORA DE DISTILARIA E INDUSTRIA CHIMICA LTDA.	13
LES USINES DE MELLE	44-45
E. G. FONTES & CIA.	49
CERA CRISTAL	55
GONÇALVES FONSECA & CIA.	60
LUIK & KLEINER LTDA.	66
COMPANHIA ANILINAS E PRODUTOS QUIMICOS DO BRASIL	71
TINTA SARDINHA	98
COMPANHIA USINAS NACIONAIS	Capa

Redação e Administração - RUA GENERAL CAMARA N.º 19 - 7.º Andar - Sala 12
Telefone - 23-6252 — Caixa Postal, 420

Diretor : MIGUEL COSTA FILHO

Redator principal : Joaquim de Melo

Redatores : Gileno Dé Carli, Teodoro Cabral, José Leite e Renato Vieira de Melo.

Noticias de Petree & Dorr

Apesar da guerra e das dificuldades de comunicação com o escritório central em Paris, a Soci t  de Sucr ries Br siliennes continua realizando seu programa de moderniza o e melhoramento dos processos nas Usinas, com a terceira encomenda para a instala o completa de Clarifica o COMPOSTA DORR no Engenho Central de Piracicaba.

- Em 1938 encomendou o equipamento de 2 clarificadores DORRS com turbomixers e distribuidor de cal para o Engenho de Vila Rafard.
- " 1939 encomendou equipamento id ntico para a instala o da CLARIFICA O COMPOSTA DORR no Engenho de Porto Feliz, e agora
- " 1940 uma instala o completa para o Engenho Central de Piracicaba.

Assim demonstra a Soci t  de Sucr ries Br siliennes sua satisfa o com a efici ncia e economia da Clarifica o Composta DORR. Pela elimina o dos filtros Philipps e outros processos intermediari s antigos tem ganho mais de mil quilogramas de a ugar di rios em cada engenho.

Tambem encomendaram um filtro Oliver 8 x 16, para o Engenho Central de Porto Feliz, do mesmo tamanho do filtro Oliver montado na Usina Amalia.

EQUIPAMENTO DE COBRE

A Casa Acme Coppersmithing & Machine Co. de Philadelphia, Am rica do Norte, tem enviado t cnicos de desenho e fabrica o de distil rias a visitar a Am rica do Sul, ficando varias semanas no Brasil. As pessoas interessadas em distil rias novas para alcool anidro ou superfino e altera es no equipamento existente devem escrever dando detalhes e especifica es dos aparelhos de que precisam or amento.

A Casa Acme instalou varias distil rias em Cuba, em Porto Rico, na Venezuela e na Russia, alem das instala es maiores da Am rica do Norte.

A Companhia Chimica Rhodia Brasileira encomendou varios aparelhos de cobre, a o inoxidavel, prata, etc., da Casa Acme Coppersmithing & Machine Co., achando vantajosos seus pre os e desenhos.

A Casa Petree & Dorr Engineers Inc. — a mesma de antes.

PETREE & DORR ENGINEERS INC.

120 WALL STREET, NEW YORK CITY

Caixa Postal 3623 — Telefone 26-6084

RIO DE JANEIRO

BRASIL AÇUCAREIRO

Orgão Oficial do
INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ANO VIII — VOL. XVI DEZEMBRO DE 1940

N.º 6

POLÍTICA AÇUCAREIRA

A exportação de açúcar pelo Brasil é um dos temas debatidos frequentemente na imprensa pelos que não conhecem ou, o que é peor, não querem conhecer as verdadeiras condições da nossa industria açucareira que, por produzir caro, não pode competir nos mercados externos com o similar de outros países, onde a mão de obra é mais barata e o aparelhamento agrícola-industrial mais rendoso.

Entretanto, é hoje facil obter-se qualquer informação a tal respeito, porque o Instituto do Açucar e do Alcool controla inteiramente esse ramo do comercio, mantendo publicações que podem ser consultadas pelos interessados.

Ainda agora a Secção de Estatística do I.A.A. está distribuindo uma dessas publicações, referentes à exportação pelo Instituto de açúcar, para o exterior, da safra de de 1939-40. Alem do retrospecto das exportações de 1931-32 a 1939-40, o trabalho contém diversos quadros sobre a exportação propriamente de 1939-40, compreendendo totais por procedencia e destino, relação dos compradores, quotas do equilibrio e de extra limites e Estados exportadores.

O cotejo das vendas de açúcar para o estrangeiro das safras de 1931-32 e seguintes com a 1939-40 demonstra que os resultados dessa última superaram os de todas, embora estejam longe de seduzir como negocio, não só porque ainda deixaram sensível prejuizo, como porque foram favorecidos pela guerra européia com o fechamento de outros mercados fornecedores. Em volume, essas vendas só foram excedidas pelas de 1935-36 — 1.722.501 sacos para essa e 1.007.322 para aquela. Ainda assim, em açúcar cristal, ultrapassaram a maior safra anterior, que foi a de 1932-33, pois atingiram 569.357 sacos contra 296.262.

Mas em valor a exportação de 1939-40 bateu o "record". O valor do açúcar exportado, inclusive preço de aquisição e mais despesas até o destino, montou a 35.685:057\$900. E o valor recebido das operações efetuadas alcançou 33.927:102\$00, de onde o "deficit" de 1.757:955\$300.

Para que melhor se perceba a significação desse "deficit", convem compará-lo com os das safras em apreço, a partir da de 1931-32, excluidas as de 1936-37 e de 1937-38, em que não houve exportação: em 1931-33, 6.573:189\$755; em 1933-34, 9.117:641\$090; em 1934-35, 21.555:963\$550; em 1935-36, 18.972:368\$250; em 1938-39, 7.783:155\$800 e em 1939-40, 1.757:955\$300.

Por outro lado, as diferenças do valor medio por unidade exportada acentuam mais os "deficits" verificados: em 1931-33, 8\$275; em 1933-34, 22\$520; em 1934-35, 21\$584; em 1935-36, 10\$983; em 1938-39, 8\$898 e em 1939-40, 1\$745. A média desses "deficits" é de 11\$324.

Os países importadores do açúcar brasileiro, na safra de 1939-40, foram Inglaterra, Bélgica, Suíça, França, Portugal e Uruguai. Desses os maiores compradores foram a Bélgica e a França, respectivamente, com 386.424 e 292.873 sacos, mas ambos se acham hoje afastados do comercio exterior pela ocupação alemã e o bloqueio inglês.

Os únicos Estados exportadores, na mesma safra, foram Pernambuco e Alagoas. O primeiro concorreu para a quota do equilibrio com 315.942 sacos de cristal e 33.868 de demerara e para a de extra-limites com 233.415 de cristal; o segundo, com 150.000 para a quota do equilibrio, 20.000 de cristal e 254.077 de demerara para a de extra-limites.

Cumpre esclarecer que as quantidades de extra-limites exportadas por Pernambu-

ANUARIO AÇUCAREIRO

O número do "Anuario Açucareiro", que sairá por estes dias, é o sexto desta publicação do Instituto do Açúcar e do Alcool. Divide-se esse órgão, que é por assim dizer um complemento de "Brasil Açucareiro", em duas partes: a parte estatística constituída por mais de duzentos quadros elaborados, com a proficiência habitual, pela Secção de Estatística do I.A.A., e abrangendo todos os aspectos da lavoura da cana e indústrias e comércio do açúcar e do alcool; e a parte de colaborações, na qual figuram os srs. Adrião Caminha Filho e Gileno Dé Carli, com os trabalhos intitulados, respectivamente, "O açúcar na economia humana" e "Estrutura dos custos de produção do açúcar". Alguns dos quadros estatísticos são ilustrados com gráficos a cores.

Aparecem ainda no "Anuario Açucareiro", de 1940, anúncios, grande número a cores, de empresas e fábricas nacionais e estrangeiras.

O consagrado pintor brasileiro Paulo Werneck, que é o autor da atual capa de "Brasil Açucareiro", fez igualmente para o "Anuario Açucareiro" uma bela capa.

PREPARAÇÃO DA CANA PARA MOAGEM

A desintegração da cana antes da moagem tornou-se, ultimamente, uma prática generalizada em toda a indústria açucareira. Esse fato indica que as vantagens da conveniente preparação da matéria prima são hoje em dia bem compreendidas pelos industriais do açúcar. Nem sem-

co o foram por conta de excessos da produção dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, sendo os preços reajustados com os recursos provenientes da sobretaxa do açúcar extra-limite. Tal solução exemplifica o acerto da política açucareira adotada pelo Brasil, porque permite a exportação dos excessos produzidos mediante combinação de interesses entre os maiores Estados produtores, mantendo a estabilidade de preços do mercado interno e o abastecimento de todos os centros do consumo nacional.

pre, porem, existe a exata compreensão dessas vantagens. Daí as variações que se observam de um país para outro — e mesmo dentro de um país, de uma fábrica para outra — na extensão em que a prática da desintegração é adotada. E' o que acontece em Queensland, segundo nota G. H. Jenkins em artigo escrito para uma revista especializada da Australia. Nesse artigo o autor frisa a importancia da boa preparação da cana e procura indicar os meios de melhorar a prática corrente naquella area produtora.

Nas usinas de Queensland — diz ele — a media do padrão de preparação da cana é medíocre e há evidentemente margem para melhorar os trabalhos de moagem de muitas fábricas mediante uma mais adequada preparação. O tipo de máquina a adotar deve ser escolhido de modo a dar a desejada melhoria por um custo anual mínimo. Isso envolve considerações a respeito do custo de aquisição — inclusive o de energia — e das despesas de manutenção.

Para o caso de um desfibrador National, precedido por dois jogos de navalhas usados como niveladores, sugere o autor que a desejada melhoria poderá ser obtida mais economicamente pelo abandono do desfibrador, acrescentando-se um jogo de navalhas de maior capacidade — mais lâminas, maior velocidade, maior força e um mínimo de espaço livre entre a máquina e a esteira. Experiencias recentes indicam que essas modificações bastam para trabalhar canas moles, usando-se nos rolos da primeira moenda ranhuras de profundidade normal (quase uma polegada). No caso de moer canas mais duras é necessario melhorar o trabalho de desintegração. Sugere o autor que, além de levar ao máximo praticavel a preparação pelas navalhas, convem usar ranhuras de 1 1/4" na primeira moenda, adotando-se a prática de Hawaii de usar essa moenda como um esmagador de três rolos. Se ainda for necessario melhor preparação, o desfibrador Maxwell, agindo no bagoço que deixa a primeira moenda, prestará bons serviços.

Obtido o desejado grau de preparação na primeira moenda, aconselha-se o emprego de ranhuras mais rasas nas moendas seguintes para evitar uma desintegração excessivamente fina nos estagios posteriores do trem da moenda.

Mas convem insistir em que isso só foi possível diante da situação convulsionada do mundo, impedindo o fornecimento da Europa por outros países açucareiros, mais aparelhados do que o nosso para explorar a exportação. Em tempos normais, as operações desse gênero nos acarretam tamanhos sacrificios que os produtores devem ser os primeiros a evitar os extra-limites, embora os seus onus recaiam sobre o Instituto do Açúcar e do Alcool, que afinal é a organização das proprias fontes dessa riqueza.

DIVERSAS NOTAS

MERCADOS INTERNACIONAIS

Na sessão efetuada pela C.E. do Instituto do Açúcar e do Alcool a 6 de novembro último, o sr. Barbosa Lima Sobrinho declarou que, segundo informações, dadas pelo sr. Gileno Dé Carli, ao voltar de sua viagem a diversos países e regiões do Centro e do Norte do continente, as perspectivas dos mercados externos de açúcar são cada vez mais desoladoras.

Em Cuba existem estoques elevados, aguardando ordem de embarque da Inglaterra.

Os preços, nos países da América Central apresentam nível ínfimo, sem esperanças de uma próxima reação.

A Inglaterra, no intuito de proteger os seus domínios, aconselha-os a desenvolver as culturas de cana, para delas tirar o máximo de produção de açúcar, livrando-se cada vez mais dos fornecedores estrangeiros.

Os mercados estrangeiros, para o Brasil, se limitarão aos da América do Sul, sujeitos estes mesmos à concorrência não só de outros países sul americanos, como ainda de Cuba, Java, etc.

Esses fatos evidentes, observou o sr. Barbosa Lima Sobrinho esclarecem a nossa situação açucareira e demonstram não só o acerto das medidas que vem tomando o Instituto na repressão à produção extra-limite, como exigem ainda outras medidas e providências mais enérgicas, no sentido de evitar-se o desenvolvimento da super-produção, uma vez que os produtores, apesar dos oportunos avisos dados pelo I.A.A., não se resolvem a por um paradeiro nos excessos de produção que, cada vez mais se avolumam em todos os setores açucareiros nacionais.

As estatísticas indicam apreciáveis excessos de estoques deste relativamente ao ano anterior, evidenciando também que a produção, nesta safra, avulta mais do que na anterior, em igual data.

Por outro lado, nada indica, nem mesmo leva a crer que o consumo nacional possa aumentar, sendo, ao contrario, de se por em dúvida, em face da situação econômica geral, que possa o consumo interno se manter no mesmo nível do ano de 1939.

Essas considerações não deixam ilusões quanto à situação que se deparará à indus-

tria açucareira nacional, dentro do período ainda desta safra, se medidas rigorosas não forem adotadas, para sanar o mal que advem da produção sempre crescente dos extra-limites.

O desaparecimento das possibilidades de exportação para o exterior e a impossibilidade de derivação de novos contingentes de materia prima para alcool anidro, nas distilarias do Instituto e nas particulares, afastam qualquer perspectiva de escoamento dos excessos da produção brasileira, além de um coeficiente razoável, sobre o consumo nacional.

O presidente do I.A.A. sugeriu então a adoção de medidas radicais para livrar os mercados internos do perigo dos estoques provenientes de excessos, permanecendo nos depósitos das usinas. Propôs s.s. tome o Instituto, de pronto, a seguinte deliberação.

1.º — “O Instituto do Açúcar e do Alcool recolherá aos armazens que escolher, toda a produção de açúcar, que exceda da margem de produção bonificada (10 %);

2.º — Não caberá aos produtores do açúcar armazenado nenhum pagamento ou indenização pelo mesmo açúcar, mesmo que venha o Instituto a dele dispôr.”

A Comissão Executiva, considerando os fatos e os elementos expostos pelo sr. Barbosa Lima Sobrinho, e não vendo outra solução que possa ser dada ao caso de super-produção de açúcar no país, resolveu, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada por s.s., autorizando a sua execução imediata.

No Estado do Rio, a medida será adotada para todos os excessos que se verificarem acima das quotas estabelecidas para a conversão em alcool, na Distilaria de Martins Lage, ou das que, excedendo os 10% de tolerancia prevista, na resolução desta data, não forem convertidas em alcool nas distilarias das proprias usinas em super produção.

EXCESSOS DE PRODUÇÃO NO ESTADO DO RIO

De acordo com as informações que o I.A.A. vem recebendo do Estado do Rio, relativamente às estimativas da produção das suas usinas, o volume da safra em curso su-

perará de muito o total da quota do Estado, acrescido das quotas provenientes de excessos de materia prima, destinadas à conversão em alcool na Distilaria Central do mesmo Estado e nas distilarias de alcool anidro particulares, anexas às usinas fluminenses.

Tratando do assunto, em sessão da C.E., o sr. Barbosa Lima Sobrinho salientou que o Instituto, com as providencias tomadas relativamente à utilização de excessos de materia prima do Estado, em sua propria Distilaria e em distilarias particulares, vai proporcionar o escoamento de um volume de canas correspondente a 520.000 sacos de açucar ou seja de um extra-limite que atinge 25% do total da limitação do Estado.

Tendo sido, inicialmente, declarado pelos interessados que o volume de excesso de materia prima não ultrapassaria, de forma alguma, quantidade correspondente a 400/500 mil sacos de açucar, cálculo que serviu de base às medidas tomadas pelo Instituto, capazes de solver o problema do excesso de canas do Estado, não se justificaria, diante da situação de fato, a manutenção dos favores instituidos para a solução do caso, dentro das normas adotadas.

Era, pois, declarou s.s., de opinião que a todas as Usinas que tiverem excesso de produção, alem das quotas que lhes foram fixadas para a utilização em alcool anidro, na Distilaria do Instituto, ou nas proprias distilarias, não só deverá ser retirado o direito à bonificação de Rs. 3\$000 por sacco de açucar demerara dessa quotas, como lhes deverá ser, ainda, reduzido, pelo menos de 1\$000 por sacco, o preço básico de Rs. 17\$000, estabelecido pelo Instituto, para pagamento do açucar em causa.

Por fim, sugeriu o presidente do Instituto fosse estudada pela Gerencia uma fórmula adequada ao estabelecimento, para aquelas usinas, que tenham excessos superiores aos destinados às quotas de alcool, do preço de Rs. 16\$000 por sacco de açucar demerara, base 90°, em vez de preço prefixado de Rs. 17\$000, e ainda a perda integral da bonificação de Rs. 3\$000 e 1\$000, a conceder pelo Instituto, por sacco de açucar, respectivamente, na Distilaria de Martins Lage e nas distilarias particulares.

Essas bases foram aprovadas por maioria.

*
* *

Na sessão seguinte realizada a 30 de outubro, a Gerencia apresentou o seu trabalho, cuja conclusão é a seguinte:

“Assim, propõe a Gerencia do Instituto que as bonificações de 3\$000 e 1\$000 por sacco, instituidas, respectivamente, para as quotas de açucar demerara destinadas à conversão em alcool, no Distilaria Central do Estado do Rio de Janeiro, e nas distilarias particulares do Estado, somente serão pagas aquelas Usinas, que não excederem os respectivos limites de produção, alem das quotas instituidas pelo Instituto, para conversão em alcool.

O açucar entregue à Distilaria do Instituto, em Martins Lage, nas condições da presente resolução, alem da perda da bonificação de 3\$000, terá reduzido o seu preço de Rs. 17\$000 para Rs. 16\$000 por sacco de 60 quilos, na base de 90.º de polarização.”

Essa proposta foi aprovada, contra o voto do sr. Tarcisio Miranda.

AÇUCAR PARA PORTUGAL

A Comissão de Defesa da Economia Nacional tomou as necessarias providencias junto à Embaixada Britânica para a concessão do “navicert” destinado a partidas de açucar de produção brasileira destinadas ao mercado português, já negociadas.

Os embarques estavam dependendo apenas do preenchimento daquela formalidade, que regula, no momento, a navegação da zona bloqueada.

Nesse sentido as autoridades diplomáticas têm oferecido todas as facilidades possíveis às solicitações da Comissão de Defesa da Economia Nacional.

Uma única exigencia permanece de pé, qual seja a declaração dos importadores às autoridades britânicas em Lisboa de que o produto não será, em caso algum, reexportado.

ALCOOL - MOTOR

Quando da sua última visita a Pernambuco, o sr. Barbosa Lima Sobrinho verificou que está muito aquém das reais possibilidades o consumo do alcool, como carburante, em Pernambuco.

Fora da influencia direta das distilarias, o consumo desse produto só se faz através do alcool-motor distribuido pelas Companhias de petroleo, na proporção de 20% de alcool para 80% de gasolina.

Uma distribuição mais intensa, pelo interior do Estado, de instalações de bombas e postos para a venda de carburante, no qual predomine, na proporção de, pelo menos, 80% o álcool, sobre 20% de gasolina, propiciaria um aumento apreciável no consumo do álcool produzido em Pernambuco, com vantagens reais para os seus produtores, em face da economia realizada na sua distribuição.

Teve s.s. entendimentos com os interessados prometendo os mesmos estudar o assunto, para o fim de se instalarem bombas, para a venda do álcool carburante, nos pontos do Estado, onde mais intenso for o movimento de trânsito de veículos motorizados.

O assunto, oportunamente, será trazido à consideração do Instituto pelos interessados.

A DEFESA DO AÇUCAR BANGUÊ EM PERNAMBUCO

A convite dos dirigentes da Cooperativa Central dos Banguzeiros de Pernambuco, o sr. Barbosa Lima Sobrinho visitou no interior daquele Estado os entrepostos instalados por aquele órgão de classe, — em Páu d'Alho, Nazaré, Timbauba e Vitoria, destinados a armazenar o açúcar do tipo banguê, a ser movimentado, por intermédio da Cooperativa.

Teve o sr. Barbosa Lima Sobrinho oportunidade de examinar o trabalho apreciável que representa a organização da Cooperativa, capaz de levar a bom termo a atribuição que tomou a seu cargo.

A influencia da ação da Cooperativa já se vem fazendo sentir, através da melhoria dos tipos de açúcar banguê, cujas fábricas, na sua maioria, já instalaram secadores, indispensáveis a atender às exigências da classificação do açúcar, ao entrar nos entrepostos.

Para realizar o máximo de economia, a Cooperativa, dentre outras providências, adotou a do armazenamento do açúcar "a granel", somente procedendo ao ensacamento na ocasião da sua saída para o consumo.

No transporte do açúcar, dos engenhos para os entrepostos, utiliza a Cooperativa sacos velhos, de capacidade de 80 quilos, os quais, depois de esvaziados nos depósitos dos entrepostos, e convenientemente lavados, voltam aos engenhos, para conduzir outras cargas de açúcar.

A economia decorrente dessa medida é

evidente e apreciável, representando o valor de um saco vazio, pelo menos, por unidade de volume de açúcar vendido.

As medidas aqui expostas e as demais, que, apesar de aqui não indicadas, representam, não obstante, outras providências eficientes, tomadas pela Cooperativa dos Banguzeiros, inspiram integral confiança no êxito das operações que tomou a mesma a seu cargo, e conseqüentemente na garantia das operações de financiamento que com ela realizara o Instituto.

Apesar disso, declarou o presidente, em sessão da C.E. do I.A.A., que, em face do grande vulto que atingirá a presente safra de açúcar de engenho, a par da elevada estimativa da de açúcar de usinas, no Estado de Pernambuco, recomendou fosse evitada, a todo o transe, a retenção excessiva de açúcares nos entrepostos, a qualquer título ou sob qualquer motivo.

As vendas do produto se deverão realizar na maior escala possível, para ser conseguido o escoamento dos seus estoques, dentro de seu período normal.

A Cooperativa dos Banguzeiros realizará reuniões semanais da sua Diretoria e a elas comparecerá, de acordo com sugestões feitas pelo presidente do Instituto, e bem acolhida pelos interessados, o sr. Francisco Vera, gerente da Delegacia Regional do I.A.A., no Recife, tomando parte nas suas deliberações, sem, entretanto, ter direito a voto.

Para orientação constante sobre os mercados de açúcar banguê, em todos os centros produtores do país ao sr. Francisco Vera se atribuirá a faculdade de se dirigir diretamente às demais Delegacias do Instituto, a elas fonecendo e delas colhendo todas as informações que possam interessar o problema da defesa da produção do açúcar de engenho, no país.

O sr. Presidente declarou que, conforme autorização já oportunamente concedida pela Comissão Executiva, vai tomar as medidas necessárias ao pronto início das operações de financiamento de açúcar banguê, em Pernambuco.

FINANCIAMENTO DO BANGUÊ DE ALAGOAS

Na sessão efetuada a 9 de outubro último pela C.E. do I.A.A., o sr. Moacir Pereira leu um requerimento em que a Coopera-

tiva Agrícola dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas pede seja dado imediato cumprimento à resolução da Comissão, relativa à abertura do crédito destinado às operações de retrovenda do açúcar banguê, naquele Estado, na safra recém iniciada, e para ser autorizada a receber, por intermédio da sua Comissão de Vendas, as taxas de defesa que recaem sobre o açúcar banguê e a rapadura, produzida em Alagoas, na forma da lei vigente, e nas mesmas condições já assentadas com a Cooperativa de Pernambuco.

Declarou o sr. Moacir Soares Pereira que, conforme aliás consta do requerimento lido, dentro da Cooperativa Agrícola dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas foi criada a Comissão de Vendas dos Banguzeiros, como órgão técnico para controle e distribuição do açúcar banguê do Estado, ao qual, por decreto-lei n.º 2619, de 10-9-40, foi confiada a expedição de certificados de classificação e qualidade, indispensáveis à exportação do açúcar banguê pelas repartições fiscais do Estado, atribuição que garante a plena eficiência das operações que se realizem entre o Instituto e a Cooperativa.

O representante dos banguzeiros observou ainda que, segundo constatou a Secção Jurídica do Instituto, as fórmulas de contrato para as operações de retrovenda do açúcar de usina, entre o Instituto e os órgãos competentes, em Pernambuco e Alagoas, satisfazem os fins das mesmas operações, relativas ao açúcar banguê, podendo, pois, sem maiores delongas, serem iniciadas as operações questionadas; pedia pois, a aprovação da Casa para o requerimento em apreço, da Cooperativa Agrícola dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas.

Os açúcares a serem financiados serão depositados em armazens pertencentes a firmas idoneas, em Maceió, à ordem do Instituto.

Por proposta do sr. Barbosa Lima Sobrinho, resolveu a Comissão Executiva deferir o requerimento, fazendo-se prévia apuração da idoneidade das firmas depositárias do açúcar e, em relação à arrecadação das taxas de defesa do açúcar banguê e da rapadura, depois de estabelecida, a respeito, a competente regulamentação.

Satisfeitas as exigências mencionadas, entrarão em execução as medidas requeridas pela Cooperativa Agrícola dos Banguzeiros e Fornecedores de Cana de Alagoas.

DISTRIBUIÇÃO DE AÇUCAR DAS USINAS DE PERNAMBUCO E ALAGOAS

Durante a permanência do presidente do I.A.A. em Pernambuco, voltaram os produtores de açúcar de usina de Pernambuco e Alagoas, representados pelos respectivos órgãos de classe — a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e a Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas — a tratar da distribuição regular da produção, com a fixação de quotas mensais para a exportação de cada um dos Estados, destinada aos mercados nacionais.

A intervenção do sr. Barbosa Lima Sobrinho contribuiu para desfazer, de vez, as dúvidas ainda existentes entre as duas partes interessadas, tendo sido assinado entre os representantes das duas mencionadas organizações de classe o acordo seguinte :

“A Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, representada pelos seus Membros do Conselho de Administração e a Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas, representada pelos srs. drs. Alfredo de Maia e Salvador Lira, em reunião realizada a 17 do corrente mês de outubro, na sede social da Cooperativa, à rua Alfândega n.º 35, nesta cidade de Recife, contrataram as seguintes normas reguladoras da distribuição do açúcar dos dois Estados na presente safra, que vigorarão de 1.º de outubro do corrente ano a 30 de junho do proximo ano de 1941:

1.º — Fica atribuída aos Estados de Alagoas e Pernambuco uma quota mensal de exportação para os mercados do país, respectivamente, de 143.000 e 420.000 sacos de açúcar de todos os tipos de usina e refinado.

2.º — Fica excluído da quota, mensal de exportação fixada no item 1.º o açúcar do lote de equilíbrio determinado pelo I.A.A. para defesa da safra de 1940-1941.

3.º — Para regular a exportação do açúcar para os mercados internos, a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e a Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas tomarão as providências que se tornarem necessárias para completo conhecimento e execução do presente acordo. Cada organização dará aviso à sua congênere nos dias 20 e último de cada mês, da posição estatística da exportação do mês, da posição estatística da exportação do mês até aquelas datas.

4.º — Cada parte contratante, uma vez atingida sua quota mensal de exportação,

estabelecida no item 1.º, suspenderá sua exportação até o término do mês.

5.º — Quando ambos os Estados completarem suas respectivas exportações mensais antes do último dia de cada mês, poderão, mediante avisos recíprocos e comunicação às delegacias do I.A.A., iniciar embarques por conta das quotas do mês seguinte.

6.º — O açúcar de usinas empregado na manipulação do somenos fica computado nas quotas de exportação mensal de cada parte.

7.º — Serão considerados açúcar de usinas para efeito do presente acordo, os tipos seguintes: cristal, demerara, granfina, refinado e 3.º jato.

8.º — As partes acordantes resolvem entregar aos serviços regionais do Instituto do Açúcar e do Alcool o controle das exportações dos Estados de Alagoas e de Pernambuco para qualquer dos mercados nacionais fora desses Estados pelas vias marítima, fluvial, ferroviária e rodoviária, observadas as seguintes normas:

- a) — O Instituto do Açúcar e do Alcool, por intermédio de suas Delegacias Regionais de Recife e de Maceió, visará e registrará os documentos de exportação de açúcar desses Estados, até o completo das quotas mensais de exportação, fixadas por acordo recíproco da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco e da Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas.
- b) — Uma vez atingida, em cada mês, a quota de exportação de um dos Estados contratantes, será suspenso o “visto” para novos embarques na respectiva Delegacia, até o início do mês seguinte.
- c) — Ocorrendo que ambos os Estados atinjam suas quotas mensais de exportação antes do término do mês, deverão, mediante autorização das duas entidades, as Delegacias Regionais do Instituto iniciar o “visto” para embarques por conta da quota do mês seguinte.
- d) — Os governos de Pernambuco e de Alagoas, mediante solicitação das duas entidades contratantes, toma-

rão as necessárias providências, no sentido de evitar que se realizem exportações de açúcar dos respectivos Estados por qualquer via, sem o visto e registro dos despachos nas Delegacias Regionais do Instituto do Açúcar e do Alcool, em Recife e Maceió.

- e) — Esse controle terá aplicação às exportações dos tipos de açúcar constantes deste acordo.

9.º — O açúcar cristal vendido pelas duas entidades terá um preço base uniforme, a partir de 17 até 31 de outubro corrente, de 51\$800 fob, vista, liquido, pago na praça vendedora, ficando fixado o preço de 52\$300 a partir de 1.º de novembro próximo vindouro, preço autorizado pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, obtido na safra passada e que poderá ser elevado de acordo com o mesmo Instituto.

10.º — Será convocada uma reunião entre as partes contratantes sempre que se torne necessária a solução de casos que porventura ocorram no desenvolvimento dos negócios.

*

Feito o acordo, dirigiram-se as duas partes contratantes ao presidente do Instituto, em ofício datado de 18 de outubro e a Comissão Executiva do I.A.A., na sessão ordinária que realizou a 23 do referido mês, após ouvir a exposição do sr. Barbosa Lima Sobrinho, resolveu “homologar o acordo, ficando autorizadas as Delegacias de Pernambuco e Alagoas a aporem o “visto a que se referem as cláusulas do acordo firmado por aqueles órgãos, representativos dos produtores de açúcar de usina de Pernambuco e Alagoas.

COOPERATIVA DOS USINEIROS DE PERNAMBUCO

Na sessão efetuada pela C.E. do Instituto do Açúcar e do Alcool, o sr. Barbosa Lima Sobrinho declarou haver verificado, com viva satisfação, que a Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco, criada para dirigir os negócios de açúcar de usina do Esta-

do, em substituição ao Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, vai preenchendo integralmente as suas finalidades, promovendo a normalização das irregularidades, falhas e inconvenientes deixados pelo Sindicato.

Tais irregularidades não virão a se repetir e a função do Sindicato dos Usineiros de Pernambuco, exclusivamente como órgão de classe, entrará nos seus devidos trâmites.

UMA RETIFICAÇÃO

No resumo da 43.^a sessão ordinária da Comissão Executiva do I.A.A., publicado no número de novembro desta Revista, saiu, com o título "Extra-limite da Paraíba", como se fora uma nota independente, a conclusão da nota intitulada "Financiamento de safra", da ata da 42.^a sessão.

PODE-SE EXTRAIR O AÇUCAR DA TAMARA ?

Num dos seus últimos números, o jornal "Sémaphore", de Marselha, publicou uma carta do sr. Paul Cassoutte, presidente do Sindicato do Comercio de Tâmaras, opondo-se à idéia do aproveitamento desse produto para a extração de açúcar. A seguir reproduzimos essa carta como sintoma da procura crescente, na Europa, de sucedaneos do açúcar de cana ou de beterraba, ante as devastações das culturas e as dificuldades das importações decorrentes da guerra :

"Li com o maior interesse o judicioso artigo inserto no "Paris-Soir" sobre o teor em açúcar da tâmara, e da qual, diz, "despresamos injustamente essa preciosa qualidade".

E' exato que a proporção tão elevada de açúcar que contem a tâmara faz desse fruto um alimento dos mais uteis para estes tempos de restrições. Mas é indispensavel para isso extrair o açúcar da tâmara ? Faz-se isso com a cana ou a beterraba, porque esses produtos são inconsumíveis tal como a natureza no-los fornece. Não se dá o mesmo com a tâmara, que é um fruto perfeito no momento de ser colhido da palmeira, que não passa por qualquer preparação e que pode assim substituir bolos, bonbons e doces em geral.

Alem disso, a tâmara tem o defeito de suas qualidades: o preço é muito elevado, não pode ser considerada uma vulgar materia prima, cuja metade aproximadamente teria um consumo inutilizavel, e o açúcar assim obtido atingiria um preço proibitivo.

Seria util, portanto, extrair açúcar de um fruto para incorporá-lo a outra fruta que não o contem bastante ?

Em vez de se tentar essa custosa operação, é bem mais simples, em algumas semanas, consumir a tâmara, tal qual é, fruto confeitado pelo sol, deliciosa sobremesa do deserto."

O açúcar constitue uma das melhores fontes de energia fisiológica de efeitos quase imediatos. A sua utilização pelo homem se faz desde a primeira idade e a criança exige e pede substancias açucaradas, pois que o açúcar tem grande importância na formação do tecido muscular e no metabolismo geral. — Dr. Adrião Caminha Filho.

RECIFE • SERRA GRANDE ALAGOAS • MACEIÓ

USINA SERRA GRANDE S/A

ASSUCAR "USGA"

TODOS OS TIPOS O COMBUSTIVEL NACIONAL

MEMORIA SOBRE O PREÇO DO ASSUCAR

D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho

A pequena memoria () que se vai ler (referimo-nos ao aspecto dimensão) já de lá muito devia ter aparecido na Revista do Instituto do Açúcar e do Alcool. Um acaso de conversa com o seu diretor, seguido de oferecimento meu, deu lugar a que o velho desejo se tornasse realidade.*

Não nos cabe aqui tratar da personalidade do notavel filho de Campos, nem seria possível fazê-lo sem amplo desenvolvimento, tanto mais quanto teríamos, necessariamente, que abordar o problema de sua localização na historia do pensamento econômico português (e brasileiro), o que implicaria em uma análise de filiação doutrinaria, tarefa só exequível pelo processo monográfico.

Todos os estudiosos de nossa historia sabem que curioso escritor e decidido homem de ação foi o bispo de Pernambuco (e posteriormente de Elvas). Se a "Análise sobre a justiça do comercio do resgate dos escravos da costa d'Africa", o "Ensaio Económico sobre o comercio de Portugal e suas colonias" e o "Discurso sobre o estado atual das minas do Brasil", dada a raridade com que hoje se apresentam no comercio dos livros, não foram manuseados senão por poucos, não são desconhecidos de muitos, seja por referencia, seja por citação dos especializados. A mesma afirmação pode aplicar-se à "Memoria sobre os preços do açúcar". Eu mesmo, durante muito tempo, andei à sua procura, até que me chegaram às mãos as duas edições de que tenho noticia.

A primeira delas é encontrada nas Memorias da Academia das Ciencias de Lisboa, tomo 3.^o (1791), da p. 381 à 391. A segunda appareceu como anexo à 3.^a edição do Ensaio Económico (da p. 183 à 201), feita por determinação da referida Academia, em 1828. O texto que se vai ler é o da segunda edição, "novamente corrigida, e acrescentada pelo mesmo autor". Observamos que pouco se corrigiu e acrescentou. Em substancia, a segunda edição contem mais notas, dispensaveis umas ou sem importancia atual quanto à tese da Memoria as outras. As primeiras dessas notas dizem respeito ao problema da fornalha, então carente de solução imediata (assunto técnico hoje completamente ultrapassado), parte em português da nota a, à p. 189 (que se continua nas páginas 189-190), e à importancia económica das socas, nota b (da p. 185 à 186). Das outras duas, uma, nota b (p. 193), cita Lery, que o levou a acreditar no indigenato da cana no Brasil (ele também se refere ao caso do brigadeiro Lara, em Cuiabá, tão conhecido e citado como pretensa prova do mesmo indigenato); a outra, nota a (p. 194), ainda dedicada a Lery, apparece tal como na edição primitiva. A memoria é magnificamente escrita (ela apparece aqui fielmente copiada). O autor pronuncia-se sobre um assunto prático: querem taxar o preço do açúcar, valorizado por uma conjuntura favoravel. O capital comercial parece o grande interessado na medida. A argumentação de A. Coutinho é convincente: é preciso aproveitar a conjuntura, vender pelo preço que o mercado mundial permitir. Mercado livre, concorrência, luta, conquista do mercado. A Câmara de Lisboa era o antigo espirito corporativo, talvez estimulado pelos grandes homens de negocio, que sabiam o que queriam; A. Coutinho anunciava os tempos novos, a época do individualismo económico, do capitalismo industrial, do liberalismo, que era então o progresso.

Todos sabem do alto preço (") a que tem subido o assucar em toda a Europa (1), pela

(*) Esta explicação foi escrita pelo professor Rodolfo Coutinho, a cuja gentileza devemos o prazer de poder publicar a memoria de Azeredo Coutinho.

desgraçada revolução das Colonias Francezas, nossas maiores rivaes neste genero de

(") — N. da R. — Por conveniencia da paginação, colocamos as notas da memoria de Azeredo Coutinho no fim do texto propriamente dito, numerando-as de 1 a 24.

Agricultura; e pelas grandes inundações, que tem havido nas Colonias Hespanholas; e nas Inglezas pelos furacões de vento muito fortes.

Portugal, como huma das primeiras Nações Agricultoras e Commerciantes deste genero, tem tirado, e irá tirando grandes interesses, em quanto as circunstancias não mudarem. He agora hum problema, ?se se deve, ou não taixar o assucar?

Dizem alguns que sim, porque a experiencia tem feito vêr, que hum genero de Commercio levado a excesso, excita logo contra si a rivalidade das outras Nações; e faz que os compradores desse genero ou se dispensem d'elle, se podem; ou trabalhem com todas as suas forças, para o haverem por hum preço mais commodo, e mais barato.

Que este esforço geral fará descobrir meios de augmentar a abundancia desse genero, até reduzi-lo a hum preço tão baixo, que faça, se for possível, arruinar esse ramo do Commercio da Nação ambiciosa, que levou o seu genero a hum preço excessivo.

Isto são verdades elementares, que se não podem negar; pois todos sabem, que o principal objecto do Commercio he trazer a abundancia ao Paiz da carestia, e fazer que em hum Paiz não haja superfluo, e que no outro não haja falta.

Mas como a taixa do assucar possa nas circunstancias presentes evitar o mal que se supõe, he o que eu não posso entender; pois que quanto mais baixa fosse a taixa em Portugal, tanto mais depressa os Negociantes Nacionaes, e Estrangeiros o levariam para fóra do Reino, para tirarem hum maior interesse do subido preço, em que elle se acha hoje em toda a Europa, e ainda na Africa (2): e desta sorte se verião em bem pouco tempo os consumidores da Nação sem assucar, e os Agricultores sem dinheiro, ou ao menos sem o excesso da taixa, ou sem aquelle maior interesse, que podião tirar do seu genero. Logo a taixa do assucar seria huma ruina para os senhores dos Engenhos do Brasil, e hum mal para os consumidores da Metropole.

Dizem alguns; que entre tanto virá vindo mais assucar: ?mas de donde? A cana, de cujo extracto se faz o assucar, não produz em toda a parte; ella he só propria dos Paizes quentes; e não he huma cultura tão facil, que se faça dentro de tres ou de quatro mezes.

Nas Colonias Estrangeiras, desde a sua plantação até á sua colheita se passam mais

de desoito, e de vinte mezes (3), e outro tanto tempo para se reduzir a assucar, fazello branco, encaixar e conduzillo para a Europa; além das fabricas, que he necessario ter logo prontas para a sua manufactura; o que tudo se não faz em menos de tres annos.

Neste anno não sobejou assucar nas Colonias agricultoras, antes pelas desordens sabidas, e grandes inundações, que nellas houverão, faltou de repente muita parte do que era necessario para o consumo annual da Europa. O corte, ou a colheita da cana não se faz todos os dias, só se faz em hum certo tempo do anno; a perda de huma colheita, ou de huma safra não se repara em dous, nem em tres annos (4). Logo em quanto não chega a outra safra, ou em quanto se não reparão estas perdas, ?onde se hade hir buscar mais assucar? Dizem huns que da India; outros que das plantações, que se hão de fazer na nova Colonia da Serra Leoa na Costa de Africa.

Isto só serve de provar a grande falta, que ha de assucar na Europa, e na America: mas não que estes meios sejam capazes de arruinar o nosso Commercio neste genero, nem que os assucares da Asia, ou de Africa possam entrar com os nossos em concorrência, ao menos nestes dez, ou doze annos: oxalá só Portugal fora senhor deste ramo de Commercio.

O assucar das Indias Orientaes he muito inferior ao nosso em bondade, e qualidade (5): as despezas, e riscos desde o Brasil até á Europa são nada em comparação das desde o Ganges até o Têjo. O assucar da Costa de Africa ainda se não sabe que tal será; ainda se hão de estabelecer as Colonias; ainda se hão de amansar as terras para as fazer proprias para a cultura do assucar (6); ainda se hão de fazer as fabricas, ainda se hão de procurar os Mestres para ellas, etc.: he necessario ser muito pusillanime, para ter medo destes fantasmas.

Dizem outros que he necessario prohibir a exportação do assucar para fóra do Reino, ou ao menos até hum certo numero de caixas. ?Como, ou com que justa razão, se poderia nas circunstancias presentes obrigar o Negociante a vender o seu genero sem lucro, e talvez por menos do que comprou no Brasil, com attenção ao subido preço da Europa, confiado na boa fé, e na liberdade concedida ao Commercio?

?Como em tal caso se poderia evitar o contrabando? ?como acautelar que os Nego-

cientes ainda Estrangeiros o não fossem fazer até mesmo nas Costas do Brasil? Que vigias, que guardas não seriam necessárias, para evitar que o Agricultor o não vendesse a quem melhor lhe pagasse o seu genero? O contrabando do tabaco he huma prova desta verdade: o tabaquista não poupa dinheiro, o contrabandista não teme castigos; **Quisquis habet nummos, felici navigat aura**, disse Petronio Arbitro.

Mas supponha-se que nada disto aconteceria: ?Que utilidade seria para a Nação tirar da boca do Agricultor carregado das muitas ,e grandes despesas, que comsigo traz a fabrica do assucar, para meter na boca do rico, e do farto, que vive no meio do luxo?

Dizem alguns, que o assucar se tem feito hum genero da primeira necessidade, e que por isso he necessario taixallo. Desta sorte seria preciso taixar o baetão no tempo do Inverno; e a seda no tempo do Verão. Mas chamem-lhe como quizerem; as palavras não mudão a essencia das cousas: a verdade he que o assucar he de huma necessidade real para o Agricultor; e de huma necessida-

de facticia, e de mero gosto para o consumidor: ?e nestes dois extremos não deverão prevalecer os direitos da propriedade? ?dever-se-hão atropelar direitos tão sagrados?

A fabrica do assucar he por sua natureza muito dispendiosa; ella pede muitos braços, muitas forças, e grandes fundos; e com tudo os seus lucros não correspondem ás suas grandes despesas (7). Não ha hum trabalho mais rude, nem mais violento; os trabalhos das forjas do ferro, e das fabricas de vidro não tem comparação com as do assucar (8).

A esperança de hum dia feliz he a que mais anima ao homem nos seus trabalhos (9): cortar ao Agricultor esta esperança, pela taxa do seu genero, he cortar ao consumidor desse genero aqueles mesmos braços, que mais trabalhavão para o seu regalo.

Dizem alguns que o alto preço do assucar he só util para os nossos Negociantes, mas não para os nossos Agricultores do assucar; por estar este genero taixado por huma Lei no Brasil. Supponha se por hum pouco que assim he: ?por ventura os nossos Negociantes não trabalham também em beneficio

Sociedade Constructora de Distilarias e Industrias Chemicas Limitada

Filiada à

Société des Etablissements Barbet S. A. - Paris - Brioude (França)

Oficina e Escritorio:
Rua Carlos Vicari, 61
Telefone 5-0617

SÃO PAULO

Telegrama "CODIC"

CAIXA POSTAL 3161

Construimos nas nossas oficinas aparelhos
e instalações completas de
DISTILARIAS

de alcool anidro processos "Usines de Melle",
de alcool retificado e de aguardente fina
fermentação processo "Melle - Boinot"

Peçam orçamentos, referencias

Representante Geral:

ERNESTO SILAGY

Rua General Câmara, 19 — 9º and. — Caixa Postal 3354 — Tel. 23-6209 — RIO DE JANEIRO

Representantes para os Estados do Norte do Brasil:

COSTA & COIMBRA

Avenida Marquês de Olinda, 85

— 2º andar

— RECIFE



da Nação? ?elles só devem estar sujeitos a perder, e não a ganhar? Prohibase o monopolio, prohibase a fraude, mas não os lucros de hum Commercio licito, que a todos he livre.

Mas tornando á dita Lei: ella só poz huma taixa, para que os Negociantes, que muitas vezes maliciosamente adiantavão dirtheiros aos agricultores do assucar, não abusassem da necessidade delles, nem lho tomassem em pagamento por menos da dita taixa.

Mas esta com tudo só tem lugar, quando o assucar he comprado dentro do mesmo Engenho, ou fabrica; mas não depois que o senhor do Engenho, ou o Agricultor do assucar faz com elle as despesas dos caixões, conducções por terra, e por mar; além dos muitos riscos, que corre por sua conta até o pôr no Trapixe, ou no armazem publico da venda: porque já então cada hum vende pelo mais que pode acima da taixa, ou pelo preço que corre; como todos os dias se está praticando naquelas Praças.

Do expendido fica manifesto o quanto seria prejudicialissimo a Portugal, e quasi mesmo impraticavel nas circunstancias presentes, por-se huma taixa no assucar, pois que sendo como he hum genero de Commercio de quasi todas as Nações (10), só a convenção geral de todas as Nações he que o pode regular; principalmente quando huma Nação não he a só agricultora, ou a unica senhora desse genero: de outra sorte a Nação, que se quizer oppor á torrente das outras, ou ha de ser pisada pela multidão das concorrentes, ou hade seguir o impulso, que ellas lhe derem.

Eis-aqui a razão porque os generos alfandegados não podem ser reduzidos a huma taixa certa. Eu passo a mostrar o quanto será util a Portugal que o assucar suba ao mais alto preço possivel.

Os Portuguezes, e os Hespanhoes, que primeiro descobrirão a India, forão tambem os primeiros, que aprenderão dos Indios o modo de cultivar, e fabricar o assucar, e o vierão ensinar á Europa, e estabelecerão fabricas nas Ilhas da Madeira, e das Canarias.

Depois passando á America, onde acharão canas de assucar nascidas naturalmente (11), estabelecerão novas fabricas pelos annos de 1557 (12), e aperfeiçoarão tanto os seus assucares, que excederão infinitamente em belleza, e bondade aos das Indias Orientaes (13).

Esta bondade com tudo provêm mais da qualidade do terreno, do que da mão do Agricultor, ou do Fabricante: porque a cana de que se extrahe o assucar, segue a natureza dos fructos, que ainda que sejam da mesma especie, são com tudo mais ou menos doces, conforme a qualidade dos terrenos.

Hum arratel de assucar, por exemplo, muitas vezes adoça mais do que dois arrateis do de outro terreno, como a experiencia faz ver todos os dias nas confeitarias. Esta preferencia, que indubitavelmente tem os assucares do nosso terreno a respeito dos outros (14), he hum dom da natureza, de que a industria estrangeira nos não pode privar.

Os Hollandezes tendo aprendido dos Portuguezes em Pernambuco a fabricar o assucar, depois de expulsos desta Capitania pelos Pernambucanos em 1654 (15), forão ensinar aos Francezes da Ilha de Guadalupe, e da Martinica, e aos povoadores das outras Ilhas daquelle Archipelago; e pelo mesmo tempo estabelecerão tambem os Inglezes fabricas de assucar nas Ilhas de S. Christovão, e de Barbada (16).

Mas a tempo em que as nossas fabricas de assucar se achavão já muito melhoradas, com mais de noventa e sete annos de adiantamento, do que as de todos os Estrangeiros, e nós quasi senhores unicos deste Commercio, se descobrirão, para nós desgraçadamente, as Minas do Oiro, que nos fizeram desprezar as verdadeiras riquezas da Agricultura, para trabalharmos nas de mera representação (17).

A riqueza rapida daquellas Minas, que tanto tem augmentado a industria dos Estrangeiros, chamou a si quasi todos os braços das nossas fabricas de assucar: este cego abandono fez que ellas fossem logo em decadencia (18).

Desde esta epoca fatal para a nossa Agricultura, os Estrangeiros, sempre habeis em se aproveitar do nosso descuido, trabalharão com todas as suas forças por nos arrancarem das mãos os nossos grandes ramos de Commercio. A isto accresceo mais em favor delles a paz de Ryswick feita em 1697 entre a França, Hespanha, Hollanda, Alemanha, e Inglaterra, que lhes deo mais tempo para melhor se estabelecerem.

Os Francezes fizeram logo tantos progressos, que elles mesmos dizião, que se aquella paz tivesse durado mais tempo, as fabricas de assucar terião sido para elles

hum segundo Peru (19). Mas se nós hoje bem calcularmos os nossos interesses, este Peru passará para Portugal.

Nas Antilhas desde que se planta a cana até que se corta, se passam mais de dezoito, e vinte mezes (20); no Brasil não passa de doze até quatorze mezes (ou como lá se diz de dois Marços); no que já se vê que a natureza trabalha mais em nosso favor, aõ menos quasi huma terça parte; e por consequencia aquillo que elles fazem em tres annos, nós fazemos em dois.

Portugal, que primeiro descobrio a Costa de Africa, ainda hoje conserva as melhores Colonias dos resgates dos Escravos, que lhe produzem braços com menos despezas, do que ás outras Nações. O Brasil está defronte de Africa, communicando-se por huma navegação mais breve, e em todos os tempos do anno: o que tudo, dadas as mesmas proporções, produzirá mais em nosso favor outra terça parte:

O nosso continente do Brasil he muito dilatado, e por isso nos podemos alargar, e escolher terrenos proprios para as canas á nossa vontade: e pelo contrario a maior parte dos Agricultores nossos rivaes, por isso que vivem insulados, viverão sempre limitados, e cercados de mar.

Contra elles accresce mais que os furacões de vento, muito frequentes naquellas Colonias desde o meio de Julho até o de Outubro (21), lhes arrancão as searas, e muitas vezes os edificios, e lhes causão todos os annos irreparaveis perdas: estes mesmos furacões são perigosissimos para a navegação daquelle Archipelago (22), e por isso são maiores as despezas dos seguros, que carregão sobre as suas mercadorias.

Havendo qualquer guerra entre aquellas Colonias, além das perdas que ella consigo traz, as suas plantações e searas são muitas vezes queimadas e destruidas, pela facilidade com que são atacadas por todas as partes pelas Náos inimigas; prejuizos estes, que as nossas não sentem facilmente, por serem as nossas Costas por natureza defendidas ou pelos grandes rochedos, ou pelos dilatados baixos; e as nossas plantações são pela maior parte pelo interior do Paiz.

O meio de promover, e adiantar a industria da Nação he deixar a cada hum a liberdade de tirar hum maior interesse do seu trabalho: os Inglezes, e os Hollandezes, primeiros mestres da arte do Commercio, tem dado a todos estas lições.

Os Inglezes tem levado o seu ferro polido a hum preço excessivo; elles já o fazem valer mais do que o oiro: da mesma sorte os Hollandezes a respeito das suas especiarias, que até muitas vezes queimão, e deitão ao mar o excesso dellas, para que a sua mesma abundancia os não obrigue a abaixar de preço (23): elles não temem a concorrência imaginaria, esperão que ella seja effectiva, para então governarem a balança a seu favor.

Elles sabem que huma Nação, depois que chega a ser unica senhora de hum certo ramo de Commercio, pode então dar a lei como quizer, sem temer os esforços, que contra ella fizerem as outras Nações.

He necessario com tudo que ella, na occasião da concorrência, saiba abaixar gradualmente o preço do seu genero favorito, até fazer que a Nação rival ou não ache lucro, ou succumba debaixo do pezo dos seus mesmos esforços: o Commercio segue a natureza de todas as coizas, que depois de tomarem huma certa carreira, não he facil de as fazer tornar:

A larga experiencia das Nações commerciantes tem feito ver, que huma Nação não faz á outra hum espolio desta natureza, sem que haja ou algum descuido, e má politica da parte da espoliada, ou alguma revolução imprevista, a qual não podem acautelar forças humanas.

Portugal perdeo a superioridade da sua Agricultura, e do seu Commercio, pela cegueira com que correo atraz de huma representação e de huma sombra de riqueza, sem ver que deixava atraz de si o precioso corpo que ella representava: sem duvida porque a sombra parece muitas vezes maior do que o corpo.

Perdeo Portugal em consequencia a superioridade da sua Marinha, porque hum Navio carregado de oiro não occupa tantas Náos, nem tantos mil homens, como huma Frota de igual valor carregada de assucar, cacão, café, trigo, arroz, carnes, peixes salgados & c (24).

A revolução inesperada, acontecida nas Colonias Francezas, he hum daquelles impulsos extraordinários, com que a Providencia faz parar a carreira ordinaria das coizas; agora pois que aquelles Colonos estão com as mãos atadas para a Agricultura, antes que elles principiem nova carreira, he necessario que apressemos a nossa.

O interesse he a alma do Commercio; e como elle tanto anima ao Francez como ao

Portuguez, he necessario deixar-lhe toda a liberdade ao subido preço do assucar; quanto elle mais subir, mais se augmentarão as nossas fabricas, e o nosso Commercio.

Em quanto os Estrangeiros reformão, ou fazem de novo as suas fabricas, e plantações, já nós lhes levamos a vantagem do melhor estado das nossas: e se nós trabalharmos com industria, e forças iguaes ás dos nossos rivaes, por isso que temos a natureza em nosso favor, ou sempre os havemos de exceder em dobro, ou elles nos hão de ceder o campo.

Para maior adiantamento do Commercio do assucar, se deve tambem promover a cultura do cacáo, canella, baunilha, e café, todos estes generos dão as mãos entre si; quanto se augmentar o gosto destes, tanto mais necessaria se fará huma maior abundancia daquelle.

Todos elles nascem e produzem muito no Brasil: o café principalmente vindo do Rio de Janeiro he superior ao melhor vindo de Móca: repetidas experiencias feitas por bons conhecedores lhe tem dado toda a preferencia.

A canella do Brasil precisa de socorro superior; seria necessario rebaixar-lhe os direitos das Alfandegas, e prohibir-se a que vem dos Estrangeiros: e se he verdade, como se diz, que os naturaes das Molucas não estão contentes com os Hollandezes, bem pode ser que esta desordem entregue mais depressa a Portugal a superioridade deste Commercio, pela muita abundancia com que a natureza, sem industria nem trabalho, produz a canella no Brasil.

Em summa, a occasião agora nos desafia: ella he ligeira, e volúvel; se se não lança mão della, foge, vòa, e desaparece.

(1) Em Pariz se está vendendo a 400 reis o arratel, e nesta Corte a 140, e a 160 reis.

(2) Em Salé está a 400 réis o arratel.

(3) Labat, Voyage aux Isles de l'Amérique. tom. 3. chap. 5. du Sucre pag. 140.

(4) Os que tem conhecimento das plantações das canas de assucar sabem, que hum dos maiores lucros dellas são as socas, ou as canas que rebentão dos olhos ou pimpolhos, que ficão nos pés, ou nos pequenos troncos das canas que se cortão; não só por serem as socas huma produção espontanea da Natureza independente de huma nova plantação; mas tambem por ser huma produção tanto maior, quanto he maior o numero dos olhos, ou pimpolhos, que vingarão em cada pé ou tronco, que ficou da cana cortada; e se a terra he boa, ainda he maior a produção da 2.^a e da 3.^a soca: a cana soca he sempre mais doce, e por consequencia contém em si mais particulas

de assucar, do que a da primeira plantação; e por isso o rendimento daquella he sempre á porção maior do que o desta: perdida pois, ou destruida toda a cana de huma safra, ou colheita de hum anno, não só se perdem para logo todos os lucros dessa safra, ou colheita; mas tambem se deixarão de lucrar para o futuro todos os multiplicados lucros das socas, que aliás rebentarião dos troncos dessas canas, se ellas não fossem arrancadas ou destruidas pela intemperie dos tempos, ou por qualquer outra causa.

(5) Labat. tom. 3. pag. 127.

(6) Labat. d. tom. 3. pag. 127, 135.

(7) Labat. d. tom. 6. chap. I. pag. 45. Qu'on compare la dépense d'une Sucrerie, et celle d'une Cacaotiere qui auroient donné le même revenu, et l'on verra par la difference qui se trouvera entre l'une, et l'autre, qu'une Cacaotiere est une riche mine d'or, pendant qu'une Sucrerie ne sera qu'une mine de fer.

Além das despesas necessarias, ainda se fazem muitas por falta de methodo na construcção das fornalhas das caldeiras, em que se purificação os caldos para o assucar. E supposto já em alguns Engenhos, como vi no Rio de Janeiro, se fazem as fornalhas com algum methodo, formando huma abobada, sobre a qual estão assentadas as taixas, dividida em duas partes por hum crivo de tijolos (que serve não só para ter sobre si a lenha, que conserva a chamma, mas tambem para dar passagem ás cinzas, que cahem para a parte inferior da abobada chamada vulgarmente cinzeiro): com tudo ainda tem muitas imperfeições, que he necessario remedear, para se evitarem os muitos desperdícios de lenhas, dos serviços dos escravos que as cortão; e dos bois, que as conduzem. O I.^o erro consiste em deixar aberta a boca da fornalha depois de se lhe ter metida a lenha necessaria; pois que devendo aproveitar-se toda a força, e actividade das chammas em fazer ferver os caldos das taixas; se perde muita parte das chammas, que retrocedem pela boca da mesma fornalha. Este erro he facil de remediar-se, fazendo a boca da fornalha a mais pequena possivel; para com mais commodidade se poder tapar com huma chapa de ferro, depois que se tiver metido a lenha necessaria para conservar a chamma: deve se porêr ter aberta, e desembaraçada a porta de baixo do chamado cinzeiro, para por ella entrar o ar para conduzir a chamma e o fumo, até sahir este pelo alto da fuminé, ou boeiro, como alli vulgarmente se chama. O II.^o erro consiste em se meter nas fornalhas muita lenha desnecessaria; e, o que he peor, grandes toros de madeira verde, que além do grande trabalho de os cortar, de os conduzir, e de os meter nas fornalhas, dão hum fumo tão grosso, e tão espesso, que mais serve de apagar do que de augmentar a chamma: este erro tem o seu principio na supposição em que alguns estão, de que quanto mais lenha mais chamma, e quanto mais chamma mais fervem os caldos: porêr logo que se souber, que todo e qualquer liquido quando chega a ferver, não augmenta mais de calor; por exemplo, a agua depois de estar fervendo em borbotões, por mais que se lhe augmente o fogo, não recebe mais grãos de calor; se conhecerá que basta conservar os caldos no seu maior grão de fervura, sem que seja necessario meter mais, e mais lenha; porque toda he perdida, principalmente os grandes toros verdes.

O III.º erro consiste em se fazer a fornalha, ou o canal por onde passa a chamma, todo igual desde a sua boca até a sua fuminé ou boeiro; o que faz que a chamma, correndo como inclinada para a parte da fuminé, passa com huma grande rapidez, sem aquentar bastantemente as taixas, que he o fim principal: este erro se remedeia facilmente formando-se debaixo de cada taixa huma abobada, ou hum forno com aberturas proporcionadas de humas para as outras, para dar passagem ás chammass desde a primeira até á ultima, mas sempre de sorte que a abertura por onde entra a chamma, seja algum tanto maior, do que a outra por onde ella sahe; porque a corrente da chamma, á maneira da de hum rio, achando-se hum pouco embaraçada em cada abobada, necessariamente ha de refluir, e subir por huma, e outra parte da abobada, até formar hum fogo de reverberio fortissimo no fundo de cada taixa, que he o fim que se quer: o mesmo succederá na segunda, na terceira, e na quarta taixa; e desta sorte com pouco fogo se fará hum grande effeito. He necessario porém advertir-se, que a abobada da primeira taixa junto á boca da fornalha seja sempre maior do que a das outras, e com a grandeza necessaria para nella se accommodar toda a lenha, que for precisa para conservar os caldos sempre fervendo, ou no gráo de calor que se quizer. E supposto cada taixa deve ter o seu gráo de calor particular, conforme o ponto mais ou menos alto, que se quer dar aos caldos de cada taixa; com tudo este gráo de calor em huma mesma fornalha se póde muito bem proporcionar, dispondo-as de sorte que as taixas, ás quaes se quizer dar hum maior gráo de calor, deverão ficar mais perto da boca da fornalha, e com huma maior parte dos fundos descobertos á acção do fogo; e pelo contrario aquellas, ás quaes se quizer dar hum menor gráo de calor, deverão ficar mais perto da fuminé, e com huma menor parte dos seus fundos descobertos. Veja-se Baumé Mem. sur la meill. maniere de constr. les alamb. et fourneaux: Demachy l'Art du distill. d'eaux-fortes: e Encyclopedie art. Sucrerie.

E como ordinariamente nas casas das caldeiras ha muito fumo, que incommoda aos mesmos que trabalham, para se evitar isto, será muito util que a fuminé passe acima dos telhados; não só para lançar longe o fumo, mas tambem para conduzir as chammass mais acima. Esta fuminé porém não he necessario que seja huma grande massa informe, basta que tenha o seu diametro hum pouco menor do que o da boca do cinzeiro, por onde entra a grande columna de ar que conduz as chammass; e pode ser quadrada, ou cylindrica, e cingida com huma cimalha na altura de hum homem, para sobre ella se porem as luzes necessarias para de noite se alumiar a casa das caldeiras.

(8) Em qualquer genero de Agricultura hum Escravo não trabalha mais de doze horas por dia; na fabrica de assucar trabalha dezoito horas seguidas: este trabalho por sua natureza excessivo abbrevia a vida dos Escravos, extingue nos Pais, e nas Mães o germen da propagação, a qual aliás he hum dos maiores soccorros para o serviço das mesmas fabricas. V. Labat. d. tom. 3. chap. 5. du sucre pag. 209.

(9) A falta de pastos que muitas vezes ha nos annos de grandes seccas, causa tambem gra-

vissimos prejuizos aos proprietarios dos Engenhos, principalmente aos que os fazem trabalhar com bois ou com bestas.

(10) Os Portuguezes, Francezes, Hespanhoes, Hollandezes, Inglezes, Dinamarquezes, todos metem na Europa assucares das suas Colonias d'America, e alguns os trazem da Alexandria.

(11) No Rio de Janeiro ainda antes de lá entrarem os Portuguezes, ou alguns outros Europeos, havião já canas de assucar, como attesta Lery, hum dos companheiros de Villagagnon, que primeiro entrou naquella bahia em 5 de Novembro de 1555. Vej. a sua Hist. Navigat. in Brasil, cap. 8. Sacchari cannis, quarum copia nobis suppetebat, etc. e no cap. 12. Sacchari quoque cannae optime in illis terris crescunt et maxima copia. O Brigadeiro Antonio de Almeida Lara, o primeiro que cultivou as canas de assucar no Cuyabá, não achando canas algumas de assucar, nem sendo conhecidas em todas aquellas terras já então habitadas pelos Portuguezes, foi tirar as primeiras plantas das terras então habitadas pelo Gentio Paresi.

He já reconhecido por todos os Navegantes das Ilhas do Mar do Sul, que a cana de assucar he huma produção espontanea das terras situadas debaixo da Zona Torrida, assim como outras muitas, que lhe são proprias (*).

(12) Lery esteve no Rio de Janeiro pelos annos de 1557, como elle diz no fim do Cap. 5, da sua Historia; já por aquelle tempo fazia menção dos Engenhos de assucar, que os Portuguezes tinham em algumas partes do Brasil. Veja-se o d. no Cap. 12. Nos Galli et hominibus et machinis ad eliciendum saccharum idoneis nondum esse-mus instructi. ut sunt Lusitani in iis, quos occupant apud Barbaros, locis.

(13) Labat d. t. 3. pag. 127, 129.

(14) Dictionn. Univers. du Commerce t. 3. pag. 870. col. 2. Le plus bel (sucre) vient du Brésil.

(15) Castrioto Lusit. part. I liv. 10. art. Militares pag. 689.

(16) Labat d. t. 3. pag. 180.

(17) Montesq. Esprit des Loix liv. 21, art. 18. Labat d. t. 3. pag. 323.

(18) Pitta Histor. da America Portug. liv. 8. num III., e seguintes.

(19) Labat d. tom. 3. pag. 324.

(20) Labat. d. tom. 3. pag. 120.

(24) Labat. d. tom. 2 chap. 12 pag. 223.

(22) Labat d. pag. 230.

(23) Bougainville Voyage autour du Monde. part. 2. chap. 8, pag. 197.

(24) Veja-se a Carta que escrevi aos Redactores do Investigador Portuguez.

(*) Mr. de la Harpe Hist. des Voyag. tom. 19, pag. 376: L'ile d'Otahtiti produit des fruits à-pain, des noix de cocos; des bananes de treize sortes et les meilleures que nous ayons jamais mangées; des planes, un fruit assez ressemblant à la pomme, et qui est très agréable lorsqu'il est mur; des patates douces, des ignames, du cacao, une espèce d'arum, un fruit connu dans l'ile sous le nom de jambu, et que les Insulaires regardent comme le plus délicieux; des cannes de sucre que les habitants mangent crues. E mais adiante, pag. 377: Tous ces fruits qui composent la nourriture des Otahtitiens, sont des productions spontanées de la nature; ou bien la culture se réduit à si peu de chose, qu'ils semblent exempts de l'anathème général, qui porte que l'homme mangera son pain à la sueur de son front. On trouve aussi dans l'ile le murier dont on fait le papier chinois, morus papyrifera.

EXPORTAÇÃO DE AÇUCAR

Na sessão ordinaria realizada pela Comissão Executiva do I.A.A. a 23 de outubro último, a Gerencia do Instituto prestou informações detalhadas relativamente aos mercados externos de açúcar e às nossas possibilidades de colocação das quotas de equilíbrio, antes de tomadas as providencias para a exportação dos excessos da safra corrente.

Por conta dos excessos, estava então apenas contratada a venda de um lote de 15.000 sacos de açúcar cristal de Alagoas, a ser embarcado para Portugal, em começos de novembro, por vapor do Lloyd Brasileiro, e ao preço de 27\$000, por sacco, Fob, porto de Maceió.

A venda desse lote se operou directamente entre o representante da Comissão de Vendas dos Usineiros de Alagoas, nesta Capital, e a firma E. G. Fontes & Cia., desta praça, interferindo o Instituto, apenas, em cumprimento do art. 82 do Decreto-Lei n. 1.831, de 4-12-1939.

Todas as providencias foram tomadas pelos compradores do açúcar, para a ultimação do negocio, ficando, entretanto, a definitiva ordem de embarque da mercadoria dependendo da obtenção do "navicert", a ser fornecido pelas autoridades consulares inglesas, no Brasil.

Quanto à exportação das quotas de equilibrio da presente safra, respectivamente, em Alagoas e Pernambuco, aprovou a Comissão Executiva as seguintes medidas, que então sendo realizadas pela Gerencia do Instituto:

1.º — Venda da quota de equilibrio, de 70.000 sacos de demerara, de Alagoas, ao preço de 21\$000 — Fob, porto de Maceió — para embarque em novembro, com destino à Suíça, sendo intermediaria, na operação, a firma S. A. Leão & Irmãos, de Maceió. A definitiva realização do negocio depende da obtenção da licença das autoridades consulares inglesas;

2.º — Oferta firme da quota de equilibrio de Pernambuco — 170.000 sacos demerara, ao preço Fob, porto do Recife, de 18\$500 por sacco, na base de 96.º de polarização, embarque em dezembro, para a Inglaterra, por intermedio da firma E. G. Fontes & Cia.;

3.º — Entendimentos com importadores

do Uruguai para a venda de açúcar, por intermedio do sr. Iberê Goulart, do Departamento de Comercio Exterior do Brasil, o qual se acha, no momento, em missão official, nas Repúblicas da Argentina e do Uruguai.

Segundo as informações prestadas ao Instituto por esse funcionario, o comercio de açúcar do Uruguai está sendo controlado pelo Banco de La Republica Oriental del Uruguay, através da abertura dos necessarios créditos cambiais, de acordo com as quotas de importação fixadas pelo governo.

O Banco não permite negocios em bases mais desvantajosas do que as das ofertas do Perú, cujo preço Fob orça entre Rs. 17\$000 e 18\$000, por sacco de 60 quilos.

Considerando, entretanto, as vantagens resultantes de menor frete, a Remolacheras y Azucarera del Uruguay S. A. (R.A.U.S.A.) se propõe a adquirir açúcar brasileiro — demerara, polarização 96º, ao preço de 18\$700, Fob, Recife ou Maceió, ao preço Cif correspondente, computando despesas à razão de U/S \$4,00 por tonelada.

O preço Cif seria, assim, o de cerca de Rs. 23\$700.

Dada a circunstancia de que as despesas de frete e outras decorrentes das condições de venda Cif atingem cerca de Rs. 7\$000 por sacco, os negocios para o Uruguai deverão, de preferencia, ser feitos nas condições Fob, a não ser que o Lloyd Brasileiro, ou outra companhia nacional de navegação, forneça praça em seus navios, para transporte do açúcar, mediante despesas totais de Rs. 5\$000, por sacco, entre o preço Fob e Cif.

Vai dispor o Instituto de 100.000 sacos de açúcar demerara, em Pernambuco, para exportação, por conta dos produtores, e em substituição de igual quantidade de açúcar cristal da safra passada, já entregue à Distilaria Central Presidente Vargas.

Os embarques das quotas de açúcar, para o Uruguai, somente se poderão iniciar em fevereiro do ano vindouro, em volume não superior a 3.000 toneladas mensais.

Os 100.000 sacos de açúcar demerara mencionados estarão disponiveis em Pernambuco, a partir de janeiro próximo, podendo, portanto, ser realizada a sua venda para Montevidéu, ao preço Fob de Rs. 18\$700, ou eventualmente de Rs. 23\$700, Cif, se o

TENDENCIAS DO DESENVOLVIMENTO E TRANSFORMAÇÕES DA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MUNDIAL NOS ÚLTIMOS 25 ANOS

DR. HUGO AHLFELD

O estudo, cuja publicação iniciamos em seguida, da autoria do economista e estatístico alemão dr. Hugo Ahlfeld, que goza de uma reputação universal, foi traduzido para o português, da revista "Weltwirtschaftliches Archiv (número de janeiro deste ano), editada pelo Instituto de Economia Mundial, de Kiel, pelo dr. João Jochmann, assistente da Secção Técnica da Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

SUMARIO: I — Cana e beterraba. II — Concorrência entre o açúcar de cana e o de beterraba. III — Competição agravada entre os mercados de açúcar depois da guerra mundial. IV — Primeira tentativa de uma indústria açucareira mundial dirigida. V — Transformações da estrutura da indústria açucareira mundial depois da Grande Guerra. VI — Continuação da cooperação internacional no Convenio Internacional de Açúcar de maio de 1937. VII — Primeiras consequências da irrupção da guerra de 1939. VIII — Perspectivas.

I CANA E BETERRABA

A indústria açucareira baseia-se em duas culturas: cana e beterraba. Aquela prospera somente nas regiões tropical e subtropical, esta nas zonas de clima temperado. Apenas em alguns países subtropicais encontramos ambas as culturas simultaneamente. Pode-se dizer, portanto, que, via de regra, não existe o cultivo da beterraba onde a cana é plantada e vice-versa.

1.º — Histórico, tecnologia e rendimento

Desde muitas dezenas de séculos, o açúcar de cana é conhecido como gênero alimentício e condimento, enquanto que a descoberta do açúcar, como parte essencial da

seiva da beterraba, foi obra de Andreas Sigmund Marggraf (1709 a 1782), professor de química e diretor da então Academia Prussiana de Ciências de Berlim. A utilização prática da descoberta do grande mestre ficou reservada a seu aluno Franz Karl Achard (1753-1821) que, também, era diretor do curso de física da referida academia e sucessor imediato de Marggraf.

Na Europa, a indústria de açúcar de beterraba atingiu o primeiro apogeu durante o bloqueio continental, isso principalmente na França, chegando, porém, a desempenhar um papel preponderante no conjunto da indústria açucareira mundial, apenas desde o segundo terço do século XIX. As tecnologias da cana e da beterraba distinguem-se, fundamentalmente, uma da outra, já em função das condições diferentes do clima reclamado por cada uma das duas plantas. Quanto à cana, uma vez plantada sua muda, permanece muitas vezes, durante 6 a 7 anos consecutivos brotando, depois da colheita, novos rebentos que por sua vez proporcionam bons rendimentos por muitos anos.

O plantio da cana faz-se no solo tropical e sub-tropical, sob o domínio de condições de trabalho coloniais, fato esse que tem muita influencia no rendimento e no custo da produção. Há muito poucos países produtores de cana onde, como por exemplo Java, anualmente se plantam mudas novas. Entretanto, a beterraba é semeada por ano, cons-

Lloyd Brasileiro, ou outra Companhia, que, a respeito, consultar o Instituto, concordar em assumir a responsabilidade do transporte, dentro da margem de Rs. 5\$000 entre os dois preços indicados.

Ficou, pois, autorizada a Gerencia a realizar os entendimentos necessários com o sr. Iberê Goulart, para a efetivação da venda do referido lote de açúcar, nas condições em apreço.

tituindo principalmente uma cultura dos países europeus de agricultura bem desenvolvida.

Nos últimos 50 anos foram empenhados muitos esforços no sentido de se obterem espécies de cana e beterraba com rendimento cada vez maior na fabricação do açúcar. Tais esforços foram coroados de sucessos tais que ultrapassaram todas as expectativas, pois podiam ser aumentados enormemente o rendimento por hectare bem como o açúcar contido na beterraba e na cana. Quanto à beterraba, eram os cultivadores alemães que, nesse particular, mantinham lugar de maior destaque enquanto que os melhoramentos da cana se devem, antes de tudo, aos estudos científicos da industria açucareira de Java. As espécies deste país, de nome POJ. (Proef-Station Oost Java), principalmente durante os últimos 15 anos, exerceram uma influen-

cia verdadeiramente revolucionaria sobre toda a industria açucareira da cana.

Examinando os rendimentos em açúcar, por hectare, alcançados durante os últimos anos nos principais países produtores de cana e beterraba, verificamos que, nos domínios das industrias mais bem dirigidas e aparelhadas, a cana oferece rendimentos múltiplos dos que podem ser obtidos nas regiões da cultura europeia mais adiantada. Contudo, existem ainda hoje países produtores de cana, cujos rendimentos não equivalem, nem de longe, aos de produtores europeus da beterraba. Tal estado, porem, não é senão questão de tempo, visto provirem os baixos rendimentos em açúcar verificados em muitos países produtores de cana, apenas de certos defeitos de organização, cultura e elaboração, bem como do fato de plantarem eles espécies menos rendosas.

QUADRO 1 — RENDIMENTO EM AÇUCAR POR HECTARE — 1934/35 — 1937/38

P A I S E S	AÇUCAR RENDIDO POR 1 HECTARE			
	1934/35	1935/36	1936/37	1937/38
	Quintais métricos			
Produtores de beterraba				
Alemanha	49,9	46,5	52,3	56,6
Dinamarca	21,1	56,3	57,5	62,1
França	45,8	40,7	39,6	41,5
Grã Bretanha	40,7	34,9	41,0	33,6
Holanda	67,1	58,2	60,8	60,1
Italia	41,3	38,1	31,9	32,6
Russia (U. R. S. S.)	12,6	21,3	16,4	21,0
Suecia	53,9	58,2	58,1	62,5
Tchecoslovaquia	43,7	38,1	47,9	44,4
Produtores de cana				
Argentina	26,2	29,2	32,4	—
Australia	71,4	68,0	76,8	—
Brasil	21,0	24,6	19,6	25,7
Cuba	42,6	42,8	52,6	52,7
Havai	171,2	174,1	162,9	—
Japão e Formosa	93,1	80,0	91,8	86,6
Java	173,4	161,5	161,7	—
Mauricio	36,7	56,8	59,5	60,9
Perú	125,2	119,4	127,4	126,7

Fonte: "Estatística açucareira mundial 1937/38, 1936/37 e estimativa, para 1938/39", págs. 6 e 8. ("Weltzuckerstatistik"). Daqui em diante citado de "Estatística açucareira mundial".

Todos os dados volumétricos desta tabela e das seguintes referem-se ao açúcar cru, para a conversão de açúcar bruto em açúcar branco usa-se a taxa de 10:9; para anos anteriores, 9:8.

2.º — A posição da beterraba dentro das diversas economias nacionais

Como é natural, a indústria da cana tentou combater, por todos os meios, o desenvolvimento da beterraba. Esta sofreu, então, as mesmas experiências, pelas quais passam todos os produtos novos, capazes de conquistar certos mercados que anteriormente eram dominados por determinadas mercadorias. Houve uma época, em que o açúcar de beterraba era também "ersatz" (1) provando, porém, logo a sua equivalência incondicional. Apesar disso, semelhante indústria europeia não poderia ter progredido, se não tivesse sido protegida pelos governos, pois já naquele tempo, a superioridade econômica da cana era muito grande. O rendimento em açúcar, consignado no quadro n.º 1, ainda hoje, "in principio" não se alterou. Levando-se em conta a produção de açúcar, a cana, igualmente em nossos dias, leva vantagem sobre a beterraba, isso sob o ponto de vista da produtividade e do rendimento, o que é ocasionado pela maior fertilidade das terras e pelo menor custo do braço, nas zonas tropicais.

Que é que fez, então, com que os governos dos Estados europeus tenham dedicado sua atenção especial à indústria açucareira da beterraba desde os seus primeiros dias?

Em primeiro lugar, é obvio, eram considerações políticas de ordem econômica. Criar uma nova indústria agrícola, capaz de tornar independentes da importação do açúcar de cana, tão caro, as diversas economias nacionais, eis a idéia sedutora a ponto de suscitar logo aos governos a disposição de dedicar à nova indústria todo o auxílio, até mesmo com sacrifícios. O caminho comum era o do direito de alfândega. Este, porém, devia servir, essencialmente, apenas para o fim de proporcionar às indústrias em início, condições de desenvolvimento melhores, de forma que elas, mais tarde, pudessem competir com o açúcar de cana sem o auxílio da comunidade nacional. Com pequenas exceções, tal principio foi respeitado até hoje, verificando-se, entretanto, no decorrer do tempo, que a indústria do açúcar de beterraba, pelas causas mencionadas, sempre há de precisar de certo protecionismo aduaneiro.

O crescimento da produção do açúcar de

beterraba foi acompanhado pela diminuição correspondente das importações do produto tropical. Sendo assim, as receitas das alfândegas sofreram baixas muito sensíveis, dificultando-se, bastante, por isso, a situação das finanças públicas. Para remediar tal situação, chegou-se muito breve à conclusão de que o recurso seria tributar a indústria açucareira de beterraba com um imposto especial, sendo adotado, em alguns países, o tipo de imposto da produção. Na maior parte dos países produtores, porém, foi preferido o imposto de consumo. Como era limitado o número dos estabelecimentos a tributar, tornou-se fácil a fiscalização bem como a execução completa da arrecadação. Além disso, tal imposto, sob o ponto de vista da política financeira, parecia bem motivado por isso que passara por luxo o consumo do açúcar que, até o advento do produto da beterraba, custava muito caro.

Embora, no decorrer do tempo, o açúcar, em todos os países de alta civilização, se tornasse valiosíssimo gênero alimentício popular, o imposto sobre o seu consumo foi conservado, apesar de todos os esforços empenhados pela indústria atingida, no sentido de eliminá-lo, porque o mesmo constitui, para todos os Estados, uma fonte de tributação cômoda e abundante. Tal peculiaridade da indústria em questão, bem como o fato de necessitar ela de proteção, tinha por consequência que talvez nenhuma mercadoria tenha experimentado tantas providências governamentais e, não raras vezes, até certos favores, como o açúcar, e isto, mesmo na época do liberalismo econômico.

Assim, a indústria açucareira e a cultura da beterraba sempre mantinham, dentro das diversas economias nacionais, uma posição algo singular. Deve-se isso, ainda, a outras circunstancias, ou sejam razões da ordem agrônômica e da defesa nacional. Espalhando-se a dita cultura, observou-se logo que o tratamento intensivo da terra, reclamado pela beterraba, melhorou bastante o solo ocupado, favorecendo, desta maneira, os plantios seguintes. Conseguiu-se sempre aumentar bastante o rendimento dos cereais plantados, sob a orientação da técnica agrônômica, em seguida à beterraba. Além disso, o cultivo desta apresenta outra vantagem especial: justamente naqueles meses em que é diminuída, nas zonas rurais, a procura do braço humano, exige ele o maior número de

(1) — (N. da R.) sucedâneo.

horas de trabalho por unidade de area e realiza-se sua colheita.

Finalmente a guerra mundial ensinou como é valioso dispor-se de industria açucareira propria principalmente para os Estados suscetiveis dos efeitos de qualquer bloqueio. Nos últimos anos surgiu mais um argumento que fortaleceu, imensamente, a posição da cultura da beterraba, isto principalmente na Alemanha. Enquanto essa cultura, ainda durante o primeiro decenio depois da guerra mundial, gravitou, incontestavelmente em torno da produção de açúcar, adquiriu, nos últimos anos, uma importancia cada vez maior a sua aplicação como forragem. Sob a direção nacional-socialista da economia alemã, percebeu-se cedo que a beterraba proporciona duas safras, uma em baixo, outra em cima do solo, sendo logo aproveitado, praticamente, tal conhecimento.

Consequentemente, as fábricas transformadoras da beterraba tornaram-se, numa medida até então desconhecida, usinas de açúcar e de forragens, simultaneamente. Como se presta a beterraba para tais fins consta das análises feitas pelo professor Roemer, de Halle, pelas quais se verifica o seguinte: calculando-se as unidades de forragem por hectare cultivado, proporciona a beterraba 58,76 quintais métricos, a batata 26,74, o trigo, 20,93, o centeio 17,85 e a aveia 17,83.

Levando-se em conta o grande valor da beterraba para a obtenção da independencia, em materia de gêneros alimenticios e forragens, e, ainda, as suas vantagens relevantes sob o ponto de vista da agronomia e da defesa nacional, não é de admirar que quase todos os Estados europeus tenham criado a sua industria açucareira de beterraba, se bem que o produto nacional fosse muito mais caro do que o açúcar de cana oferecido pelas zonas tropicais. E' preciso conhecer-se esses pormenores para se poder formar um juizo acertado sobre as forças propulsoras da industria açucareira mundial.

II — CONCORRENCIA ENTRE O AÇUCAR DE CANA E O DE BETERRABA

Antes de estudarmos o desenvolvimento da industria açucareira mundial, ocorrido depois da guerra passada, bem como as transformações fundamentais da sua estrutura, desejamos dar um breve resumo dos principios que dominaram, antes de 1914, e durante a grande conflagração, a política açuca-

reira, esboçando rapida e estatisticamente, a situação dessa industria universal para obtermos uma medida avaliadora do desenvolvimento processado até esta parte, e, ao mesmo tempo, um fundamento seguro para julgarmos das tendencias do futuro.

1.º — A situação antes da guerra mundial

A época anterior à guerra caracteriza-se, antes de tudo, pela concorrência entre o açúcar da cana e o da beterraba. Este, no decorrer dos decenios, não só conquistara os mercados nacionais, mas se tinha apresentado, tambem, no mercado livre mundial, removendo o açúcar de cana dos seus antigos dominios. Tal política de exportação não podia ser realizada senão por meio de subvenções por parte dos governos, porque o produto da beterraba, conforme explicamos acima, não era capaz de competir, por si só, com o da cana. Muitos Estados europeus, entre os quais, em primeiro lugar, a Alemanha, a Austria, Hungria e a Russia, concederam às suas industrias açucareiras premios de exportação, visiveis ou não, proporcionando-lhes, destarte, a possibilidade de concorrer vantajosamente com o seu competidor.

Tais medidas causaram grandes dificuldades, particularmente, à industria açucareira da cana, das Indias Ocidentais Britânicas, de forma que a Grã Bretanha se viu forçada a tomar providencias para conservar a sua industria colonial de açúcar; pois, como maior compradora do açúcar de beterraba europeu, estava perfeitamente em condições de forçar as industrias continentais a reconhecerem os seus interesses. Ameaçou, caso essas a isso se recusassem, de tributar por direitos de alfândega, exatamente compensatorios, o açúcar de beterraba premiado. Finalmente, essas questões encontraram sua solução no Convenio de Bruxelas, celebrado em 5 de março de 1902.

Foi indicada, como fim principal dessa convenção, a igualdade das condições de concorrência para o açúcar de beterraba e o de cana, bem como o aumento do consumo, devendo servir de meios para alcançar tal finalidade a revogação dos premios e a limitação do direito de alfândega adicional.

Quando da referida convenção, nos meios europeus da industria açucareira, foram externados serios receios a respeito das consequencias que semelhante arranjo provoca-

ria para a exportação do açúcar. Entretanto, o desenvolvimento real não deu razão a essas apreensões, pois a quota que coube ao açúcar de beterraba sobre a produção mundial,

até o irrompimento da guerra de 1914, baixou numa medida insignificante, conforme se depreende dos seguintes algarismos :

QUADRO 2 — PRODUÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL — 1900/01 a 1913/14

ANOS DE COLHEITA	PRODUÇÃO DE AÇUCAR				
	Números absolutos			Números relativos	
	Total	De beterraba	De cana	De beterraba	De cana
	Milhões de toneladas			Total = 100	
1900/01	11,3	6,0	5,3	53,3	46,7
1901/02	12,6	6,9	5,8	54,4	45,6
1902/03	11,5	5,7	5,8	49,4	50,6
1903/04	12,1	6,1	6,0	50,1	49,9
1904/05	11,2	4,9	6,3	44,0	56,0
1905/06	14,0	7,3	6,7	51,9	48,1
1906/07	14,3	7,2	7,1	50,4	49,6
1907/08	13,7	7,1	6,6	51,5	48,5
1908/09	14,4	7,0	7,4	48,7	51,3
1909/10	14,7	6,6	8,0	45,3	54,7
1910/11	16,8	8,7	8,2	51,5	48,5
1911/12	15,5	6,9	8,6	44,8	55,2
1912/13	18,0	9,0	9,0	50,2	49,8
1913/14	18,7	9,1	9,7	48,4	51,6

Fonte : "Estatística açucareira mundial", pág. 9.

Segundo observamos nesses números, até a guerra mundial, a convenção de Bruxelas não fizera, de nenhum modo, com que o açúcar de beterraba fosse removido, sensivelmente, do mercado mundial. Estamos convencidos, nos entanto, de que os melhoramentos introduzidos na cultura da cana e nos processos de fabricação colonial, mais cedo ou mais tarde, teriam operado nesse sentido, se não tivesse irrompido a grande guerra.

Pode-se emitir tal opinião justamente hoje, pois verificados os enormes progressos da indústria do açúcar de cana, ninguém poderá afirmar que o açúcar de beterraba seja capaz de competir, por si só, com o produto tropical, questão essa sobre a qual se podia discutir antes de 1914, porque então mal se conheciam as possibilidades do desenvolvimento inerentes à indústria açucareira de cana.

2.º — O declínio da indústria açucareira de beterraba e a ascensão da de cana, durante a guerra mundial.

Em consequencia da guerra desencadeada, a luta entre a beterraba e a cana, sobre cujo resultado a favor desta última, no domínio da exportação, não podia restar dúvida, mudou completamente de terreno, pois foram interrompidas, de repente, todas as relações que, até então tinham crescido organicamente entre as zonas da produção e as do consumo. Atingiu essa situação, de modo especial, a economia açucareira da Europa. Conforme já antes mencionamos, o abastecimento de açúcar da Grã Bretanha dependia, antes da guerra, em primeiro lugar, dos fornecimentos dos grandes produtores europeus, ou sejam principalmente a Alemanha, a Austria-Hungria e a Russia. As exportações desses países, porem, cessaram, logo em 1914, de maneira que a Inglaterra sentiu, dentro em breve, a escassez do artigo.

Tal situação, é obvio, proporcionou aos países produtores de cana a oportunidade de elevar bastante as suas vendas. Acontece, porem, que transformações econômicas de tal envergadura não podem ser completamente aproveitadas, na realidade, de um ano para outro, pois, assim como outras culturas, necessita também a cana de períodos mais longos, para aumento da área cultivada, construção de outras usinas e entabulação de novas relações comerciais. Em consequência disso, a produção do açúcar de cana, durante os primeiros anos da guerra, não subiu senão vagarosamente, apesar do plantio, mais tarde, aumentar numa cadencia cada vez mais acelerada. Num contraste claro, a indústria açucareira da Europa foi caindo em decadencia, até mesmo em função dos proprios combates, visto se travarem as mais rudes batalhas na Bélgica, na França setentrional e na Polonia, ou seja justamente em zonas importantíssimas da cultura da beterraba. Não pode haver, nessas regiões, nenhuma produção de açúcar. Nas demais partes, a falta de mão de obra causou evidente insuficiencia no tratamento das plantações, o que, por sua vez, de par com a escassez de adubos, redundou numa rápida redução do rendimento por hectare.

Terminadas as hostilidades, as lutas políticas internas e a pouca disposição para o

trabalho continuaram a diminuir o rendimento. Todos esses fatores cooperaram para o quase desmoronamento do soberbo edificio da industria açucareira européia. Aliás, sua organização interna também experimentou transformações fundamentais, pois, dadas as condições de guerra, tinham sido controlados firmemente, pelos governos, a produção, venda e preços do artigo, enquanto que o Estado, antes de 1914, só havia exercido influencia sobre o desenvolvimento da industria açucareira através da sua política aduaneira e fiscal. Semelhantes tendencias de economia planificada puzeram-se cada vez mais em evidencia, em detrimento do comercio livre. (De passagem: não se pode afirmar que o governo alemão daquela época haja demonstrado uma habilidade especial.)

Embora a propria conflagração já tivesse sido extinta, os efeitos desse período guerreiro fizeram-se sentir até a safra de 1924-25. Só de 1925-26 em diante a industria da beterraba na Europa começou a restabelecer-se realmente. Em 1913-14, havia produzido 8,3 milhões de toneladas, acusando, em 1919-20, o seu mínimo, com 2,6 milhões. A recuperação operou-se muito lentamente, pois os resultados eram, em 1920-21, de 3,8 milhões, em 1921-22 de 4,1 milhões, só se tendo alcançado o nível de 1913-14 em 1927-28, com a produção de 8,1 milhões de toneladas.

QUADRO 3 — PRODUÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL, 1914/15 a 1924/25

ANOS DE COLHEITA	PRODUÇÃO DE AÇUCAR				
	Números absolutos			Números relativos	
	Total	De beterraba	De cana	De beterraba	De cana
	Milhões de toneladas			Total = 100	
1914/15	18,2	8,3	9,9	45,6	54,4
1915/16	16,7	6,1	10,6	36,5	63,5
1916/17	17,0	5,9	11,2	34,4	65,6
1917/18	16,9	5,2	11,7	30,6	69,4
1918/19	15,9	4,4	11,5	27,9	72,1
1919/20	15,2	3,4	11,9	22,0	78,0
1920/21	16,8	4,9	11,9	29,2	70,8
1921/22	17,9	5,1	12,7	28,7	71,3
1922/23	17,9	5,4	12,5	30,0	70,0
1923/24	19,6	6,1	13,5	31,0	69,0
1924/25	23,2	8,3	14,9	35,8	64,2

Fonte: "Estatística açucareira mundial".

Enquanto, durante toda essa época, a indústria da beterraba sofria tão grande diminuição, a indústria da cana vivia os seus dias aureos, pois, imediatamente após o armistício, a procura do açúcar se tornou fortíssima em todos os países, aumentando imensamente o preço da mercadoria. Se não, vejamos. Na media anual, o preço do açúcar de cana (cif Londres) por cwt era, em 1913, de 10 s 5 ½ d; em 1914-15, de 19 s 2 ½ d; em 1918, de 24 s 7 ¼ d, tendo alcançado em 1920 o seu ponto culminante, com 65 s 8 ¼ d.

Tal surto dos preços representava, naturalmente, um estímulo fortíssimo para os produtores de açúcar em todo o mundo, fazendo com que ampliassem, a todo transe, a fabricação do artigo. Em primeiro lugar, foi a indústria de Cuba que, auxiliada pelo capital americano, construiu fábricas novas e cultivou áreas cada vez maiores, aumentando, desse modo, bastante, a capacidade de seu aparelhamento produtor. A produção desse país tinha montado, em 1910/11, a 1,5 milhão de toneladas; em 1913-14, a 2,6 milhões; em 1918-19, a 4 milhões e, em 1924-25, a 5,2 milhões de toneladas. Em muitos outros países produtores da cana, observou-se um desenvolvimento semelhante, embora de intensidade menos acentuada.

A consequencia da guerra mundial era, por tudo isso, um surto vertiginoso da produção de cana e, concomitantemente, uma

decadencia quase que completa da industria da beterraba. Estava claro, entretanto, que tal estado de coisas não poderia permanecer "ad infinitum". Chegaria o dia em que a industria da beterraba, vencido o colapso, desencadearia de novo a competição por um lugar sob o sol. E não menos evidente era que tal concorrência não poderia deixar de causar novos e graves abalos ao edificio da industria açucareira mundial.

Esta fase nova da evolução econômica açucareira começa na safra de 1925-26, chegando a seu termo na de 1936-37. Nos primeiros anos desse período, assistimos à luta de todos contra todos, embora fossem registradas, mais tarde, varias tentativas para alcançar-se um ajustamento dos diversos interesses por meio de convenções internacionais.

Antes de examinarmos o desenvolvimento verificado desde a safra de 1925-26 e suas tendencias básicas, convem proporcionarmos um resumo do movimento do açúcar existente, bem como da própria produção, nas principais nações produtoras do mundo, porque esses dados facilitam bastante a compreensão das ponderações posteriores.

III — COMPETIÇÃO AGRAVADA ENTRE OS MERCADOS DE AÇUCAR DEPOIS DA GUERRA MUNDIAL

1.º — Resumo estatístico

QUADRO 4 — PRODUÇÃO AÇUCAREIRA MUNDIAL, 1925/26 a 1937/38

ANOS DE COLHEITA	PRODUÇÃO DE AÇUCAR				
	Números absolutos			Números relativos	
	Total	De beterraba	De cana	De beterraba	De cana
	Milhões de toneladas			Total = 100	
1925/26	23,8	8,6	15,1	36,3	63,7
1926/27	23,2	7,9	15,3	34,0	66,0
1927/28	25,1	9,2	16,0	36,5	63,5
1928/29	26,8	9,6	17,2	35,9	64,1
1929/30	26,7	9,3	17,4	35,0	65,0
1930/31	27,9	11,9	15,9	42,8	57,2
1931/32	25,0	8,8	16,2	35,1	64,9
1932/33	22,7	8,0	14,7	35,2	64,8
1933/34	24,3	9,2	15,1	37,7	62,3
1934/35	24,6	9,8	14,8	39,7	60,3
1935/36	27,1	10,4	16,7	38,3	61,7
1936/37	28,9	10,2	18,7	35,4	64,6
1937/38	29,4	11,1	18,3	37,8	62,2

Fonte: "Estatística açucareira mundial". No tocante a alguns países produtores, tais como Java, Italia, etc., este quadro bem como os anteriores, baseia-se em dados elaborados segundo o criterio de cada país, quanto ao respectivo ano agrícola, enquanto que no quadro seguinte os dados se referem, de modo quase uniforme, ao período de setembro a agosto.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇÚCAR POR PAISES

PAISES	QUANTIDADE — 1.000 T.								
	1900/01	1913/14	1919/20	1925/26	1930/31	1934/35	1935/36	1936/37	1937/38
A — PRODUÇÃO DE AÇÚCAR DE BETERRABA									
Alemanha	(1) 1.983	(1) 2.720	716	1.593	2.528	1.692	1.693	(2) 1.950	(2) 2.372
Austria	(3) 1.094	(3) 1.730	5	78	150	223	206	(4)	(4)
Belgica	325	230	147	332	283	270	241	240	240
Bulgaria	(4) 3	(4) 7	14	2	58	2	18	12	32
Dantzig	50	144	7	25	52	42	—	9	14
Dinamarca	72	191	156	183	168	90	245	226	251
Espanha (5)	—	—	93	276	326	354	200	226	151
Finlandia	1.114	795	—	2	4	12	9	11	11
França	—	—	172	747	1.196	1.217	925	885	969
Grã Bretanha (6)	178	230	—	58	462	654	523	588	426
Holanda	(7)	(7)	239	307	300	264	239	244	246
Hungria	—	—	11	166	234	120	117	144	111
Irlanda (República)	—	—	—	—	26	70	92	96	91
Italia (8)	67	334	189	220	420	350	325	333	352
Iugoslavia (9)	2	8	9	63	98	63	90	101	37
Letonia	—	—	—	1	7	61	50	43	50
Lituania	—	—	—	—	—	17	24	30	32
Polonia	(10)	(10)	95	589	792	453	450	458	562
Rumania	19	33	4	110	163	107	135	72	76
Russia (U. R. S. S.)	(11) 894	(11) 1.751	79	1.194	2.004	1.478	2.600	1.999	2.500
Suecia	115	137	145	204	187	272	295	299	345
Suiça	2	4	1	7	6	9	8	9	12
Tchecoslovaquia	(7)	(7)	501	1.490	1.126	631	563	710	741
Turquia	—	—	—	—	15	65	60	73	57
Total da Europa	5.918	8.291	2.583	7.647	10.605	8.498	9.108	8.758	9.678
Argentina	—	—	—	—	2	5	5	2	1
Australia	—	1	2	2	5	5	5	4	6
Canada	—	13	19	37	47	57	61	77	61
Estados Unidos	88	749	746	920	1.229	1.183	1.203	1.318	1.294
Irã	—	—	—	—	—	9	17	19	18
Japão	—	—	—	12	23	35	31	44	45
Manchuquo	—	—	—	—	—	—	—	6	12
Uruguai	—	—	—	—	—	—	—	3	3
Total dos demais continentes	88	763	767	971	1.306	1.294	1.322	1.473	1.440
Total mundial	6.006	9.054	3.350	8.618	11.911	9.792	10.430	10.231	11.118

(Continua)

QUANTIDADE — 1.000 T.

PAISES

	1900/01	1913/14	1919/20	1925/26	1930/31	1934/35	1935/36	1936/37	1937/38
Espanha	39	15	8	8	23	18	20	16	12
Cuba	621	2.640	3.787	4.963	3.172	2.578	2.629	3.029	3.040
Luisiana e Flórida	278	273	110	126	191	238	347	396	415
Porto Rico	63	330	441	550	715	708	840	904	977
Ilhas Sandwich	384	560	517	717	904	874	987	835	833
Trindade	52	56	59	75	100	120	157	152	136
Barbados	58	34	55	48	60	47	107	130	113
Jamaica	20	16	48	59	51	78	93	109	120
Antigua	10	16	16	13	5	18	22	33	23
São Kitts	7	8	10	17	15	29	29	35	28
Demais países das Índias Ocidentais	7	8	6	7	7	9	10	13	11
Britânicas	13	6	13	6	2	2	3	8	4
Ilhas Virgem	45	107	179	360	369	431	457	454	428
São Domingos	107	146	105	217	298	294	347	283	303
México	34	40	19	48	38	47	55	51	54
Martinica	28	26	23	33	24	37	40	55	48
Guadelupe	—	—	4	10	19	36	38	36	40
Haiti	10	11	15	26	40	32	35	32	35
Guatemala	14	15	46	72	50	49	51	61	56
Demais países da América do Norte e Central	1.751	4.292	5.453	7.347	6.060	5.627	6.247	6.616	6.664
Total da América do Norte e Central	118	275	295	395	382	345	390	485	412
Argentina (12)	312	358	695	750	1.020	994	1.035	900	1.004
Brasil	5	4	10	26	21	19	20	17	22
Equador	96	108	88	109	128	177	178	203	211
Goiana Britânica	120	228	314	377	390	399	389	409	343
Perú (13)	13	13	8	16	20	18	18	20	15
Surinam	3	4	19	22	20	19	22	25	24
Venezuela	10	12	31	44	33	44	42	49	51
Demais países da América do Sul	677	1.002	1.460	1.739	2.014	2.015	2.094	2.108	2.082
Total da América do Sul									

(Continua)

QUADRO N.º 5

(Continuação)

QUANTIDADE — 1.000 T.

PAISES

	1900/01	1913/14	1919/20	1925/26	1930/31	1934/35	1935/36	1936/37	1937/38
Egito	94	70	88	96	122	137	132	138	160
Maurício	182	250	235	241	221	179	281	308	318
Reunião	43	36	50	59	50	64	91	84	80
União Sul-Africana (14)	17	94	172	217	356	324	377	440	461
Moçambique	4	34	40	61	77	86	80	76	71
Angola	—	—	13	10	21	26	35	29	32
Demais países da África	4	9	10	14	25	-56	53	86	97
Total da África	344	493	608	698	872	872	1.049	1.161	1.219
Java (15)	823	1.434	1.552	1.992	2.843	514	592	1.415	1.399
Índias Britânicas:	925	1.149	1.524	253	431	877	1.248	1.396	1.211
Açúcar branco				1.061	1.140	1.876	2.086	2.168	1.709
"Gur"									
Filipinas	113	313	411	493	834	630	889	1.015	998
Japão e Formosa	84	238	294	593	912	1.139	1.049	1.159	1.167
China	300	300	250	275	119	452	476	619	730
Indochina	50	61	60	55	56	55	55	60	78
Total da Ásia	2.295	3.495	4.091	4.722	6.335	5.543	6.395	7.832	7.292
Austrália	115	270	177	525	544	653	659	795	816
Ilhas Fidji	32	94	65	102	94	114	134	151	142
Total da Oceania	147	364	242	627	638	767	793	946	958
Total mundial do açúcar de cana	5.253	9.661	11.862	15.141	15.942	14.842	16.598	18.679	18.227
Idem do açúcar de beterraba	6.006	9.054	3.350	8.618	11.911	9.792	10.430	10.231	11.118
Total mundial geral	11.259	18.715	15.212	23.759	27.853	24.634	27.028	28.910	29.345

Fônte: "Estatística açucareira mundial", e "Relatório alemão" (Deutscher Bericht), Magdeburg, 1939, n.º 22.

(1) Inclusive a produção de Dantzig. — (2) Inclusive a produção da Austrália. — (3) Inclusive a produção da Hungria e Tchecoslovaquia. — (4) Incluído na produção da Alemanha. — (5) Julho a Junho. — (6) A partir de 1925/26, Reino Unido, inclusive Irlanda do Norte. — (7) Incluído na produção da Austrália. — (8) Agosto a Julho. — (9) Até 1913/14, Servia. — (10) Incluído na produção da Rússia. — (11) Inclusive a produção da Polónia. — (12) Maio a Novembro. — (13) Janeiro a Dezembro. — (14) Maio a Abril. — (15) — Até 1930/31, Maio a Abril; a partir de 1934/35, Abril a Março.

QUADRO 6 — MOVIMENTO MUNDIAL DE AÇUCAR, 1925/26 a 1937/38

Anos	QUANTIDADES EM MILHÕES DE TONELADAS							
	Produção	Importação	Efetivos no início da safra (1/IX)	Total	Efetivos no fim da safra (31/VIII)	Entregas	Exportação	Consumo
1925/26 . . .	23,6	13,2	5,3	42,0	5,8	36,3	13,1	23,2
1926/27 . . .	23,3	12,8	5,8	41,2	5,7	36,1	12,7	23,4
1927/28 . . .	24,9	12,8	5,7	43,4	6,1	37,2	12,6	24,6
1928/29 . . .	27,1	14,4	6,1	47,7	7,5	40,2	14,5	25,7
1929/30 . . .	26,4	12,8	7,5	46,7	8,9	37,8	12,6	25,2
1930/31 . . .	28,0	12,4	8,9	49,2	10,7	38,5	12,4	26,1
1931/32 . . .	25,1	11,3	10,7	47,2	10,9	36,3	11,1	25,1
1932/33 . . .	23,1	10,6	10,9	44,6	9,9	34,7	10,4	24,3
1933/34 . . .	24,6	10,4	9,9	44,8	9,5	35,4	10,5	24,9
1934/35 . . .	24,8	10,6	9,5	44,8	8,1	36,7	10,7	26,0
1935/36 . . .	27,0	10,8	8,1	45,9	7,4	38,6	10,3	28,3
1936/37 . . .	28,7	11,1	(1) 8,2	48,0	7,4	40,5	11,5	29,0
1937/38 . . .	29,5	10,9	7,4	47,8	8,6	39,2	11,0	28,1

Fonte : "Estatística açucareira mundial".

(1) Os estoques mundiais foram verificados da maneira mais completa em virtude de melhoramentos introduzidos na campanha estatística, justificando-se, com isso, a diferença existente entre os estoques observados no fim de 1935/36 e os verificados no início de 1936/37.

2.º — O reerguimento da industria de beterraba na Europa.

A reorganização da industria açucareira da Europa chegou a certo termo durante as safras de 1924-25 e 1925-26, pois já então estavam concertados os peores defeitos internos e assegurado um volume de produção capaz de abastecer os mercados nacionais. Ao mesmo passo, com o fortalecimento dessa industria, surgia de novo o interesse pela exportação, tanto mais quanto os preços elevadíssimos, vigorantes naqueles anos, constituíam, também, para os estabelecimentos do velho continente, um estímulo forte para fornecer ao mercado mundial livre o seu produto. De resto, era muito natural que tais industrias, dantes exportadoras em grande estilo, tentassem recuperar novamente, no mercado mundial, as posições perdidas. No decorrer dos anos, no entanto, o maquinismo produtor dos países cultivadores de cana tinha aumentado enormemente, como observamos, as respectivas possibilidades, logo se vendo que não seria facil amortecer, de um dia para outro, o seu ritmo de atividade. Justifica-se por esse fato que até a safra de 1930-31 as industrias açucareiras de cana

e de beterraba, simultaneamente, continuassem a aumentar a produção de modo acentuado. Tal desenvolvimento tinha que provocar, inevitavelmente, uma super-oferta exagerada, porque o consumo não estava em condições de corresponder às quantidades enormes do produto que apareciam no mercado livre mundial.

3.º — Fortalecimento das tendencias autárquicas

As dificuldades que se depararam às vendas, no mercado livre mundial, agravaram-se, ainda, pelo fato de diversos países terem chegado a ampliar, além dos limites de antes da guerra, suas industrias açucareiras nacionais, enquanto outros passavam a construir novas, contrastando, dessarte, a super-oferta com uma procura cada vez mais diminuída. Estávamos diante do fenômeno da política autárquica, a qual, além das demais causas, teve a fortalecê-la toda a serie de Estados novos criados pelo ditado de Versalhes. Semelhante processo redundou no fato de serem atualmente, na Europa, a Grecia, a Noruega, a Estonia e Portugal os únicos países que não dispõem de industria açucareira propria.

Mas dentro de algum tempo eles deverão ter criado também a sua produção nacional de açúcar, constituindo-se Portugal a única exceção, provavelmente, de vez que possui nas colônias uma indústria de cana bem organizada.

A orientação da política açucareira, por motivos da autarquia, andou de braços dados, em quase todos os países, com a planificação por parte dos governos. Atualmente, na maioria das nações, os planos de campanha estão sendo elaborados com auxílio dos mesmos departamentos governamentais que fiscalizam os preços da cana, da beterraba e do açúcar. A indústria açucareira mundial pode ser ci-

tada como exemplo clássico da economia planificada pelo Estado, a qual começa a se por em evidência em todos os países, qualquer que seja, de resto, o sistema político preferido. A autarquia nacional, na maioria dos países europeus, já se acha terminada, estando ainda em alguns outros em fase de evolução.

4.º — A queda dos preços de açúcar

A oferta de açúcar cada vez mais acentuada havia de ter como resultado natural a grande queda dos preços. Se não, vejamos o seguinte quadro:

QUADRO 7 — PREÇOS MEDIOS DO AÇUCAR BRUTO NA BOLSA DE NOVA YORK

(Cents por libra) (1)

A N O	Preço	A N O	Preço
1900	2,881	1919	6,650
1901	2,364	1920	11,350
1902	1,857	1921	3,364
1903	2,068	1922	3,005
1904	2,622	1923	5,278
1905	2,930	1924	4,174
1906	2,338	1925	2,565
1907	2,401	1926	2,565
1908	2,716	1927	2,948
1909	2,649	1928	2,434
1910	2,850	1929	1,993
1911	3,031	1930	1,471
1912	2,863	1931	1,333
1913	2,220	1932	0,930
1914	2,830	1933	1,220
1915	3,593	1934	1,499
1916	4,778	1935	2,331
1917	5,217	1936	2,694
1918	5,487	1937	2,543

Fonte: "Estatística açucareira mundial"

(1) Inclusive cost and freight (custo e frete).

IV — PRIMEIRAS TENTATIVAS DE UMA INDÚSTRIA AÇUCAREIRA MUNDIAL DIRIGIDA

As primeiras providências tomadas para enfrentar semelhante depressão dos preços seguiam perfeitamente os moldes do liberalismo econômico, pois no afã de se fortalecer para o combate no livre mercado mundial, a própria indústria açucareira punha em prática medidas de racionalização e organização mais firmes. Naquela época, a crença

na vitória "of the fittest" dominava o raciocínio de todas as personalidades de destaque, nos meios da indústria de açúcar exportadora.

Não tardou, porém, que a situação do mercado e as condições dos preços tomassem um vulto tão desastroso que foi abandonada a idéia de encontrar por essa forma uma solução para o problema. Generalizou-se, cada vez mais, a convicção de que a força de um só país não chegaria para deter a iminente catástrofe, mesmo se tal país possuísse uma indústria forte e bem organizada. Passa-

ram-se, contudo, muitos anos até que a indústria açucareira mundial chegasse, realmente, a tal conhecimento, confiando-se durante muito tempo nos efeitos da racionalização ou tentando-se melhorar a situação do mercado mundial por meio de ações isoladas.

Foi Cuba que deu os primeiros passos nesse sentido, pois, desde o ano de 1925, tentou frear a super-oferta no mercado mundial, pela limitação de sua própria produção. O único resultado desses esforços, porém, consistiu no aumento da produção dos competidores, bem como no fato de se ver removido dos seus mercados habituais o açúcar cubano.

1.º — A ação do Coronel Tarafa

Para remediar a situação de Cuba, em 1927, o Coronel cubano Tarafa tentou estabelecer, por meio de negociações com os países exportadores de açúcar da Europa e com a indústria açucareira de Java, um acordo sobre os mercados do produto. Na conferência de Paris, realizada nos dias 11 a 14 de novembro de 1927, declarou-se o seguinte: "A conferência reconhece os esforços que Cuba, há dois anos, empenhava no sentido de restabelecer o equilíbrio perturbado pela grande guerra. Examinando-se a situação mundial do açúcar, fica provado que, atualmente, o volume da produção ultrapassa os limites do consumo. Sendo assim, os representantes das indústrias açucareiras da Tchecoslovaquia, Polónia e Alemanha resolvem, por unanimidade, colaborar, daqui em diante, com todas as suas forças e boa vontade, mantendo o mais estreito e amigável contato com a política cubana, no sentido de ajustar a produção ao consumo."

Tal intento, porém, não o lograram os ditos países, porque seu número era muito pequeno. Considerou-se, naquela época, como lacuna mais sensível, o fato de se ter recusado a cooperar com os esforços de Cuba a grande indústria de Java. Essa recusa proveio da circunstância de terem sido ainda melhores as possibilidades de venda no Extremo Oriente, ou seja no mercado em que Java colocava a maior parte de sua produção. Além disso, a indústria açucareira desse país acreditava, firmemente, triunfar, por fim, dos demais competidores; e isso em virtude de sua excelente organização e do baixo custo da sua produção.

Os empenhos do Coronel Tarafa, embora

não coroados de êxito positivo, muito contribuíram para generalizar a convicção de que não poderia ser corrigida a situação desesperadora do mercado mundial de açúcar, se não por esforços coordenados. Além do que semelhantes trabalhos tinham estabelecido o contato pessoal entre as personalidades predominantes das maiores indústrias açucareiras exportadoras, o que era de sumo valor quando da continuação das conferências, pois se deve em boa parte a isso que, também nos anos posteriores a 1927, tivesse permanecido viva a idéia de uma convenção maior e mais completa dos interessados na exportação de açúcar.

2.º — A convenção de Chadbourne

A iniciativa para novas negociações foi tomada, outra vez, por Cuba, ou seja pelos grandes bancos estadunidenses, muito interessados na indústria açucareira dessa ilha. Foi incumbido, então, o advogado americano Thomas L. Chadbourne de iniciar discussões com os países exportadores da Europa e com a indústria açucareira de Java, para tentar, estabelecer novo convenio internacional, em bases mais amplas.

As conferências entabuladas por Chadbourne duraram os primeiros meses do ano de 1931, redundando em sucesso depois de terem sido superadas inúmeras dificuldades. Deram elas em resultado o Convenio Internacional de Açúcar, de 9 de maio de 1931, que, sob o nome de Convenção de Chadbourne ou Plano Chadbourne, passou à história da indústria açucareira mundial. Tomaram parte nesse tratado as indústrias de Cuba, Java, Alemanha, Tchecoslovaquia, Polónia e Bélgica, aderindo, mais tarde, as da Iugoslávia e do Perú. O texto da convenção, em certa altura, reza: "As partes contratantes procedem no interesse da indústria açucareira dos respectivos países, que representam os maiores exportadores do mundo. O grande aumento da produção bem como a acumulação de imensos estoques superfluos acarretaram, no mercado mundial do produto, uma baixa tal do preço que este ficou bastante inferior ao custo da produção. Semelhantes condições arrastaram as indústrias de açúcar à margem do abismo e a sua permanência há de causar aos países muitos danos e desgraças. Por isso, os contratantes consideram como dever providenciar no sentido de corrigir essas circunstâncias e favo-

recer as suas industrias para defendê-las contra a possibilidade de se repetir tal situação. E' com essas intenções que aderem ao tratado".

Acima de tudo, a convenção visou reduzir as ofertas no livre mercado mundial e diminuir os grandes estoques existentes. (Veja-se o quadro n.º 6.) Na consecução desse objetivo foram determinados, para os diversos países, certos contingentes de exportação,

obrigando-se os contraentes a regular a sua produção de tal forma que fossem diminuídos os estoques então verificados. Como os interessados não tencionavam valorizar exageradamente a mercadoria, ficou resolvido que fossem concedidos outros contingentes de exportação quando se alcançasse, no mercado mundial, certo nível de preços. Para os cinco anos de convenio estabeleceram-se as seguintes quotas de exportação:

QUADRO 8 — QUOTAS DE EXPORTAÇÃO DOS PAISES CONTRATANTES DA CONVENÇÃO DE CHADBOURNE

ESPECIFICAÇÃO	Contingentes a exportar — t (1)				
	1930/31	1931/32	1932/33	1933/34	1934/35
Países	I — Quotas normais				
Cuba (2)	655.000	805.000	855.000	855.000	855.000
Java (3)	2.300.000	2.400.000	2.500.000	2.600.000	2.700.000
Alemanha (4)	500.000	350.000	300.000	300.000	300.000
Tchecoslovaquia (4)	570.815	570.815	570.815	750.815	570.815
Polonia (4)	308.810	308.810	308.810	308.810	308.810
Hungria (4)	84.100	84.100	84.100	84.100	84.100
Bélgica (4)	30.275	30.275	30.275	30.275	30.275
Total	4.449.000	4.549.000	4.469.000	4.749.000	4.849.000
	II — Quotas aumentadas em virtude de alta de preços.				
Aumento de preço (fob Cuba)					
2 cents	4.671.450	4.776.450	4.881.450	4.986.450	5.091.450
2,25 cents	4.783.675	4.890.675	4.998.675	5.105.675	5.213.675
2,5 cents	4.893.900	5.003.900	5.113.900	5.223.900	5.333.900

Fonte: C Czarnikow, Ltd. "Weekly Price Current", Londres, 1931, n.º 16, pág. 81.

(1) Os dados de Cuba são em "long tons". — (2) Janeiro a Dezembro; não compreendida a exportação para os Estados Unidos. — (3) Abril a Março. — (4) Setembro a Agosto.

A convenção de Chadbourne, entretanto, não estava fadada a um sucesso real. Examinando-se as causas de seu malogro, verifica-se o seguinte:

- 1 — A convenção partiu de um juízo desacertado sobre a situação e o desenvolvimento da industria açucareira mundial, o que se prova facilmente pelo fato de terem sido estabelecidas quotas de exportação demasiadamente grandes.
- 2 — As medidas previstas foram tomadas de maneira vacilante e, não raras vezes, muito tarde. Aconteceu, assim, que os estoques mundiais, cuja diminuição o convenio visara, subiram, desde 1.º de setembro de 1930 até a mesma data de 1932, de 8, 9 a 10,9 milhões de toneladas,

cabendo a maior responsabilidade disso a Java.

- 3 — Dos países interessados no "mercado livre mundial", tomou parte na Convenção apenas um número insuficiente.
- 4 — Enquanto vigorava o tratado, realizaram-se, na industria açucareira mundial, transformações estruturais de caráter fundamental e isso fora da esfera que poderia ser influenciada pelas nações participantes do convenio de Chadbourne. Atribuimos a essa circunstancia papel decisivo.
- 5 — As diversas cláusulas da convenção eram muito pouco flexiveis, de forma que não podiam ser ajustadas, rapidamente, às situações alteradas.

(Continua)

DESPACHOS DO PRESIDENTE DO I. A. A.

O sr. Barbosa Lima Sobrinho, presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool, despachou os seguintes processos :

2.180/39 — Moisés Pereira Nunes Bandeira — Cavalcante — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

2.270/39 — Antonio José Pereira — Manga — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

3.914/39 — Antonio Simplicio de Abreu — Sete Lagoas — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 27-9-40.

4.449/39 — Secundino Gomes da Silva — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.450/39 — Antonio Alves de Oliveira — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.451/39 — Olimpio José da Silva — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.452/39 — Moisés Lopes de Barros — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.453/39 — Levino de Souza Caldas — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.454/39 — José Alves Ferreira — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.455/39 — Francisco Monteiro Guimarães — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.456/39 — Januária Fernandes de Assis — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.457/39 — Joaquim Lucas Pereira — Formosa — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

2.348/38 — José Pinto Filho — S. Sebastião do Paraíso — M G — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 27-9-40.

2.592/38 — Flavio Maroja Filho — Sta. Rita — PB — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi arquivado por ter o interessado desistido — 27-9-40.

385/36 — João Nunes Quirinó — Anchieta — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 27-9-40.

387/36 — Laurentino Gonçalves de Jesus — Anchieta — ES — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 27-9-40.

1.311/36 — Antonio Bezerra Monteiro — Crato — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

999/35 — Pedro José do Nascimento Dias — Caicó — RN — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

2.884/35 — Jacinto Freire de Andrade — Anchieta — ES — Inscrição de engenho — Foi deferido — 27-9-40.

5.853/35 — João Paulo de Souza — São Miguel — RN — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi arquivado por já se achar inscrito — 27-9-40.

5.857/35 — Raimundo Dantas de Carvalho —

São Miguel — RN — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi arquivado por já se achar inscrito — 27-9-40.

6.123/35 — Antonio José da Rocha — Luiz Gomes — RN — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 27-9-40.

4.087/39 — Flavio Maroja Filho — Sapé — PB — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 27-9-40.

3.645/38 — Franklin Pereira de Faria — Jambuí — SP — Transferência de inscrição e remoção de maquinário — Foi deferido — 28-9-40.

3.591/38 — Atilio Grigoletto — Pirassununga — SP — Inscrição de engenho — Foi deferido — 30-9-40.

4.291/39 — Flavio Alves Serra — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 30-9-40.

3.032/39 — J. Sobral & Cia. — Laranjeiras — S E — Aquisição e instalação de um vacuo — Foi deferido — 30-9-40.

2.597/40 — Pedro Umbelino da Silva Porto — Limoeiro — AL — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 30-9-40.

2.595/40 — Minervino José dos Santos — Limoeiro — AL — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 30-9-40.

2.587/40 — Pergentino Martins de Morais — Mauriti — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 30-9-40.

2.584/40 — Vicente José de Souza Brito — Valença — PI — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi arquivado por já se achar inscrito — 30-9-40.

2.582/40 — Feliciano Amancio da Silva — Sta. Rita do Paranaíba — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 30-9-40.

2.264/40 — Adolfo Carneiro da Silva — Macaé — RJ — Inscrição de engenho de aguardente — Foi deferido — 30-9-40.

2.150/40 — Sebastião Dias Torres — Curvelo — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 30-9-40.

1.462/40 — Francisca Ferreira Maciel — Pitangui — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 30-9-40.

381/40 — Joaquim Barbosa de Sousa — Ponte Nova — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 30-9-40.

652/40 — Nelson Pinto Coelho — Cataguazes — MG — Transferencia de inscrição e remoção de maquinário — Foi deferido — 4-10-40.

1.514/40 — Julio José de Magalhães — Volta Grande — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 4-10-40.

1.525/40 — Jorge Ferreira dos Santos — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 4-10-40.

1.777/40 — Julio Gonçalves Heleno — Alto Rio Doce — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 4-10-40.

2.460/40 — Antonio Marques dos Santos Filho — Aparecida — SP — Inscrição de fábrica de aguardente — Foi arquivado — 4-10-40.

2.527/40 — José Cândido de Figueiredo —

Bocaiuva — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 4-10-40.

1.988/39 — Alfredo Oliveira — També — PE — Aumento de quota e autorização para fabricar rapaduras — Foi indeferido — 4-10-40.

301/39 — Josino Gomes da Silva — Bambuí — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 4-10-40.

3.588/38 — Pascoal Anastacio — Pirassununga — SP — Inscrição de engenho — Foi deferido — 4-10-40.

1.606/39 — Durval Garcia Bastos — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 5-10-40.

406/38 — Cristiano Gomes — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 5-10-40.

1.431/38 — Delorme Marciano de Araujo — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 5-10-40.

1.610/40 — Alacrino Guedes de Moraes — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 5-10-40.

3.249/38 — Arão Rosmaninho — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 5-10-40.

5.306/35 — Esequiel Soares Ferreira — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 5-10-40.

8.207/35 — Teófilo da Silva Azevedo — Cachoeira — SP — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-10-40.

875/37 — Marcelino Fanni — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-10-40.

3.201/38 — João de Oliveira Vargas — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-10-40.

3.037/38 — Gervasio Monteiro Lara — Santa Luzia — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-10-40.

2.712/38 — Maximiliano Alves Ribeiro — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-10-40.

1.550/38 — João Batista Cintra — Franca — SP — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-10-40.

879/38 — Manuel Ramos Pereira — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-10-40.

819/38 — Manuel Inacio da Rocha — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-10-40.

3.121/39 — Teixeira & Carvalho Ltda. — Cambuci — RJ — Transferência de quota — Foi arquivado por terem os interessados desistido da transferência — 7-10-40.

2.169/39 — Luiz Leite Furtado — Mauriti — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-10-40.

1.632/39 — José Carlos Pereira — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-10-40.

2.710/40 — José Pereira Pinto Calou — Crato — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-10-40.

2.407/40 — José Ricardo de Souza — Porto Alegre — PI — Remoção de fábrica — Foi deferido — 7-10-40.

2.265/40 — Osvaldo de Souza Ferreira — Leo-

poldina — MG — Pedido de quota e para moer suas canas em engenho de terceiro — Aprovado o parecer da Secção Jurídica, segundo o qual as canas do requerente poderão ser aproveitadas em engenho inscrito, mediante acordo, dentro do limite de que dispõe. — 7-10-40.

2.023/40 — João Raimundo Quintão — Conceição — MG — Alteração de inscrição — Foi indeferido — 7-10-40.

2.634/40 — Domingos Lopes da Silva — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 8-10-40.

715/38 — Etelvina Vargas — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 8-10-40.

795/38 — Etelvino Soares de Souza Lima — Ubá — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 8-10-40.

84/39 — Eloi Coelho de Lacerda — Virgí-nópolis — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 8-10-40.

1.583/39 — Estacio Pereira Duarte — Aras-suaí — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 8-10-40.

1.845/39 — Francisco Rodrigues da Costa — Pirapetinga — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi arquivado por já se achar inscrito — 8-10-40.

1.513/40 — Marcondes de Souza Faria — Do-res do Indaiá — MG — Transferencia de inscri-ção — Foi deferido — 8-10-40.

2.401/40 — Sebastião Felipe de Oliveira — Caxias — MA — Inscrição de engenho de aguardente — Foi arquivado por já se achar inscrito — 8-10-40.

196/39 — Euler de Magalhães Barbalho — Virgí-nópolis — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 10-10-40.

3.352/39 — Amelia de Souza Ferreira — Mar de Espanha — MG — Restabelecimento de inscri-ção — Foi indeferido — 15-10-40.

1.894/39 — José da Silva Campos — Aras-suaí — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

1.987/39 — Cristiano Diniz Mascarenhas — Sete Lagoas — MG — Alteração de inscrição — Foi indeferido — 22-10-40.

2.629/39 — José de Souza Lobato — Siquei-ra Campos — ES — Inscrição de engenho rapa-dureiro — Foi deferido — 22-10-40.

3.550/39 — Ibraim Bernardino da Silva — Andrelândia — MG — Cancelamento de inscri-ção — Foi deferido — 22-10-40.

4.031/39 — Artur Frago de Melo — S. Luiz do Quitunde — AL — Transferencia de inscri-ção — Foi deferido — 22-10-40.

4.124/39 — Benjamim das Chagas Campos — Bomfim — MG — Inscrição de engenho rapadu-reiro — Foi deferido — 22-10-40.

4.153/39 — Candido Murer & Irmão — Li-meira — SP — Alteração de inscrição — Foi de-ferido — 22-10-40.

4.231/39 — Benjamim Santos — Goiaz — GO — Inscrição de engenho — Foi indeferido — 22-10-40.

2.796/40 — Ana Maria de Jesus — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadu-reiro — Foi deferido — 22-10-40.

— 2.802/40 — João Vieira Coutinho — Bo-

caíuva — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.837/40 — Aristeu Alfeu de Andrade — Guanhões — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.795/40 — Alexandre Vieira da Silva — Bocaiuva — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.792/40 — Pedro Fernandes da Fonseca — Bocaiuva — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

320/39 — José Hilario Soares — Virginópolis — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 22-10-40.

428/39 — José Teófilo dos Reis — Viginópolis — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 22-10-40.

839/39 — José Gomes Pereira Junior — Alto Rio Doce — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

863/39 — Jovelino Lopes da Silva — Alto Rio Doce — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

979/39 — José Serafim da Silva — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

199/40 — Alcides Campos da Silveira — Argirita — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

266/40 — Benedito Apolinario Manço — Itaberaí — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

645/40 — Erotides da Silva Rezende — Mar de Espanha — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 22-10-40.

1.137/40 — Elias Augusto de Miranda — Padua — RJ — Inscrição de engenho de aguardente — Foi deferido — 22-10-40.

1.159/40 — José Luiz Simões — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

1.344/40 — Izaltino Rodrigues Luttembark — Caratinga — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 22-10-40.

1.372/40 — Antonio Pinto de Rezende — Sete Lagoas — MG — Transferencia de inscrição — Foi arquivado por não haver o que deferir, uma vez que o engenho em causa não está inscrito no Instituto — 22-10-40.

1.532/40 — José Soares de Oliveira — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

1.554/40 — Joaquim Benedito do Amaral — Ituverava — SP — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 22-10-40.

1.695/40 — Cecilio Leite Guimarães — Buenópolis — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

1.747/40 — Matta & Irmãos — Cambuá — RJ — Incorporação de quota — Foi arquivado em virtude da pendencia surgida entre o requerente, Usina Novo Horizonte S/A. e sr. José Martins dos Santos — 22-10-40.

1.790/40 — Irmãos Abdalla Ltda. — Birigui — SP — Substituição de maquinario — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto — 22-10-40.

1.824/40 — José de Souza Vieira — S. João

da Gloria — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 22-10-40.

2.123/40 — Manoel Ferreira de Sá — Conceição — MG — Alteração de inscrição — Foi indeferido — 22-10-40.

2.735/40 — Joaquim Eugenio de Oliveira — Viçosa — MG — Transferencia de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

2.138/40 — Virgilio Batista Teixeira — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

2.143/40 — Julio Inacio Ferreira — Campos Gerais — MG — Restabelecimento de inscrição — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto, notificado o interessado de que o seu engenho continua devidamente inscrito — 22-10-40.

2.365/40 — João Mariano Lopes — Alto Rio Doce — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 22-10-40.

2.628/40 — José Antonio de Oliveira — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

2.629/40 — Antonio Maria da Silva — Ipaerí — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.631/40 — Benjamim Inacio do Carmo — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

2.636/40 — Gabriel Emilio da Silva — Viçosa — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.639/40 — Carlita Soares da Silva — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.642/40 — Angelino Alves de Aquino — Santa Luzia — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.643/40 — Agostinho Rodrigues da Fonseca — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.644/40 — Manuel Pereira Fernandes — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.649/40 — Romualdo Inacio de Almeida — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

2.652/40 — Sergia da Fonseca Mota — Montes Claros — Minas Gerais — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.684/40 — Maria Teófilo Cabral Araruna — Mauriti — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.687/40 — Isidoro Pereira da Fonseca — Mauriti — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.728/40 — Maria Dantas Cartaxo — Mauriti — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.733/40 — Antonio Pinto de Melo — S. Benedito — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.752/40 — Belarmino José dos Santos — Grão Mogol — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.763/40 — João Dias da Cunha — Grão Mogol — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.766/40 — José Alves de Brito — Grão Mo-

gol — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.789/40 — José Ferreira de Souza — Bocaiuva — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.790/40 — Marcelo Antonio de Freitas — Bocaiuva — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.791/40 — Maria Ferreira dos Santos — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

6.686/35 — Josino José da Silva — Carmo do Rio Claro — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que opina pela interdição do engenho nos termos do art. 23 § único do Decreto-Lei 1.831, salvo ao interessado direito a recurso — 22-10-40.

6.827/35 — Balbina Pereira de Carvalho — Itaocára — RJ — Inscrição de engenho — Foi arquivado por haver a peticionaria desistido do pedido — 22-10-40.

687/36 — Francisco Adolfo de Oliveira — Paramirim — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

625/38 — Jovelino Dias de Souza — Carangola — MG — Transferencia de inscrição — Foi arquivado por haver o interessado-vendedor desistido da transferencia — 22-10-40.

787/38 — Braulio Elias Natiivdade — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi indeferido — 22-10-40.

957/38 — Jonas Paula de Andrade — Dores da Boa Esperança — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que opina pela interdição do engenho, nos termos do art. 23 § único do Decreto-Lei n.º 1.831, salvo ao requerente direito a recurso — 22-10-40.

1.496/38 — Ernesto Ferreira Batista — Dores da Boa Esperança — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que opina pela interdição do engenho, salvo ao interessado direito de pedir reconsideração — 22-10-40.

1.514/38 — José Antonio de Faria — Sta. Catarina — MG — Alteração de inscrição — Foi indeferido — 22-10-40.

1.799/38 — Jacinto Caetano Melgaço — Pitangui — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que opina pela interdição do engenho, nos termos do art. 23 § único do Decreto-Lei n.º 1.831, salvo ao requerente o direito a recurso — 22-10-40.

2.029/38 — José Tobias Ribeiro de Paiva — Araxá — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 22-10-40.

3.543/38 — Antonio Quincas Pereira — Bomfim — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto — 22-10-40.

2.600/38 — Pedro Garcia Borges — Campos Novos — SP — Incorporação de quota — Ficou prejudicado o pedido porque o engenho passou para propriedade de Sabino Tiburcio da Costa — 22-10-40.

3.652/38 — Virgilio Paula — Sta. Maria Madalena — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

1.198/39 — José Teodoro Soares — Abaeté — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o

parecer da Secção Jurídica que opina pela interdição do maquinismo na forma do § único do Art. 23 do Decreto-Lei 1.831, salvo recurso — 22-10-40.

1.603/39 — Floriano Godinho — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 22-10-40.

2.369/40 — Horacio Maximiliano Pereira — Mar de Espanha — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 24-10-40.

4.448/39 — Carmo P. Campanela — Birigui — SP — Transferencia de inscrição — Foi mandado cumprir o parecer da Secção Jurídica, segundo o qual a averbação requerida somente poderá ter lugar depois de pago o preço integral ajustado mediante a escritura apresentada — 22-10-40.

2.399/39 — João Joaquim dos Santos — Itaperuna — RJ — Transferencia de inscrição — O sr. Presidente reconsiderou o despacho de 12-6-39, que havia concedido baixa da inscrição do engenho, para autorizar a transferencia requerida — 24-10-40.

2.233/35 — Pacifico Inocencio de Oliveira — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 25-10-40.

968/36 — Moisés Pereira de Araujo — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 25-10-40.

970/36 — Manoel Justino Pereira — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 25-10-40.

999/36 — Pedro Bueno Bastos — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 25-10-40.

1.003/36 — Maximiano Alves de Moraes — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado, por já se achar inscrito — 25-10-40.

1.596/36 — Manuel Alves da Costa — Jaraguá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 25-10-40.

24/37 — João José Moreira — S. Tomaz de Aquino — MG — Transferencia de inscrição — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto — 25-10-40.

633/38 — João José Machado — Viçosa — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 25-10-40.

805/38 — José Ferreira Leite — Itaperuna — RJ — Transferencia de inscrição — Foi arquivado por ter desaparecido o seu objeto — 25-10-40.

1.260/38 — Thiers Monteiro de Barros — Muqui — ES — Montagem de engenho — Foi deferido — 25-10-40.

1.802/38 — José Faria Barcelos — Pitangui — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que opina pela interdição do engenho, salvo ao requerente o direito de recurso — 25-10-40.

1.831/38 — José Antonio Barbosa — Campo Belo — MG — Inscrição de engenho de aguardente — Foi arquivado por já se achar inscrito — 25-10-40.

2.017/38 — José da Cunha Melo — Arassuaí — MG — Inscrição de fábrica de aguardente — Foi deferido — 25-10-40.

2.305/38 — José Afonso de Menezes — Pitangui — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que "opina

pela interdição do engenho na fôrma do § único do art. 23 do Decreto-Lei 1.831 de 4 de Dezembro de 1939." — 25-10-40.

2.518/38 — José Cardoso — Cassia — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 25-10-40.

2.675/38 — Manoel Suzano — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

10/39 — José Albino Peres — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 25-10-40.

744/39 — José Fialho de Carvalho — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 25-10-40.

840/39 — José Dias Lopes de Paiva — Alto Rio Doce — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

1.178/39 — José Alves Barbosa — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 25-10-40.

1.860/39 — José Alves Pereira — Planaltina — GO — Inscrição de engenho — Foi deferido — 25-10-40.

2.066/39 — José Francisco da Cunha — João Ribeiro — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 25-10-40.

2.324/39 — José Costa Veloso — Buquim — SE — Assentamento de maquinario — Foi deferido — 25-10-40.

2.781/39 — Moisés Evangelista da Silva — São Gotardo — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 25-10-40.

4.111/39 — José Ferreira Maia — Bonfim — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que manda "comunique-se ao requerente que o registro pode ser transferido para o seu nome si provar que recebeu em pagamento no inventário" — 25-10-40.

4.222/9 — José Cardoso da Silva — Brasília — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

4.380/39 — José Egidio Alberto — Sete Lagoas — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

4.478/39 — Getulio José da Silva — Guanhões — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 25-10-40.

34/40 — José Gonçalves da Silva — Rio Espera — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

263/40 — Antonio de Souza Santos — Campo Formoso — GO — Transferencia de inscrição — Foi indeferido — 25-10-40.

754/40 — José Gomes de Barros — Agua Branca — AL — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 25-10-40.

1.153/40 — José Vieira da Silva — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

1.345/40 — José de Almeida e Silva — Conceição — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi arquivado por já estar inscrito como produtor de açúcar — 25-10-40.

1.526/40 — José Flavio dos Santos — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

1.697/40 — José Ferreira da Silva — Buenó-

polis — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

2.026/40 — Martiniano Alves de Moura — Anapolis — GO — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 25-10-40.

2.155/40 — José Antonio de Carvalho — Conceição — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 25-10-40.

2.298/40 — Mario Madureira de Oliveira — Dom Joaquim — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 25-10-40.

2.647/40 — Orozimbo Rodrigues de Souza — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

2.574/40 — Clara Linda de Medeiros — Mauriti — CE — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

2.737/40 — José Coutinho — Cascavel — CE — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 25-10-40.

2.794/40 — Agostinho Filogonio Vieira — Olhos d'Agua — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 25-10-40.

3.550/35 — Alberto Asth — Bom Jardim — Rio de Janeiro — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 26-10-40.

4.266/39 — Antonio Gondim Sobrinho — Goiandira — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 28-10-40.

4.331/39 — José Augusto dos Santos — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

4.306/39 — José Carlos Panisset — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

3.595/39 — José Simão de Araujo — Guapé — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 31-10-40.

3.320/39 — José Coelho Cotta — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

2.721/39 — José Alfredo da Silva Reis — Conceição do Rio Verde — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 31-10-40.

2.153/39 — José Francisco de Rezende — João Ribeiro — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 31-10-40.

1.978/39 — José Simão de Araujo — Guapé — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 31-10-40.

1.899/39 — José Verissimo da Silva — Pirapetinga — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

1.697/39 — José Golfeto — Pirapetinga — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

1.612/39 — José de Almeida Pinto — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

1.557/39 — José André — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

194/39 — José Tomé de Assis — Guapé — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 31-10-40.

1.062/40 — Roberto de Macedo e Silva — Brasília — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

1.160/40 — Pedro Gonçalves da Fonseca —

Montes Claros — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que manda ratificar a inscrição realizada pela Comissão de Revisão e Cadastramento de Minas Gerais — 31-10-40.

1.231/40 — José Freire da Silva — S. Fidelis — RJ — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

1.469/40 — José Francisco Curcio — Bom Jesus do Itabapoana — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

1.712/40 — Queiroz Irmão & Cia. — Juiz de Fóra — MG — Inscrição de engenho — Foi indeferido — 31-10-40.

2.040/40 — Joaquim Rodrigues Madureira — Dom Joaquim — M G — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 31-10-40.

2.653/35 — Elizio Pereira Matos — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

2.929/35 — José Benito — Cambucí — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 31-10-40.

3.488/35 — José Azevedo Machado — Duas Barras — RJ — Inscrição de engenho — Foi arquivado por ter o interessado desistido — 31-10-40.

3.864/35 — Dolabela, Portela & Cia. Ltda. — S. Luzia — MG — Inscrição de fábrica de açúcar — Foi indeferido — 31-10-40.

6.009/35 — José Augusto Huguenin — Carmo — RJ — Inscrição de engenho — Foi arquivado por ter o interessado desistido — 31-10-40.

913/36 — Isaias José da Silva — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

923/36 — Candido Ambrosio de Lima — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 31-10-40.

1.187/36 — João Leal — Iguatú — CE — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 31-10-40.

1.332/36 — Bernardo de Souza Lobo — Jaraguá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

1.352/36 — João Engracia Vitor — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

1.405/36 — João Ribeiro dos Passos — Jaraguá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

1.417/36 — Cassiano Gomes de Andrade — Jaraguá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

1.438/36 — Vicente Soares de Figueiredo — Cedro — CE — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

1.445/36 — Joaquim Gonçalves de Alencar — Santana do Cariri — CE — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que manda seja o interessado convidado a optar por um dos produtos, isto é, açúcar ou rapadura — 31-10-40.

1.597/36 — Joaquim Alves da Costa — Jaraguá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

167/37 — Antonio Pedro Borges — Prata — MG — Inscrição de engenho — Foi mandado fazer a interdição do engenho na forma do art. 23, §

único do Decreto-Lei 1.831, salvo ao requerente o direito de pedir reconsideração — 31-10-40.

3.286/38 — José Gonçalves Viana — Alto Rio Doce — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 31-10-40.

5.780/35 — José Elias Pinheiro — Senador Pompeu — CE — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 31-10-40.

— 1.942/40 — José Garibaldi Loglubio — S. João Nepomuceno — MG — Permissão para dispor de maquinario — Foi deferido — 31-10-40.

231/40 — Romualdo da Costa Rezende Primo — Passa Tempo — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

2.306/35 — José Inocencio Alves — Pouso Alto — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 5-11-40.

2.341/35 — João Pereira de Souza — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

2.654/35 — José Silverio Pereira — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

2.655/35 — Malaquias Amador de Araujo — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

2.763/35 — José Manuel Fidele — Morrinhos — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

4.368/35 — José Tolentino — Patos — MG — Inscrição de engenho — Foi aprovado o parecer da Secção Jurídica que opina pela transferencia para o nome de João Jeremias de Freitas, uma vez que o requerente está quites com a taxa de \$300. — 5-11-40.

917/36 — Luiz da Silva Lima — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 5-11-40.

918/36 — José Martins Peixoto — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

1.309/36 — José Severino de Alencar — Sant' Ana do Cariri — CE — Inscrição de engenho — Foi deferido — 5-11-40.

1.350/36 — Lindolfo Gomes Lima — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 5-11-40.

1.355/36 — José Pedro Arruda — Corumbá — GO — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

1.443/36 — Raimundo Gonçalves de Oliveira — Cedro — CE — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

1.577/36 — Lindolfo Alves Pinto — Abaeté — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 5-11-40.

1.737/36 — Maria Figueiredo Correia — Cedro — CE — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

1.347/38 — Manuel Procopio — Eloi Mendes — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 5-11-40.

1.541/38 — Manuel Rodrigues de Oliveira — Nepomuceno — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 5-11-40.

1.589/38 — Sebastião da Silva Araujo — Viçosa — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já se achar inscrito — 5-11-40.

1.637/38 — Miguel Francisco Lopes — Cam-

po Belo — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 5-11-40.

1.984/38 — José Gomes da Silva Leite — Cambucí — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 5-11-40.

473/38 — Isaias de Almeida — Itaperuna — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-11-40.

720/38 — José Furtado de Mendonça — Itaperuna — RJ — Inscrição de engenho — Foi arquivado por ter desaparecido o seu obieto pelo desmonte do engenho em questão — 7-11-40.

321/37 — Domingos Zopelari — Ubá — MG — Restabelecimento de inscrição — Foi deferido — 7-11-40.

7.567/35 — José Fernandes Junior — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-11-40.

1.437/39 — José Ferreira Agostinho — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-11-40.

1.582/39 — Antonio José da Silva — Arasuaí — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por já estar inscrito — 7-11-40.

1.940/39 — Procopio José Meireles — Viana — MA — Transferencia de inscrição — Foi indeferido — 7-11-40.

2-177/39 — Antonio Maria Filho — Carangola — MG — Permissão para fabricar aguardente — Foi deferido — 7-11-40.

3.272/39 — Joaquim Berto — Piracicaba — SP — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-11-40.

3.274/39 — João Sbravatti — Piracicaba — SP — Transferencia de inscrição — Foi indeferido — 7-11-40.

3.425/39 — Ataliba Pereira da Silva — Cristalina — GO — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

3.456/39 — Eduardo Hartmann — Hamonia — SC — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-11-40.

3.810/39 — José Rodrigues do Carmo — Bom Jesus do Itabapoana — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-11-40.

4.330/39 — José Aguiar e Silva — São Fidelis — RJ — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.529/39 — Antonio José Domingues — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.530/39 — Antonio Joaquim de Souza — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.533/39 — Maria Pereira de Oliveira — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.561/39 — João Domingues Batista — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.576/39 — João da Silva Sales — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.577/39 — João Vieira dos Santos — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.578/39 — Joaquim Amancio da Silva — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.579/39 — Joaquim Francisco da Mata — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

4.582/39 — Francisco José da Paixão — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

1.694/40 — Antonio Rodrigues da Costa — Buenópolis — MG — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 7-11-40.

2.893/40 — Cipriano Chaves — Rezende Costa — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-11-40.

2.895/40 — João e Carlos Alberto Ravache — Rio Claro — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 7-11-40.

669/40 — Antenor Joaquim Leal — Sta. Rita do Paranaíba — GO — Inscrição de engenho — Foi deferido — 7-11-40.

809/40 — Antonio da Costa Lima — Brasília — MG — Restabelecimento de inscrição — Foi deferido — 7-11-40.

1.213/40 — Antonio Ferreira de Melo — Carmo do Paranaíba — MG — Inscrição de fábrica de aguardente — Foi deferido — 7-11-40.

1.800/38 — Olimpio Policarpo de Barcelos — Pitangui — MG — Inscrição de engenho — Foi arquivado por que o interessado não atendeu à intimação que lhe foi feita para instruir o processo — 9-11-40.

3.592/38 — Eugenio Zaneti & Irmãos — Pirassununga — SP — Inscrição de engenho — Foi deferido — 9-11-40.

1.875/39 — Caetano de Abreu Carneiro — Ponte Nova — MG — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 9-11-40.

2.413/39 — José Candido de Souza — Santa Branca — SP — Inscrição de fábrica de aguardente — Foi deferido — 9-11-40.

3.444/39 — José Duarte Junior — Bom Jesus do Itabapoana — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 9-11-40.

4.116/39 — Candida Ferreira de Lisboa — Brasília — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 9-11-40.

4.505/39 — Aniceto Pires da Silva — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 9-11-40.

4.528/39 — Antonio Teixeira Chaves — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho — Foi deferido — 9-11-40.

4.531/39 — Angelo Pereira de Bastos — Macaúbas — BA — Inscrição de engenho rapadureiro — Foi deferido — 9-11-40.

738/40 — Jorge Ribeiro do Vale — Carmo — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 9-11-40.

1.171/40 — Carlos Soares da Silva — Montes Claros — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 9-11-40.

1.465/40 — Francisco de Moraes Ferreira — Bom Jesus de Itabapoana — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 9-11-40.

1.885/40 — Eliseu Pereira Nunes — Picos — PI — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 9-11-40.

2.013/40 — Clovis de Souza Pimentel — Vigosa — MG — Inscrição de engenho — Foi deferido — 9-11-40.

2.339/40 — Adelino Antonio Pereira — Sa-

O DRAMA DOS CARBURANTES

Numa das nossas últimas edições, publicamos algumas notas, extraídas de jornais europeus, sobre a crise dos carburantes na Europa, resultante da guerra em curso, fazendo cessar ou diminuir, em grande parte, as fontes internas e externas de fornecimento. Como era de esperar, essa crise continuou a agravar-se concomitantemente com os acontecimentos políticos e militares, provocando estudos e experiências de novos carburantes, para suprir a falta dos que deixavam de ser produzidos ou importados, e que, por isso, são denominados "carburantes de substituição".

Essa situação foi descrita pelo sr. Charles Faroux, numa serie de artigos insertos em "L'Auto", de Paris, no último dos quais, sugestivamente intitulado "O drama dos carburantes", apresenta as suas conclusões, sob uma forma condensada, e que a seguir reproduzimos, por sintetisarem as dificuldades em que se debateu, não só a França, como quase todos os países da Europa.

"HOJE — Essencia, alcool, benzol continuam com o emprego particular interdito. São, diz o sr. René Belin, com um perfeito bom senso, as materias que devem servir unicamente aos interesses gerais do país. E, de pronto, é preciso reconhecer que a solução de nossas dificuldades presentes reside na seguinte política:

1.º — Veículos pesados: o gasogenio.

2.º — Serviços de interesse público (abastecimentos, ligações, médicos, veterinarios): a essencia que, misturada com alcool ou benzol, deve ser-lhes integralmente reservada.

3.º — Circulação particular (excluido o turismo, com o qual ninguem sonha): carburantes de substituição.

Quais? O tempo urge.

Essencias de síntese? Não, porque não temos carvão. Derivados do oleo de xisto? Fabricações a organizar, muito demoradas para o momento. Derivados de linites? A mesma resposta.

Metana, butana e propana. Sim, em pequena escala, infelizmente. Alcool metílico? Seguramente, porque a sua produção pode ser rápida e consideravelmente desenvolvida.

Acetileno ou hidrogenio? Sim, a encorajar.

Gás comprimido? E' pouca cousa e que perde muita força.

Novos carburantes? Eis a verdadeira solução, em que o Estado se deve empenhar a fundo, porque pode, desde já, produzir prodigios e que pode, regionalmente, "depanner" o país. E' preciso somente querer, para que isso aconteça com êxito, uma compreensão perfeita dos serviços.

AMANHÃ — Após a volta do país ao estado normal, o problema muda de aspecto. Tomaremos então nosso partido.

O maravilhoso esforço criador nacional terá obtido produtos de substituição.

Os dois principais são o alcool metílico, porque o etílico tem outras aplicações mais remuneradoras para o produtor e mais agradaveis ao consumidor, e os produtos derivados das linites ou xistos.

No seu sub-solo, a França dispõe de cerca de um milhar de milhão de toneladas desses produtos, que podem, à custa da criação de uma nova industria — saibamos, enfim, ver em grande — assegurar nossas necessidades durante cinquenta anos. Isso, combi-

Sapucaia — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 9-11-40.

2.476/40 — Teófilo Leite — Sapucaia — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 9-11-40.

2.482/40 — Paulina Rosa de Jesus — Viçosa — MG — Alteração de inscrição — Foi indeferido — 9-11-40.

2.484/40 — Palvino Montenegro Rocha —

Sapucaia — RJ — Transferencia de inscrição — Foi deferido — 9-11-40.

2.888/40 — José Jorge — Casimiro de Abreu — RJ — Inscrição de fábrica de aguardente — Foi deferido — 9-11-40.

575/39 — Barbosa, Albuquerque & Cia. — Cambuci — RJ — Restabelecimento de inscrição — Foi deferido — 11-11-40.

nado com uma política beterrabeira racionada, nos permitirá conjurar os perigos que nos ameaçam.

Ora, um país não vive senão pelos transportes. Que nos impõe a renúncia ao automóvel? E por que não ao telefone, à luz elétrica, ao aquecimento central ou à anestesia?

Não nos reergueremos senão por uma larga política de transportes particulares. Há precedentes: a Alemanha enceta a obra de reerguimento no dia em que Hitler resuscita o automóvel. O mesmo fato na Itália, com Mussolini, na Rússia, com Stalin. Um país onde o automóvel perde o seu poder é um país que perde a sua força e o seu esplendor."

CARBURANTES DE SUBSTITUIÇÃO

O álcool — O Ministério das Finanças da França expediu um comunicado, que a "République du Sud Est", de Grenoble, publicou com o expressivo título "O álcool, carburante de substituição n. 1", e do qual transcrevemos os trechos abaixo:

"A atual escassez de essência, que é um dos obstáculos mais serios à normalização da vida econômica, força-nos a recorrer aos carburantes de substituição de toda a natureza. Entre os carburantes de substituição, o álcool é o único cuja produção é possível desenvolver no mais breve prazo.

Em consequência, o governo dirige um apelo a todos os franceses, para que nenhuma matéria destilável seja inutilizada. É um dever nacional, em particular, não deixar perder bagaços e frutas de todas as espécies. O Serviço de Alcoois se tornará comprador de todos os alcoois produzidos, qualquer que seja a natureza e a graduação.

Os destiladores ambulantes e as cooperativas são convidados a concorrer com os industriais no fornecimento de carburantes ao país. O sistema de contingenciamento permitirá pagar seus alcoois a um preço remunerador. O seu interesse pessoal concorda, pois, com o interesse geral".

"Todos os produtos entregues pelos destiladores ao Serviço de Alcoois são comprados com isenção de direitos. No que concerne especialmente aos viticultores, lembra-se que o estatuto vitícola, com as medidas de controle que comporta, está em vigor".

"O governo não duvida de que todos os franceses procuram de coração atender, produzindo cada um álcool na medida de seus

recursos, à crise de carburantes de que sofre o país e de contribuir assim para o abastecimento nacional".

Por sua vez, "Le Petit Parisien", numa correspondência de Marselha, acentua: "Se ha uma questão que apaixonou a opinião pública, atualmente, é a da procura de carburantes de substituição. A falta de essência provoca um raro concurso de emulação entre uma multidão de franceses: operários, sábios, inventores, geólogos, engenheiros, técnicos, etc., tendo todos um só pensamento, um só objetivo: — fazer circular sem essência.

E informa ainda o mesmo jornal:

"Resultados interessantes têm sido registados. No número desses se incluem as realizações de dois mecânicos marselheses, graças às quais numerosos taxis continuam a circular. Um deles, sr. Matheron, empresário de taxis, depois de ter conhecido a vitória como corredor ciclista, se lembrou das façanhas dos desportistas de outrora, que alimentavam o seu motor com uma mistura de álcool e de éter ou de benzol. Deveu a isso resolver varias dificuldades. Chegou a tal resultado imaginando um "aquecedor de álcool", que permite aos seus taxis circular sem embaraço, conservando em tudo suas qualidades de aceleração, indispensáveis para a circulação urbana.

O consumo do carburante aumentou pouco, sem exceder, entretanto, de 3 ou 4 litros por 100 quilômetros, o que não é desprezível,

Outro mecânico de espírito inventivo é um garagista de Saint Barnabé, sr. Bayol, que se serve de álcool e de um pouco de óleo de rícino, para assegurar a lubrificação da parte superior dos cilindros e que inventou, além disso, um "aquecedor de ar", o qual suprime o uso do afogador por uma regulação judiciosa do avanço da centelha, conservando no motor suas possibilidades de marcha lenta e de aceleração.

A esperança parecia sorrir aos condutores marselheses, quando interveiu a Administração das contribuições diretas. Era seu direito e, melhor mesmo, seu dever. É que seu papel consiste em impedir que seja desviado do seu destino um álcool entregue pelo Estado aos desnaturadores para ser vendido às donas de casa e não aos mecânicos.

Por outro lado, em face da legislação sobre a preparação das misturas carburantes, havia aí fraude, pois ninguém tem o direito de se servir de um novo carburante líquido

que não for aprovado antes pelo Estado. Enfim, os automobilistas que utilizassem esse álcool eram igualmente censuráveis, de vez que não se tem o direito de circular com mais de 5 litros de álcool sem permissão da "Régie".

À vista dessas dificuldades, uma comissão de interessados, chefiada pelo mecânico Matheron, procurou o governo de Vichy. E graças à sua interferência, a Administração das contribuições diretas foi autorizada a dispor do álcool em poder dos desnaturadores e permitir a venda aos empresários de transportes.

O "gardol". — Segundo divulgou "La Croix", de Paris, um novo carburante apareceu no Departamento de Gard, tirando o seu nome do lugar de origem; chama-se o "gardol". É o resultado das pesquisas de um engenheiro belga, sr. Denys, o qual assegura, com o seu processo, ter encontrado um remédio para a crise de carburantes. A matéria-prima é constituída pelo álcool ordinário desidratado, cuja proporção entra em mais de 80% do conjunto. O resto compreende matérias solúveis derivadas do carvão e outros supercarburantes igualmente tirados do carvão.

Os ensaios desse novo carburante realizaram-se em Nîmes. Tratava-se de um auto-carro de 15 C. V., pesando 4.000 quilos, em cujos reservatórios foram vertidos 35 litros do "gardol". Foi escolhido um percurso particularmente difícil: a estrada de Nîmes a Uzès, que tem numerosas curvas e dois declives muito fortes.

O auto-carro, de um modelo já antigo, venceu o percurso de 25 quilômetros em 37 minutos, o que constituiu uma verdadeira "performance", e as notabilidades presentes puderam verificar que o motor nada sofreu.

O carburante de Saboia. — Na aldeia de Villard-du-Planet (Saboia), um engenheiro químico, sr. Girard, diretor da usina Bozel-Malatra, inventou e experimentou com êxito outro novo carburante. É uma mistura de aldeído acético, de paraldeído acético e de acetona, líquido que deriva do acetileno, cujas propriedades combustíveis e explosivas são conhecidas há longo tempo.

O ponto de partida desse produto — explica o sr. A. Cherebenit, num artigo em "Le Temps", de Paris — é o carbureto de cálcio, que, como se sabe, é obtido, sob o arco elétrico, do coque metalúrgico e do calcareo. O coque metalúrgico pode ser substituído pela

antracite dos Alpes, antracite pobre, abundante, mas pouco empregada em virtude de seu teor em cinzas.

O carbureto de cálcio, ao contacto da água, dá o gás acetileno (C_2H_2), carbureto não saturado, capaz de se combinar com o hidrogênio, para formar carburetos de outras séries e notadamente de aldeído acético, ou álcool desidrogenado, obtido pela adição de uma molécula de água a uma molécula de acetileno e do paraldeído acético, modificação polimérica, sob a influência do ácido do aldeído.

O sr. Girard conseguiu, com a combinação desses produtos um carburante que pode, segundo as dosagens, ser empregado puro ou em mistura com a essência. Pode ser utilizado nas mesmas condições que a essência, em lugar dessa, com um rendimento pelo menos igual, sem perigo e sem nenhuma modificação dos órgãos do motor.

Em Saboia, o novo carburante já é vendido entre diversos garagistas. O seu preço é de cerca de 8 francos o litro.

A "nacionine". — Após o carburante de Bozel, que causou alegria aos automobilistas saboianos, mas que deve ser empregado com essência, na base de 50% — noticiou "La Suisse", de Gênova — um novo carburante: a "Nacionine", acaba de ser descoberto por um engenheiro, sr. Louis Bernard. Ele o obteve, por enquanto em pequenas quantidades, num laboratório improvisado, e os ensaios têm sido em todos os pontos satisfatórios. O custo e o consumo são comparáveis aos atualmente em curso no mercado para a benzina.

"Carburol". — Outro jornal suíço, o "Courrier de Genève", numa correspondência de Berna, divulgou a experiência de um caminhão alimentado a "carburol", que não é propriamente um novo carburante, mas uma nova denominação do gasogênio, cujo emprego está se generalizando por toda a Europa. Contudo, essa experiência se revestiu de interesse especial.

Em Berna, o sr. Grimm, chefe da Secção Energia e Calor, e os engenheiros do Departamento dos Correios foram levados à presença de um caminhão funcionando com um gasogênio, alimentado a carvão de madeira concentrado, chamado "Carburol".

Severos ensaios foram efetuados por esses cavalheiros, sendo tais os resultados que os Correios imediatamente se declararam dispostos a fazer equipar dois dos seus

caminhões, afim de se levar em conta o uso para a prática das vantagens desse sistema.

Por outro lado, a Secção Energia e Calor incluiu o sistema "carburol" no seu projeto de subvenção destinado a equipar, o mais rapidamente possível, um primeiro lote de 1.000 caminhões com gasogênio alimentados a gás de madeira. A causa do gasogênio ganha, pois, mais impulso, e é certo que, com um pouco de boa vontade, será possível economizar por esse meio — que tecnicamente está resolvido — grandes quantidades de carburantes líquidos. Fala-se mesmo em tornar obrigatório o gasogênio para os transportes rodoviários a longas distâncias.

Um economizador de gasolina — Em Portugal, a crise de carburante também gerou um invento curioso, que é um economizador de gasolina.

Segundo o "Diario de Noticias", de Lisboa, os srs. Vasco Gueriol Tojeiro e o engenheiro Armando Ferreira conseguiram, após três anos de laboriosos estudos, construir um economizador de gasolina, invento que, no momento atual, tem um excepcional interesse. Aqueles técnicos automobilísticos, tendo registado já a respectiva patente, começaram há meses — desde janeiro — a fazer experiências com o engenhoso aparelho de sua invenção, o qual denominaram "Delta".

Que tais experiencias deram magníficos resultados prova-o o fato de estarem já montados em veículos ligeiros e pesados de todo o país cerca de 600 economizadores daquele tipo.

O aparelho permite uma maior entrada de ar no carburador, o que produz um empobrecimento da mistura, sem prejuizo do motor, visto o ar entrar em turbilhão.

O Automovel Clube de Portugal controlou oficialmente uma prova de consumo com um carro "Fiat Balilla", modelo de 1927, com mais de 60.000 quilômetros andados, o qual foi equipado com um economizador "Delta".

Os resultados obtidos, que estão sujeitos a eventuais retificações, foram os seguintes:

1.º percurso (com economizador). — Quilômetros percorridos, 228; media horaria, 49,749 qms.; consumo, 7,55 litros de gasolina.

2.º percurso (sem economizador) — Quilômetros percorridos, 229; media horaria, 48,555 qms.; consumo, 9,93 litros de gasolina.

Verificou-se, desse modo, que a economia de carburante foi de 21,1% — resultado no-

tavel, na realidade. E' de assinalar, tambem, — termina o jornal lisboeta — a regularidade da marcha na estrada.

Um automovel percorreu 150 quilômetros sem gasolina — Mas no drama europeu dos carburantes, uma das notas mais interessantes é a fornecida pela Espanha, onde um automovel percorreu 150 quilômetros sem gasolina nem qualquer carburante líquido. O fato foi assim noticiado pela "Gaceta del Norte", de Bilbao:

"Teve-se noticia de que em Aracena um operario mecânico, chamado Antonio Jiménez, conseguiu, após um longo e laborioso trabalho de provas, fazer funcionar um motor de automovel, prescindindo inteiramente de qualquer carburante líquido. A prova foi realizada com um carro marca "Fiat", que percorreu, em quatro horas, cento e cinquenta quilômetros sem gasolina nem oleo pesado.

O aparelho ideado pelo engenhoso mecânico consiste em um cilindro colocado na parte posterior do veículo e com varios compartimentos, um dos quais leva agua e outro carvão miudo. Esse combustivel produz óxido de carbono em uma atmosfera limitada e aquece a agua, que, em estado de vapor, se combina com o óxido de carbono, e uma corrente de ar que penetra pela parte inferior do cilindro dá lugar à formação de uma mistura gasosa, composta de: nitrogenio, 50 a 55%; óxido de carbono, 25 a 50%. Dirigido esse conjunto por um dispositivo especial nos cilindros, sem passar pelo carburador, põe em marcha o motor.

A gazeta espanhola conclue o seu registro, dizendo: "Se, dado o feliz resultado das primeiras provas, o invento se aperfeiçoar, estamos diante de uma verdadeira revolução no mundo automobilístico".

Alcoometria, Estereometria

e Análise do Alcool

Preço 15\$000
Pelo Correio 15\$600

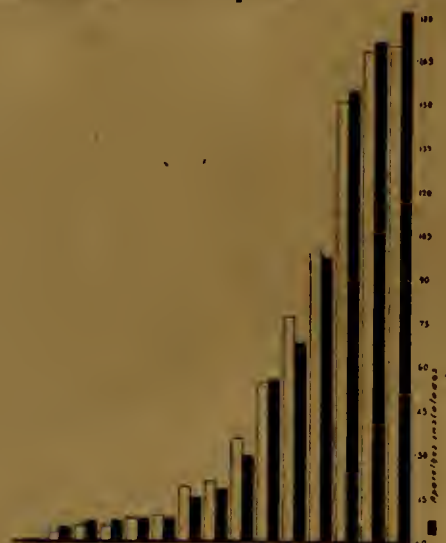
Livro do dr. Anibal R. de Matos
A venda na Secção de Publicidade do
Instituto do Açucar e do Alcool

Les Usines de Melle

SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FR.S. 17.000.000
Anciennement: DISTILLERIES des DEUX - SÈVRES - MELLE
(Deux-Sèvres) - FRANCE

Processos azeotrópicos de deshidratação e fabricação direta do álcool absoluto

Desenvolvimento mundial dos processos azeotrópicos



INSTALAÇÕES NO BRASIL

	Litros
Usina Catende — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Establisements Barbet.	30.000
Usina Santa Teresinha — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Estabelecimentos Skoda.	30.000
Usina Timbó Assú — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Establisements Barbet.	5.000
Distilaria Central do Cabo — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem pelos Est. Skoda.	60.000
Usina Cucau — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Estabelecimentos Skoda.	15.000
Usina Trapiche — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet.	15.000
Usina Santo Inacio — Aparelho novo — 2ª técnica — Em montagem pelos Estabelecimentos Skoda.	5.000
Usina Tiúma — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem pelos Est. Skoda.	21.000
Usina Nossa Senhora das Maravilhas — Aparelho novo — 2ª técnica — Em funcionamento — Establisements Barbet.	15.000
Usina Pumati — 4ª técnica — Em construção Est. Barbet.	20.000
Usina Serra Grande — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem — Estabelecimentos Skoda.	12.000
Usina Brasileiro — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento pelos Estabelecimentos Barbet.	15.000
Usina Paineiras — Aparelho sistema Guillaume, transformado em 4ª técnica pelos Est. Skoda — Em montagem.	5.000
Distilaria Central de Campos — 2 aparelhos mixtos — 2ª e 4ª técnicas — Em funcionamento — Construida pelos Estabelecimentos Barbet.	60.000
Conceição de Macabú — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 2ª técnica pelos mesmos Estabelecimentos.	9.000
Companhia Engenho Central Laranjeiras — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica pelo Est. Barbet — Em funcionamento.	6.000
Cia. Usina do Outeiro — Em funcionamento — Aparelho Sistema Guillaume, transformado em 4ª técnica — Construtor: Barbet.	5.000
Usina do Queimado — Em funcionamento — Aparelho Barbet transformado em 4ª técnica — Construtor: Barbet.	6.000
Usina Santa Cruz — Aparelho sistema Barbet, transformado pelos Est. Skoda — Em funcionamento.	12.000
Usina São José — Aparelho novo — 4ª técnica — Em funcionamento — Construtor: Skoda.	20.000
Companhia Engenho Central Quissaman — Aparelho novo — 4ª técnica — Em montagem — Construtor: Est. Barbet.	15.000
Usina Barcelos — Aparelho transformado em 4ª técnica pelos Est. Skoda.	10.000
Distilaria de Ponte Nova — Aparelho novo — 4ª técnica — Em construção pelos Est. Skoda.	20.000
Usina Amalia — F. Mattarazzo Jr. — Retificador Barbet, transformado em 4ª técnica pelos Estabelecimentos Barbet — Em funcionamento.	10.000
Usinas Junqueira — Aparelho de destilação — Retificação continua, transformado em 4ª técnica pelos Estabelecimentos Skoda — Em funcionamento.	20.000

Para todas as informações dirija-se a **GEORGES P. PIERLOT**
Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984
RIO DE JANEIRO

Les Usines de Melle

SOCIÉTÉ ANONYME AU CAPITAL DE FR.S. 17.000.000

Anciennement: DISTILLERIES des DEUX - SÈVRES - MELLE (Deux-Sèvres) FRANCE

DISTILARIAS APLICANDO O NOVO PROCESSO DE FERMENTAÇÃO DAS USINES DE MELLE

(PATENTEADO EM TODOS OS PAISES)

Mais de 50 instalações na Europa: em França, Alemanha, Austria, Bélgica, Italia, Suíça, Tchecoslovaquia, realizando uma produção diária de 1.000.000 de litros de alcool.

Gráfico do desenvolvimento do processo de fermentação



Capacidade de produção diária em litros

INSTALAÇÕES NO BRASIL

Amalia (Em funcionamento)	10.000
Barcelos	10.000
Catende	30.000
Laranjeiras	4.000
Outeiro	5.000
Piracicaba	15.000
Porto Feliz	20.000
Santa Barbara	6.000
Santa Cruz	15.000
Utinga	10.000
Vassununga	3.000
Vi'a Raffard	20.000
São José	22.000
N. S. das Maravilhas	15.000
Cucaú	15.000
Pureza	5.000
Brasileiro	15.000
Serra Grande	12.000
Timbó Assú	5.000
Usina Miranda (Em montagem)	10.000
Santa Maria	3.000
Pumatí	20.000
Trapiche	15.000
Ponte Nova	20.000
Quissaman	15.000
Pontal	10.000

O novo processo de fermentação das USINES DE MELLE proporciona as seguintes vantagens:

- Notavel aumento do rendimento de fermentação
- Aumento da capacidade de produção das instalações de fermentação
- Grande segurança e funcionamento tornando quase automático o trabalho
- Melhor qualidade do alcool fabricado.

Usineiros e distiladores, peçam informações a **GEORGES P. PIERLOT**
Avenida Beira Mar, 210 — Tel. 42-8607 — Caixa Postal 2984
RIO DE JANEIRO

CRONICA AÇUCAREIRA INTERNACIONAL

Um dos últimos números do "Bulletin Mensuel des Renseignements Techniques", publicação mantida pelo Instituto Internacional de Agricultura, com sede em Roma, resume da seguinte forma a situação açucareira da Europa, em geral:

"Considerando a Europa no seu conjunto, pode-se dizer que, até o presente, a situação é ainda satisfatória, se bem que as condições climatológicas não tenham sido das mais propícias à vegetação das beterrabas.

Segundo os dados recebidos pelo Instituto Internacional de Agricultura, as superfícies cultivadas com beterraba na Europa, inclusive a U.R.S.S., passam de 6% as cultivadas em 1939 e de 14% a media quinquenal de 1934 a 1938.

Se durante esse período da estação as condições meteorológicas permanecerem normais até a colheita, o rendimento unitario em beterrabas — não computados os estragos devidos a outras causas — deverá assegurar uma safra de açúcar igual, pelo menos, à do último ano e superior à media citada.

Mas mesmo essa previsão, embora seja extremamente prudente, está ainda sujeita à pressão das circunstancias atuais da Europa, em consequencia dos elementos de perturbação introduzidos pela guerra:

Com efeito, durante as operações de guerra, extensas superfícies cultivadas têm sido devastadas, outras foram abandonadas e numerosos campos de cultura não tiveram os cuidados de que precisavam. Os transportes têm sido insuficientes ou faltado completamente, em seguida às requisições dos veículos e dos animais de tração, ou em virtude da escassez de carburantes.

Nem todas as beterrabas poderão ser arrancadas no momento da colheita; outras, já arrancadas, permanecerão nos campos, pela impossibilidade de seu transporte para as fábricas. Numerosas fábricas foram destruídas e as avariadas deverão limitar a produção de açúcar, na medida dos danos sofridos. Uma parte das beterrabas que teriam de ser trabalhadas nas fábricas destruídas poderá ser enviada a outras fábricas ainda em atividade, mas uma parte será inteiramente perdida.

Evidentemente, evitamos traçar previsões, não tendo a pretensão de sustentá-las em face da desordem criada pela guerra; limitamo-nos a indicar, sem tirar nenhuma

conclusão, as passagens, mesmo apenas temporárias, de fábricas e refinarias de açúcar, do "controle" de um país para outro, em consequencia das ocupações territoriais que se verificaram de 1.º de setembro de 1939 até hoje. Essas indicações poderão servir ao leitor, pois tais trocas dificilmente serão favoráveis, no principio, à atividade das fábricas e refinarias em questão.

Na Polonia havia 61 fábricas de açúcar; após a ocupação alemã e soviética, 47 passaram ao "contrôle" da Alemanha e 14 ao da U.R.S.S.

Na Finlândia, a única fábrica de Viipuri, que era de construção recente, passou à U.R.S.S.; duas outras e todas as quatro refinarias continuam com a Finlândia.

A Noruega, um dos raros países que não produzem açúcar, não tem fábricas nem refinarias.

As fábricas e refinarias dos Países Baixos e da Bélgica se acham no territorio atualmente ocupado pela Alemanha, sendo 16 fábricas (das quais 4 não trabalham) e 6 refinarias (das quais 2 paralizadas) nos Países Baixos e 26 fábricas, 4 refinarias e 5 fábricas de açúcar refinado na Bélgica.

Na França, o maior número das fábricas de açúcar se acha no Norte, e nas zonas em que se desenrolaram, em grande parte, as operações de guerra. Não se pode dizer ainda, com precisão, em que condições se encontram, para poderem funcionar.

De qualquer forma, das 110 fábricas de França, 4 perto de Clermont-Ferrand e duas outras nas imediações de Avignon, ficam no territorio não ocupado.

Na Rumania, das 15 fábricas de todo o Reino, 6 passaram à U.R.S.S., precisamente 3 de Bubina e 3 da Bessarabia".

DINAMARCA

O açúcar constitue para a economia dinamarquesa um importante artigo de intercambio. A Dinamarca exporta consideravel quantidade para a Noruega e a Finlândia em troca de madeira e papel.

Na primavera foi decidido aumentar de 10% a area cultivada com beterraba açucareira. O rendimento por hectare é previsto, porem, 10% inferior ao de 1939; portanto, dado o aumento da area cultivada, prevê-se

que a safra atingirá a cifra do ano passado, no qual foram produzidas cerca de 240 mil toneladas de açúcar bruto.

FRANÇA

Informações procedentes de Berlim anunciam, de fonte autorizada, que na França a produção de beterraba açucareira acusará uma diminuição de 20 a 25 por cento nos distritos do norte, onde se encontram 95 por cento das plantações. A produção da referida zona em 1936 foi de 8.256.000 toneladas.

HUNGRIA

Na safra 1939-40, a Hungria produziu 129.000 toneladas longas de açúcar, valor bruto, contra 126.000 toneladas no ano anterior, registrando-se assim um aumento de 3.000 toneladas. No passado, a produção da Hungria era suficiente para as necessidades do seu consumo interno e ainda restava margem para exportação. Em 1929-30, verificou-se o "record" da produção da Hungria com 242.000 toneladas; a exportação nesse ano também registrou o seu "record" com 129.000 toneladas. Nos últimos anos uma e outra diminuíram.

O consumo no ano concluído em 31 de agosto de 1939 foi de 140.000 toneladas. Essa cifra representa sobre o consumo do ano anterior um aumento de 35.000 toneladas, ou seja, aproximadamente, 33 por cento.

INGLATERRA

O Conselho Internacional do Açúcar publicou uma nota, na qual informa que o governo da Índia solicitou permissão para exportar uma partida adicional de açúcar até 200 mil toneladas, atendendo a que o Reino Unido deseja novos suprimentos do produto.

PORTUGAL

Foi fixado em 75.000.000 de quilos o consumo provável de açúcar no continente, no ano cultural de 1940/41 e determinando que o rateio do açúcar colonial com direito a bonus seja feito nos seguintes termos:

Cabo Verde, 1.000.000 de quilos; Angola: Companhia do Açúcar de Angola, 16.581.950 de quilos; Sociedade Agrícola do Cassequel, 16.581.950; Sociedade Comercio e Construções, 3.336.100; e Antonio do Cou-

to Pinto, 500.000. Moçambique: Sena Sugar Estates, Limited, 22.132.727 de quilos; Companhia Colonial do Buzi, 7.489.697; e Incomati Estates, Limited, 7.377.576.

RUMANIA

Informa Lamborn que a produção de açúcar de beterraba na Rumania em 1939-40 é calculada em 143.000 toneladas longas, valor bruto, contra 135.000 toneladas produzidas no ano anterior. Houve uma diminuição este ano de 10.000 toneladas, ou seja, aproximadamente, 6,5 por cento.

Existem na Rumania 15 fábricas de açúcar de beterraba. Na área cedida à Rússia existem 5 fábricas, duas na Bessarabia e três na Bucovina.

Em 1938-39, o consumo foi de 129.000 toneladas longas contra 114.000 toneladas consumidas no ano anterior. O aumento de consumo de 15.000 toneladas — 13,3 por cento, aproximadamente — acredita-se que tenha formado o estoque invisível.

RUSSIA

Segundo Lamborn, a produção de açúcar de beterraba na Rússia em 1930-40 é estimada em 2.460.000 toneladas longas, valor bruto, contra 2.264.000 toneladas no ano anterior. O aumento foi, portanto, de 196.000 toneladas, aproximadamente, 8,7 por cento. Existem na Rússia 190 fábricas de açúcar. Na estimativa da produção de 1939-40 não foi incluído o açúcar produzido nos territórios poloneses de que a Rússia se apossou o ano passado.

O consumo de açúcar no ano encerrado em 31 de agosto de 1939 elevou-se a 2.200.000 toneladas, valor bruto, que equivale a um consumo "per capita" de 13 quilos.

Para o ano concluído em 31 de agosto último, o Acordo Internacional do Açúcar havia atribuído à Rússia uma quota de exportação de 158.456 toneladas longas. Acredita-se que essa quota sofrerá redução este ano. A Rússia exporta principalmente para a Mongolia e a Persia.

UNIÃO SUL-AFRICANA

Segundo uma comunicação da União Sul-Africana, a produção de açúcar, durante a última safra, se elevou nesse país a 595.556

toneladas, e a futura safra é estimada em cerca de 560.000 toneladas.

As cifras abaixo mostram que as suas safras têm aumentado nos últimos seis anos:

1934-35	358.738 tons.
1935-36	417.318 "
1936-37	446.409 "
1937-38	507.219 "
1938-39	522.732 "
1939-40	595.556 "

JAPÃO

A produção de açúcar no Japão, incluindo a ilha Formosa, na safra 1939-40, alcançou um total de 1.320.000 toneladas longas, valor bruto. No ano anterior a produção foi de 1.663.000 toneladas. A diminuição na safra passada foi de 343.000 toneladas, mais ou menos 21 por cento. A colheita da última safra começou em novembro de 1939 e terminou em junho deste ano.

Em 1938-39, o consumo foi de 1.342.000 toneladas, esperando-se uma diminuição, este ano, em consequencia do racionamento:

ARGENTINA

A safra de 1940 constituiu um "record" de produção na Argentina. Segundo "La Industria Azucarera" e de acordo com as cifras obtidas a 27 de outubro, ela atingiu 531.125.792 quilogramos. A essa cifra há que juntar a produção de Santa Frá correspondente a outubro, de cerca de 4.000 toneladas.

A produção do último quinquenio foi a seguinte :

1935	391.255 tons.
1936	436.802 "
1937	371.163 "
1938	465.630 "
1939	521.584 "

Os rendimentos da cana foram: em 1938: 8,74; em 1939: 8,93 e em 1940: 9,09. Nos rendimentos de 1940, corresponde a Tucuman o de 9,40, a Salta, 11,06 e a Jujuy, 10,57, que são os mais altos obtidos até agora em cada uma das três provincias.

Com a produção "record" obtida no corrente ano, a Argentina ocupa o 10.º lugar entre os maiores produtores de açúcar de cana no mundo.

BOLIVIA

Segundo informa Lamborn, a Bolivia importou, em 1939, açúcar dos seguintes países, (em toneladas): Argentina, 9.401; Brasil, 263; Chile, 113; Alemanha, 99; Holanda, 1.135; Perú, 15.943; Reino Unido, 2; Estados Unidos, 631; outros países, 25. Total, 27.612 toneladas.

CANADA'

Até 15 de junho deste ano, as refinarias canadenses haviam fabricado 383.849.627 libras de açúcar refinado, com um aumento de 81.898.714 libras sobre igual período de 1939. Esses dados e os que se seguem são fornecidos pelo Departamento de Estatística do Dominio.

As vendas para consumo e exportação até 15 de junho foram de 515.019.093 libras; no mesmo período do ano passado as vendas foram de 404.366.450 libras. Houve, portanto, este ano, um aumento de 110.652.643 libras. Naquela data, os estoques compreendiam 86.076.270 libras de açúcar bruto e 117.330.969 libras de refinado, com uma diminuição de 38.387.017 libras no bruto e 35.378.809 libras no refinado, em comparação com os estoques de 1939. Em relação aos estoques de 1 de janeiro, os de 15 de junho acusavam um aumento de 11.550.120 libras no açúcar bruto e uma diminuição de 131.130.451 libras no açúcar refinado.

De 1 de janeiro a 15 de junho entraram no Canadá 416.517.831 libras de açúcar bruto contra 364.487.052 libras em 1939; no referido período foram dissolvidas e vendidas 404.967.711 libras contra 318.061.858 libras em 1939.

ESTADOS UNIDOS

Segundo as estatísticas de Lamborn, os Estados Unidos exportaram, durante os sete primeiros meses deste ano, 121.037 toneladas de açúcar refinado contra 48.345 toneladas exportadas no ano anterior. O aumento verificado este ano foi de 72.692 toneladas, um pouco mais de 150 por cento. A exportação dos sete primeiros meses de 1940 foi a maior desde 1925, quando em idêntico período foram exportadas 188.033 toneladas.

— Segundo dados do Ministerio da Agricultura, a area beterrabeira dos Estados Unidos para a safra de 1940 é praticamente igual

à de 1939. Espera-se, porém, em vista das condições reinantes em princípios de julho, que a produção de beterraba seja apenas 93 por cento da do ano passado. As estimativas da área de cultivo para este ano apresentam a cifra de 982.000 acres contra 990.000 no ano passado. Fazendo-se o desconto da área que é sempre abandonada — 7 por cento do total — teremos este ano 913.000 acres para colheita contra 917.000 em 1939.

Na base das condições reinantes em 1 de julho último, estima-se em 11 toneladas por acre a média de rendimento em todo o país; com essa média a produção total de beterraba seria de 10.019.000 toneladas. Em 1939, a produção foi de 10.773.000 toneladas para uma média de 11,7 toneladas por acre. Em alguns Estados, como Califórnia, Montana, Oregon e Washington, houve aumento na área de plantio, ao passo que esta apresenta decréscimo nos Estados de Colorado, Wyoming, Nebraska e Utah. Em Montana o aumento verificado foi de 10.000 acres e em Colorado houve uma diminuição de 13.000 acres.

O Ministerio da Agricultura ainda não fez estimativas sobre a produção de açúcar de beterraba. Pode-se todavia avaliar a produção em cerca de 1.500.000 toneladas, cálculo este feito na base de uma média de 15 por cento de recuperação para uma safra de 10.019.000 toneladas. No ano passado a produção foi de 1.641.000 toneladas, correspondentes a 1.756.000 toneladas, valor bruto.

HAWAII

O Departamento de Estatística dos Estados Unidos acaba de publicar o censo açucareiro de Hawaí referente ao ano passado. A produção da ilha foi de 977.377 toneladas curtas, valor bruto, maior que as registradas em 1938 e 1937, porém sensivelmente menor que as de anos anteriores. Em 1933, por exemplo, a produção hawaiana foi de 1.063.605 toneladas.

O número de estabelecimentos que elaboraram açúcar em 1939 foi de 35, os quais empregaram 4.800 pessoas. No último censo realizado em Hawaí, em 1919, o número de estabelecimentos era de 43 e o de empregados 3.421. Essas cifras não compreendem os trabalhadores dos campos ou qualquer outro local fora das usinas. Em 1939, o número de empregados que perceberam salários no mês

de março — quando não há trabalho — foi de 4.659, sendo a média anual de 4.371. O resto dos 4.800 empregados na indústria se compõem de supervisores e técnicos, 240, e auxiliares de escritórios 189. Os salários e ordenados pagos em 1939 elevaram-se a 3.709.901 pesos contra 2.801.913 em 1919.

O custo dos materiais, instrumentos, combustíveis e compra de energia elétrica pela indústria, em 1939, foi de 30.482 pesos; em 1919, foi de 45.897.011 pesos. O valor dos produtos elaborados foi de 49.250.987 pesos em 1939 e de 80.236.244 em 1919. O valor de 1939 foi representado por: açúcar bruto, ... 45.060.013 pesos; açúcar refinado, 3.475.802 pesos; melaços finais, 297.421 pesos; outros melaços, 254.603 pesos; venda de bagaço, 20.102 pesos; diversos, 143.046 pesos. Em 1939, foram moidas 8.739.802 toneladas curtas de cana. O grau de capacidade das 35 fábricas foi de 48.070 toneladas por dia. O inventário do valor dos materiais, instrumentos, combustível, processo de elaboração, etc. foi de 1.612.575 pesos em 1 de janeiro de 1939 e de 1.391.490 pesos em 31 de dezembro.

E. G. Fontes & Co.

Exportadores de Café, Açúcar,
Manganez

E outros productos nacionaes

Importadores de tecidos e mercadorias em geral

Instalações para produção de
alcool absoluto pelo processo
das Usines de Melle

Rua Candelaria Ns. 42 e 44

TELEFONES: { 23-2539
 { 23-5006
 { 23-2447

CAIXA DO CORREIO N. 3

Telegrammas AFONTES - RIO

RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

BALANCETE EM 31 DE OUTUBRO DE 1940

A T I V O

Ativo Fixo			
Biblioteca do Instituto		37:571\$800	
Construção de Distilarias:			
Presidente Vargas (Doc. 1) ..	24.835:724\$450		
Ponte Nova (Doc. 1)	4.304:869\$900	29.140:594\$350	
<hr/>			
Distilarias Centrais — Campos — Custo de Instalação (Doc. 2)		19.144:303\$650	
Imoveis		2.781:161\$600	
Laboratorios — Recife — Aparelhos e Utensilios ..		58:147\$100	
Material Permanente (Secção do Alcool Motor) ..		21:744\$000	
Moveis e Utensilios		625:976\$900	
Tanques, Maquinismos, Bombas, Accessorios e Instalações.		591:324\$900	
Vagões Tanques		500:000\$000	
Vasilhames e Tambores		957:819\$100	
Veículos		182:122\$700	54.040:766\$100
<hr/>			
Titulos e Ações		10.707:000\$000	64.747:766\$100
Empréstimos			
Caixa de Empréstimos a Funcionarios		105:183\$200	
Custeio de Refinarias		2.750:000\$000	
Empréstimos a Produtores de Açucar		1.863:285\$100	
Financiamento a Distilarias (Doc. III)		12.830:693\$150	17.549:161\$450
<hr/>			
Despesas diferidas			
Açucar c/Despesas		7.196:727\$900	
Aluguéis		164:195\$500	
Comissões		461:572\$000	
Despesas de Viagem		632:517\$800	
Despesas Gerais		315:806\$500	
Despesas Judiciais		158\$300	
Diarias		375:145\$000	
Diversas Despesas (Doc. IV)		698:136\$200	
Estampilhas		3:287\$700	
Gratificações.		278:257\$000	
Laboratorios — Recife:			
Despesas Gerais	1:202\$200		
Drogas e Materiais	1:637\$200	2:839\$900	
<hr/>			
Material de Escritorio		198:610\$700	
Portes e Telegramas		92:907\$700	
Publicações de Boletins Estatísticos		43:351\$000	
Vencimentos		2.461:994\$100	12.925:507\$300
<hr/>			
Contas de Resultado			
Alcool anidro C/Depósito Geral		37:696\$500	
Alcool Motor C/Fabrico		3.312:379\$305	
Anuario Açucareiro — Ano 1938	78:626\$900		
— Ano 1939	3:971\$300		
— Ano 1940	3:957\$000	86:555\$200	
<hr/>			
Compras de Açucar		327:993\$800	
Compras de Açucar c/Retrovenda		8.390:160\$000	
Compras de Gasolina		2:307\$200	
Despesas do Alcool Motor (Doc. V)		648:976\$680	
Distilarias Centrais — Campos — Despesas de Fabricação (Doc. VI)		1.047:996\$050	
Livros e Boletins Estatísticos		42:241\$320	
Materia Prima		8.516:933\$250	
Revista "Brasil Açucareiro"		5:267\$100	
Vendas de Açucar		4.583:141\$500	27.001:647\$905
<hr/>			
Devedores Diversos			
Adiantamento para Compras de Alcool		2.727:336\$600	
Cobrança do Interior		36:856\$800	
Contas Correntes (Saldo Devedores) (Doc. VII)		7.998:300\$036	
Letras a Receber		829:278\$900	11.591:772\$336
<hr/>			

Caixas e Bancos

Caixa — Sede do Instituto	43.383\$300	
Banco do Brasil — Rio.		
c/Arrecadação	40.586:673\$700	
c/Taxa s/Açúcar de Engenho	2.050:514\$200	
c/Movimento	6.707:453\$900	
c/Com Juros — Caixa de Empréstimos a Fun-		
cionarios	111:098\$800	
c/Depósitos Especiais	1.518:614\$000	51.017:737\$900
Delegacias Regionais C/Suprimentos		12.243:758\$900
Distilarias Centrais C/Suprimentos		980:375\$500
		64.241:872\$300
Contas de Compensação		
Açúcar Cauçionado	8.390:160\$000	
Açúcar Depositado em Penhor	3.000:000\$000	
Banco do Brasil C/Créditos	51.609:839\$300	
Depositarios de Títulos e Valores	2:001\$000	
Títulos e Valores Apenhados	1.003:000\$000	
Títulos Depositados em Garantia	300:000\$000	
Valores Cauçionados	75:727\$000	
Valores em Hipoteca	27.078:054\$400	91.458:781\$700
		289.516:509\$091

P A S S I V O

Fundos Acumulados

Arrecadação de S/Taxa S/Excesso de Produção de Açúcar	5:658\$000	
Arrecadação de S/Taxa S/Produção de Açúcar	8.716:385\$700	
Sobretaxa de Açúcar	486:047\$100	
Taxa Complementar de Açúcar de Engenho, Beneficiado ou Refinado	2:607\$500	
Taxa de Açúcar de Usina	155.660:079\$630	
Taxa de Açúcar de Engenhos	2.321:385\$820	
Taxa S/Açúcar de Refinarias	57:111\$600	
Taxa de Estatísticas	698\$000	167.249:973\$350

Reservas

Juros Suspensos	232:338\$400	
Reserva do Alcool Motor	2.594:469\$226	2.826:807\$626

Contas de Resultado

Alcool Aldeído — Produção Distilarias Centrais	3:453\$400	
Alcool Anidro — Produção de Distilarias Centrais	157:482\$000	
Juros	536:960\$600	
Multas	253:370\$500	
Oleo de Fuzel — Produção Distilarias Centrais	6:587\$600	
Rendas do "Edificio Taquara"	109:697\$700	
Sobras e Vazamentos	10:251\$815	
Vendas de Alcool Motor	3.821:793\$355	
Vendas de Alcool S/Mistura	1.094:045\$340	5.993:642\$310

Obrigações

Banco do Brasil c/Financiamento	8.390:160\$700	
Contas Correntes (Saldo Credores) (Doc. VIII)	5.264:276\$625	
Depósitos Especiais	1.443:557\$100	
Depósitos de Engenhos	900\$000	
Depósitos de Taxa S/Rapadura a Restituir	358:074\$600	
Fundos P/Propaganda	55:830\$700	
Instituto de Tecnologia C/Subvenção	134:927\$574	
Ordens de Pagamento	5.953:092\$400	
Vales Emitidos S/Alcool Motor	363:451\$000	
Vales Emitidos S/Alcool Motor — Em Liquidação	23:033\$406	21.987:304\$105

Contas de Compensação

Banco do Brasil c/Caução de Açúcar	8.390:160\$000	
Créditos à N/Disposição	51.609:839\$300	
Depositantes de Títulos e Valores	75:727\$000	
Depositos de Títulos em Garantia	300:000\$000	
Outorgantes de Hipotecas	27.078:054\$400	
Penhor Mercantil:		
Usina Brasileiro S. A.	1.003:000\$000	
Cia. Usinas Nacionais	3.000:000\$000	4.003:000\$000
Títulos e Valores Depositados	2:001\$000	91.458:781\$700
		289.516:509\$091

Rio, 31-X-940.

LUCIDIO LEITE

Contador

DEZEMBRO, 1940 — Pág. 51

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

ORÇAMENTO PARA 1940—POSIÇÃO EM 31 DE OUTUBRO DE 1940

Nos.	VERBAS	Quota suplementar mensal	Duodécimo	Saldo anterior	Quota mensal	DESPESAS Mês de outubro	Total despesas	Media mensal	Crédito anual	Saldo do crédito anual
P E S S O A L :										
1	Comissão Executiva.		19:400\$000	43:200\$000	62:600\$000	20:000\$000	151:400\$000	15:140\$000	232:800\$	81:400\$000
2	Conselho Consultivo.		3:600\$000	7:200\$000	10:800\$000	300\$000	25:500\$000	2:550\$000	43:200\$	17:700\$000
3	Sede do Instituto.		115:205\$000	11:913\$300	127:123\$300	117:130\$100	1.142-056\$800	114:205\$680	1.382:460\$	240:403\$200
4	Secção Técnica.		18:494\$500	34:456\$800	52:951\$300	16:300\$000	148:293\$700	14:829\$370	221:934\$	73:640\$300
5	Fiscalização Tributaria — —Cr. Supl.—relat. a 9 ms. " " " " 6 ms.	Crédito anual. 1:500\$000 25:300\$000	61:322\$000	49:545\$400	137:667\$400	75:535\$800	658:288\$400	65:828\$840	151:800\$	242-875\$600
6	Delegaçães Regionais.		49:900\$000	136:386\$300	186-286\$300	33:041\$500	336:455\$200	33:645\$520	598:800\$	262:344\$800
7	Despesas de Transporte... —Cr. Supl.—relat. a 6 ms.	Crédito anual. 12:500\$000	79:466\$666	189:647\$194	281:613\$860	69:465\$000	632-517\$800	63:251\$780	75:000\$	396:082\$200
8	Diarias.	Crédito anual. 2:750\$000	42:891\$666	97:439\$993	155:664\$992	40:560\$000	375:145\$000	37:514\$500	514:700\$	238:805\$000
9	Cr. Sup.—relat. a 9 ms. " " " " a 6 ms.	12:583\$333							24:750\$	
Gratificações :										
	—Pró-labore semestral.	Crédito anual. 250\$000	41:666\$666	177-767\$592	223:900\$924	\$	210:633\$400	21:063\$240	500:000\$	317:667\$600
	—Cr. Sup.—relat. a 12 ms. " " " " a 6 ms.	4:216\$666							3:000\$	
	—Diversos.		8:750\$000	29:175\$400	37:925\$400	18:050\$000	67:624\$600	6:762\$460	25:300\$	37:375\$400
M A T E R I A L :										
1	Material Permanente.		10:000\$000	10:370\$300	20:370\$300	9:871\$000	89:500\$700	8:950\$070	120:000\$	30:499\$300
2	Material de Consumo.		13:033\$333	21:923\$197	34:956\$530	13:018\$200	108:395\$000	10:839\$500	156:400\$	48:005\$000
3	Diversas Despesas.		60:776\$333	116:590\$997	177:366\$330	52:902\$700	483:289\$700	48:328\$970	729:304\$	246:014\$300
		59:099\$999	524:505\$164	925-621\$473	1.509:226\$636	466:174\$300	4.429:099\$300	442:909\$930	6.662:912\$	2.233-812\$700

NOTA: — Do aumento do quadro da Fiscalização (Inspectores — 3 e Fiscais — 25) autorizado pela Comissão Executiva deste Instituto em sessão de 12 de junho último, decorrem os créditos suplementares acima registrados na verba — Pessoal — a saber:

- Fiscalização Tributaria — Vencimentos. 165:300\$000
- Despesas de Transporte. 75:000\$000
- Diarias. 100:250\$000
- Gratificações. 28:300\$000

368:850\$000

PLANO DE PREVISÃO DAS SAFRAS DE AÇUCAR

Gileno Dé Carli

1.) — Partindo da pressuposição de que todas as usinas tenham um plantio de canas correspondente ao seu limite fixado por lei, um serviço de previsão de safras teria que se orientar de acordo, exclusivamente, com a precipitação pluviométrica, atendendo, quer ao nível de chuvas caídas, quer à sua distribuição durante o ciclo vegetativo da cana de açúcar.

2.) — Ocorre, porem, que outros fatores atuam, motivando o aumento ou diminuição das safras, mesmo que as precipitações pluviométricas permaneçam regulares. Quer dizer, na comparação das chuvas caídas com as normais pluviométricas adotadas, a constancia do volume e da distribuição de agua, levando a um cálculo aproximado, se choca com os resultados posteriormente verificáveis. A maior ou menor area de plantio de canas, a facilidade ou dificuldade de obtenção de braços trabalhadores, a existencia ou não de serviços de irrigação e o vulto do financiamento de entre-safra, são fatores que podem influir e levar a erro o cálculo de previsão de safras.

3.) — Para diminuir as possibilidades de grande erro ou variação no Plano de Previsão das Safras de Açucar, partimos com os seguintes elementos :

- a) — Divisão dos Estado spor Zonas de Produção;
- b) — Obtenção de normais pluviométricas de maior número possível de anos;
- c) — Considerar como safra normal, não o limite fixado por lei, porem a safra imediatamente anterior.

4.) — Na divisão dos Estados Açucareiros por Zonas de produção, foram escolhidas as seguintes usinas, como pontos de referencia :

I — PARAIBA

Zona Única : Usina São João, sendo a normal a da Estação Pluviométrica de Espírito Santo.

BRASIL AÇUCAREIRO

II — PERNAMBUCO

1.^a Zona : Usina Matarí, normal da propria Usina; Usina Cruangí e Usina Petribú — normal da Estação de Nazaré.

2.^a Zona : Usina Santa Tereza — Normal da cidade de Goiana.

3.^a Zona : Usina Tiuma e Usina Capibaribe — Normal da Usina Tiuma.

4.^a Zona : Usina Bulhões — Normal da propria usina.

5.^a Zona : Usina Salgado e Distilaria Presidente Vargas.

6.^a Zona : Usina União Industria.

7.^a Zona : Usina Cucáú e Usina Barreiros — Normal da Estação Experimental de Barreiros.

8.^a Zona : Usina Catende, Usina Sta. Terezinha e Usina Roçadinho — Normal da Usina Roçadinho.

9.^a Zona : Usina Agua Branca — Normal da Usina Serra Grande.

III — ALAGOAS

1.^a Zona : Usina Serra Grande — Normal da propria Usina.

2.^a Zona : Usina Brasileiro e Usina Uru-ba — Normal da cidade de Atalaia.

3.^a Zona : Usina Central Leão — Normal da propria Usina.

4.^a Zona : Usina Sinimbú — Normal da propria Usina.

IV — SERGIPE

1.^a Zona : Usina Central Laranjeiras — Normal da cidade de Laranjeiras.

2.^a Zona : Usina Outeirinhos — Normal da cidade de Japaratuba.

3.^a Zona : Usina Castelo — Normal da cidade de Estancia.

V — BAIA

Zona Unica : Usina Cinco Rios e Usina Aliança — Normal da cidade de Santo Amaro.

DEZEMBRO, 1940 — Pág. 53

VI — RIO DE JANEIRO

1.^a Zona: Usina Paraíso, Distilaria do I.A.A. e Estação Experimental de Campos — Normal da Est. Exp. de Campos.

2.^a Zona: Usina Outeiro e Usina Santa Cruz — Normal da Est. Experimental de Campos.

3.^a Zona: Usina Quissaman e Usina Carapêbús — Normal da Usina Quissaman.

4.^a Zona: Usina Laranjeiras e Usina Pureza — Normal da cidade de S. Fidelis.

5.^a Zona: Usina Santa Luiza.

VII — SÃO PAULO

1.^a Zona: Usina Ester, Usina Santa Bárbara, e Usina Porto Feliz — Normal da cidade de Campinas.

2.^a Zona: Usina Piracicaba e Usina Monte Alegre — Normal da cidade de Piracicaba.

3.^a Zona: Usina Tamoio e Usina Itaquê — Normal da Usina Tamoio.

4.^a Zona: Usina Albertina, normal da cidade de Ribeirão Preto.

5.^a Zona: Usina Junqueira.

VIII — MINAS GERAIS

1.^a Zona: Usina Rio Branco e Distilaria de Ponte Nova — Normal da cidade de Ubá.

2.^a Zona: Usina Ana Florencia — Normal da propria Usina.

3.^a Zona: Usina Malvina — Normal da cidade de Montes Claros.

4.^a Zona: Usina Pedrão — Normal da cidade de Itajubá.

5.) — Alguns centros de produção já possuem normais pluviométricas e, de acordo com o plano de distribuição das zonas, essas normais servirão de base ao estudo da previsão das safras.

São as seguintes as normais pluviométricas obtidas até o presente momento:

I — PARAIBA:

Zona Única — normal da Estação de Espírito Santo (período de 18 anos).

Janeiro 59,2 mm.

Fevereiro 89,9 "

Março	175,4	"
Abril	194,6	"
Maió	218,5	"
Junho	204,0	"
Julho	154,7	"
Agosto	100,2	"
Setembro	44,6	"
Outubro	14,2	"
Novembro	24,5	"
Dezembro	28,2	"

II — PERNAMBUCO:

1.^a Zona:

a) — normal da Usina Matarí (período de 6 anos).

Janeiro	20,7	mm.
Fevereiro	118,1	"
Março	172,3	"
Abril	166,9	"
Maió	236,1	"
Junho	281,3	"
Julho	128,2	"
Agosto	98,2	"
Setembro	38,2	"
Outubro	28,1	"
Novembro	55,5	"
Dezembro	24,4	"

b) — normal da Estação da cidade de Nazaré (período de 21 anos).

Janeiro	80,0	mm.
Fevereiro	108,0	"
Março	134,0	"
Abril	154,0	"
Maió	214,0	"
Junho	104,0	"
Julho	165,0	"
Agosto	94,0	"
Setembro	42,0	"
Outubro	22,0	"
Novembro	20,0	"
Dezembro	37,0	"

2.^a Zona:

normal da Estação da cidade de Goiana (período de 19 anos).

Janeiro	118,0	mm.
Fevereiro	140,0	"
Março	176,0	"
Abril	228,0	"

Maio	254,0	"
Junho	307,0	"
Julho	222,0	"
Agosto	131,0	"
Setembro	60,0	"
Outubro	30,0	"
Novembro	30,0	"
Dezembro	44,0	"

3.^a Zona :
normal da Usina Tiuma (período de 24 anos).

Janeiro	72,6	mm.
Fevereiro	120,7	mm.
Março	150,5	"
Abril	187,5	"
Junho	274,6	"
Julho	200,4	"
Agosto	116,8	"
Setembro	64,4	"
Outubro	28,3	"
Novembro	32,2	"
Dezembro	33,3	"

4.^a Zona :
normal da Usina Bulhões (incompleto).

5.^a Zona :
(incompleto)

6.^a Zona :
(incompleto)

7.^a Zona :
normal da Estação Experimental de Barreiros (período de 16 anos).

Janeiro	114,0	mm.
Fevereiro	134,0	"
Março	185,0	"
Abril	233,0	"
Maio	380,0	"
Junho	494,0	"
Julho	340,0	"
Agosto	255,0	"
Setembro	156,0	"
Outubro	60,0	"
Novembro	52,0	"
Dezembro	80,0	"

8.^a Zona :
normal da Usina Roçadinho (período de 7 anos).

BRASIL AÇUCAREIRO

CÊRA

CRISTAL



PARA
LUSTRAR MOVEIS
E
ASSOALHOS

Janeiro	54,2 mm.
Fevereiro	89,3 "
Março	128,2 "
Abril	168,6 "
Maió	312,5 "
Junho	243,2 "
Julho	183,1 "
Agosto	136,4 "
Setembro	48,2 "
Outubro	61,9 "
Novembro	43,7 "
Dezembro	24,1 "

9.^a Zona :
normal da Usina Serra Grande (período de 17 anos).

Janeiro	41,9 mm.
Fevereiro	80,3 "
Março	63,3 "
Abril	141,0 "
Maió	195,0 "
Junho	212,8 "
Julho	194,3 "
Agosto	138,0 "
Setembro	65,4 "
Outubro	34,9 "
Novembro	16,2 "
Dezembro	15,8 "

III — ALAGOAS

1.^a Zona :
normal da Usina Serra Grande (período de 18 anos).

Janeiro	41,9 mm.
Fevereiro	80,3 "
Março	63,3 "
Abril	141,0 "
Maió	195,0 "
Junho	212,8 "
Julho	194,3 "
Agosto	138,0 "
Setembro	65,4 "
Outubro	34,9 "
Novembro	16,2 "
Dezembro	15,8 "

2.^a Zona :
normal da cidade de Atalaia (período de 18 anos).

Janeiro	49,0 mm.
Fevereiro	70,0 "
Março	84,0 "

Abril	134,0 "
Maió	212,0 "
Junho	236,0 "
Julho	214,0 "
Agosto	154,0 "
Setembro	172,0 "
Outubro	34,0 "
Novembro	32,0 "
Dezembro	47,0 "

3.^a Zona :
normal da Usina Central Leão (período de 29 anos).

Janeiro	63,9 mm.
Fevereiro	88,9 "
Março	117,9 "
Abril	157,6 "
Maió	277,5 "
Junho	285,1 "
Julho	247,8 "
Agosto	157,7 "
Setembro	86,4 "
Outubro	54,8 "
Novembro	49,2 "
Dezembro	38,6 "

4.^a Zona :
normal da Usina Sinimbú (período de 29 anos).

Janeiro	44,7 mm.
Fevereiro	59,0 "
Março	108,5 "
Abril	129,8 "
Maió	251,6 "
Junho	233,7 "
Julho	201,4 "
Agosto	127,6 "
Setembro	76,2 "
Outubro	42,1 "
Novembro	30,9 "
Dezembro	44,3 "

IV — SERGIPE

1.^a Zona :
normal da cidade de Laranjeiras (período de 9 anos).

Janeiro	32,0 mm.
Fevereiro	44,0 "
Março	71,0 "
Abril	205,0 "
Maió	246,0 "
Junho	163,0 "

Julho	164,0 "
Agosto	115,0 "
Setembro	100,0 "
Outubro	32,0 "
Novembro	77,0 "
Dezembro	38,0 "

2.^a Zona :

normal da cidade de Japarutuba (período de 11 anos).

Janeiro	30,0 mm.
Fevereiro	37,0 "
Março	67,0 "
Abril	155,0 "
Maio	181,0 "
Junho	179,0 "
Julho	208,0 "
Agosto	112,0 "
Setembro	78,0 "
Outubro	46,0 "
Novembro	38,0 "
Dezembro	45,0 "

3.^a Zona :

normal da cidade de Estancia

(incompleto)

V — BAÍA

Zona única :

normal da cidade do Salvador (período de 11 anos).

Janeiro	79,3 mm.
Fevereiro	92,3 "
Março	168,0 "
Abril	274,6 "
Maio	330,1 "
Junho	186,0 "
Julho	169,4 "
Agosto	127,8 "
Setembro	94,8 "
Outubro	96,2 "
Novembro	125,5 "
Dezembro	110,3 "

VI — RIO DE JANEIRO

1.^a Zona:

normal da Estação Experimental de Campos (período de 21 anos).

Janeiro	162,0 mm.
Fevereiro	102,0 "

Março	136,0 "
Abril	85,0 "
Maio	47,0 "
Junho	40,0 "
Julho	36,0 "
Agosto	41,0 "
Setembro	52,0 "
Outubro	132,0 "
Novembro	149,0 "
Dezembro	158,0 "

2.^a Zona :

normal da Estação Experimental de Campos (período de 21 anos).

(Provisoriamente)

3.^a Zona :

normal da cidade de Macaé (período de 23 anos).

Janeiro	181,4 mm.
Fevereiro	115,9 "
Março	146,4 "
Abril	105,1 "
Maio	84,4 "
Junho	47,4 "
Julho	46,8 "
Agosto	44,5 "
Setembro	69,6 "
Outubro	137,7 "
Novembro	138,5 "
Dezembro	176,8 "

4.^a Zona :

normal da cidade de S. Fidelis (período de 9 anos).

Janeiro	176,9 mm.
Fevereiro	105,9 "
Março	123,8 "
Abril	68,6 "
Maio	42,1 "
Junho	33,1 "
Julho	17,2 "
Agosto	26,9 "
Setembro	37,5 "
Outubro	112,0 "
Novembro	157,6 "
Dezembro	154,2 "

5.^a Zona :

(incompleto)

VII — SÃO PAULO

1.^a Zona :
normal da cidade de Campinas (período
de 41 anos).

Janeiro	255,3 mm.
Fevereiro	203,2 "
Março	151,1 "
Abril	61,0 "
Maió	53,1 "
Junho	52,3 "
Julho	31,0 "
Agosto	36,2 "
Setembro	72,9 "
Outubro	112,4 "
Novembro	158,0 "
Dezembro	218,6 "

2.^a Zona :
normal da cidade de Piracicaba (perío-
do de 27 anos).

Janeiro	242,5 mm.
Fevereiro	184,1 "
Março	125,0 "
Abril	61,6 "
Maió	49,4 "
Junho	53,0 "
Julho	30,4 "
Agosto	38,4 "
Setembro	70,2 "
Outubro	82,7 "
Novembro	133,9 "
Dezembro	214,1 "

3.^a Zona :
normal da Usina Tamoio (período de 3
anos).

Janeiro	198,3 mm.
Fevereiro	178,7 "
Março	113,0 "
Abril	109,3 "
Maió	95,0 "
Junho	30,3 "
Julho	4,3 "
Agosto	12,6 "
Setembro	16,3 "
Outubro	91,6 "
Novembro	173,0 "
Dezembro	223,6 "

4.^a Zona :
normal da cidade de Ribeirão Preto (pe-
ríodo de 27 anos).

Janeiro	267,8 mm.
Fevereiro	209,5 "
Março	184,9 "
Abril	74,4 "
Maió	42,8 "
Junho	43,9 "
Julho	28,0 "
Agosto	31,5 "
Setembro	67,6 "
Outubro	115,7 "
Novembro	165,4 "
Dezembro	244,3 "

5.^a Zona :
(incompleto)

VIII — MINAS GERAIS

1.^a Zona :
normal da cidade de Ubá (período de
15 anos).

Janeiro	244,2 mm.
Fevereiro	206,5 "
Março	204,9 "
Abril	61,5 "
Maió	27,2 "
Junho	23,3 "
Julho	13,8 "
Agosto	31,6 "
Setembro	47,7 "
Outubro	143,6 "
Novembro	203,6 "
Dezembro	270,2 "

2.^a Zona :
normal da Usina Ana Florencia (período
de 11 anos).

Janeiro	244,0 mm.
Fevereiro	155,4 "
Março	136,7 "
Abril	72,7 "
Maió	36,2 "
Junho	19,2 "
Julho	7,5 "
Agosto	19,9 "
Setembro	49,7 "
Outubro	138,0 "
Novembro	198,4 "
Dezembro	275,1 "

3.^a Zona :
normal da cidade de Montes Claros (pe-
ríodo de 21 anos)

Janeiro	260,0 mm.
Fevereiro	177,0 "
Março	156,0 "
Abril	48,0 "
Maio	13,0 "
Junho	4,0 "
Julho	2,0 "
Agosto	7,0 "
Setembro	22,0 "
Outubro	110,0 "
Novembro	178,0 "
Dezembro	264,0 "

4.^a Zona :
normal da cidade de Itajubá (período de 10 anos).

Janeiro	305,0 mm.
Fevereiro	254,0 "
Março	178,0 "
Abril	68,0 "
Maio	40,0 "
Junho	45,0 "
Julho	22,0 "
Agosto	44,0 "
Setembro	77,0 "
Outubro	120,0 "
Novembro	169,0 "
Dezembro	259,0 "

6.) — Computando-se os totais de chuvas caídas de acordo com as diversas zonas de produção distribuídas pelos Estados açucareiros, encontramos os seguintes dados:

I — PARAIBA :

Zona única — normal da cidade de Espírito Santo (período de 18 anos) 1.308,0 mm.

II — PERNAMBUCO :

1. ^a zona — normal da Usina Matarí (período de 6 anos) normal da cidade de Nazaré (período de 21 anos)	1.368,0 "
2. ^a zona — normal da cidade de Goiana (período de 19 anos)	1.174,0 "
3. ^a zona — normal da Usina Tiama (período de 24 anos)	1.740,0 "
4. ^a zona — incompleto	1.536,4 "
5. ^a zona — incompleto	
6. ^a zona — incompleto	

7. ^a zona — normal da Estação Experimental de Barreiros (período de 16 anos)	2.483,0 "
8. ^a zona — normal da Usina Roçadinho (período de 7 anos)	1.498,8 "
9. ^a zona — normal da Usina Serra Grande (período de 18 anos)	1.198,9 "

III — ALAGOAS :

1. ^a zona — normal da Usina Serra Grande (período de 18 anos)	1.198,9 "
2. ^a zona — normal da cidade de Atalaia (período de 18 anos)	1.449,0 "
3. ^a zona — normal da Usina Sinimbú (período de 19 anos)	1.349,8 "
4. ^a zona — normal da Usina Central Leão (período de 29 anos)	1.625,7 "

IV — SERGIPE :

1. ^a zona — normal da cidade de Laranjeiras (período de 9 anos)	1.287,0 "
2. ^a zona — normal da cidade de Japarutuba (período de 11 anos)	1.176,0 "
3. ^a zona — incompleto	

V — BAIA :

normal da cidade do Salvador (período de 11 anos).

VI — RIO DE JANEIRO:

1. ^a zona — normal Estação Exp. de Campos (período de 21 anos)	1.140,0 "
2. ^a zona — normal Estação Exp. de Campos (provisoriamente).	
3. ^a zona — normal da Usina Quissaman (período de)	
4. ^a zona — normal da cidade de S. Fidelis (período de 9 anos)	1.055,8 "
5. ^a zona — incompleto	

VII — SÃO PAULO :

1. ^a zona — normal cidade de Campinas (período de 41 anos)	1.405,1 "
2. ^a zona — normal cidade de Piracicaba (período de 27 anos)	1.285,3 "
3. ^a zona — normal Usina Tamoio (período de 3 anos) ..	1.246,6 "
4. ^a zona — normal cidade de Ribeirão Preto (período de 27 anos)	1.475,8 "
5. ^a zona — incompleto.	

VIII — MINAS GERAIS:

1. ^a zona — normal cidade de Ubá (período de 15 anos) .	1.478,1 "
2. ^a zona — incompleto.	
3. ^a zona — normal cidade de Montes Claros (período de 21 anos)	1.241,0 "
4. ^a zona — normal cidade de Itajubá (período de 10 anos)	1.581,0 "

7.) — Resumindo a situação de quedas de chuvas de cada Estado açucareiro, com a media de precipitações anuais de acordo com a media das normais das diversas Estações de coleta, encontraremos os seguintes dados finais :

1) — Paraíba	1.308,0 mm.
2) — Pernambuco	1.633,3 "
3) — Alagoas	1.405,5 "

4) — Sergipe	1.231,5 "
5) — Baía	1.854,3 "
6) — R. de Janeiro	1.163,5 "
7) — S. Paulo	1.353,2 "
8) — Minas Gerais	1.413,2 "

8.) — Interpretando os dados finais das medias das normais de precipitações pluviométricas, encontramos, à primeira vista, com um fato chocante. O nordeste açucareiro com precipitações pluviométricas superiores às zonas açucareiras da parte meridional do Brasil. A media de milímetros de chuvas no Nordeste, durante o longo período que assinalam as normais, foi de 1.486,5 mm., enquanto no Sul só atinge 1.309,9 mm. ou uma diferença de 176,6 mm. em favor do Nordeste açucareiro.

Quem, porem, compulsar as estatísticas de produção de açúcar irá verificar que no Nordeste, periodicamente, a produção de açúcar mingua, por escassez de chuvas ou por má distribuição das chuvas durante o ciclo vegetativo da cana de açúcar. Sendo, porem, o Nordeste uma região nitidamente tropical, as chuvas torrenciais caíndo em grande volume, mas em curto período vêm afetar a media geral das precipitações pluviométricas. O que importa observar, pois, no Nordeste, é a distribuição das chuvas durante os meses essenciais à filiação e maturação da cana. No Sul açucareiro há sempre normalidade de distribuição das chuvas, daí a constancia das grandes safras em S. Paulo e Estado do Rio de Janeiro, apesar de menores precipitações pluviométricas.

Importação de
Oleos e Graxas

End. Teleg.
"Engine" — Rio

Códigos
Ribeiro-Bentley's
A. B. C.



Lubrificantes
p/automoveis e
máquinas em geral

GONÇALVES FONSECA & CIA.

Importadores
ESCRITÓRIOS E DEPOSITO :
Rua Sacadura Cabral n.º 139
Fones : 43-6339 e 43-8731

CASA ESPECIAL EM OLEOS E GRAXAS LUBRIFICANTES

Agua-ráz-Pratts, Sollar-raz Petro-raz, Oleo de Linhaça, Alvaiade, Zarcão, Gesso cré, Secante Paris "Castelo", Oleo de Ricino, Oleo de Mocotó, Oleo de Baleia, Oleo de Algodão, Parafina, Estopas, Goma Arábica, Goma Laca, Cola para marceneiro, Encadernação e Caição, Produtos Químicos para fins industriais, etc. Renol para polimento e liquido para limpar metais.

AUTARQUIAS

Os estudos relativos à organização e à atividade das organizações para-estatais conseguiram atrair, nos últimos anos, a atenção de numerosos publicistas. Nos tratados, ou manuais de direito administrativo não faltam os capítulos, para a análise das instituições autárquicas. Varias monografias se destinaram a essa materia. Artigos publicados nas revistas, ou nos jornais, conferencias e ensaios demonstram a atualidade do assunto, ao mesmo tempo que correspondem ao desenvolvimento, que essas instituições vêm obtendo no Brasil.

Difícil é, entretanto, a construção da doutrina, uma vez que o fenômeno se caracteriza pela complexidade e pela tendencia à diversificação de suas manifestações. Cada instituição constitue um modelo distinto, sobretudo quando se trata de autarquias econômicas. Nas instituições que se destinam à previdencia social, os problemas e necessidades se apresentam de maneira mais ou menos uniforme. As que surgiram para a execução de serviços públicos não se afastam muito dos modelos gerais da propria administração do Estado.

Quanto, porem, às autarquias econômicas, pode-se dizer que elas se desenvolvem, não de acordo com as tendencias gerais das autarquias, mas em correspondencia com as necessidades dos interesses, que procuram defender. Cada setor econômico tendo os seus aspectos proprios e inconfundiveis, não adiantaria nada procurar exemplos e precedentes, que surgiram para destino determinado. A melhor norma é agir dentro de rigorosa objetividade, considerando o problema a que se deseja dar solução e não o efeito, ou a simpatia da terapêutica adotada em casos aparentemente semelhantes.

A maior justificativa das autarquias para-estatais é a consideração de que elas podem agir com flexibilidade maior que a das organizações anteriores, a que veio suvia, se deixam prender pelo excesso de normas, perdem a sua maior e mais util virtude.

Distinguem-se, aliás, das instituições estatais pela presença de representantes dos produtores, nos seus órgãos de direção. Nesse ponto, aliás, a menos característica, de nossas instituições autárquicas é o Departamento do Café, ou por ter sido uma das primeiras, na ordem cronológica, ou por influencia

das organizações anteriores, a que veio succeder. A participação dos produtores, limitada quase que apenas ao Conselho Consultivo (orgão sem maior expressão) tornou-se mais significativa nas outras instituições autárquicas, destinadas também à realização de uma política econômica. Embora em quase todas elas caiba ao Estado, ou a seus representantes, a palavra decisiva, o certo é que as delegações dos produtores participam também, com direito de voto, das funções deliberativas das autarquias.

(“Jornal do Brasil”, 17-11-40)

AÇUCAR ENGARRAFADO

O jornal francês “Figaro” publica uma entrevista obtida do diretor da única refinaria de açúcar existente na zona livre, em Marselha.

“Ao sul do Loire — disse o entrevistado — não há, praticamente, cultura de beterraba para a fabricação de açúcar. Temos de apelar para o açúcar de cana, mas seria necessario importá-lo. Desde a celebração do armistício não chegou esse artigo à França e mesmo que Gibraltar e Suez não estivessem fechados à nossa navegação, seria impossível empobrecer o país com a compra da cana no estrangeiro. Quanto à produção das Antilhas francesas, mesmo que os navios pudessem atravessar o mar, seria necessario esperar até março ou abril, porque a colheita passada já foi totalmente absorvida.

Temos, por conseguinte, de viver com os “stoks” formados pela Intendencia, que são suficientes para esperarmos a próxima colheita, se for mantido o atual racionamento de 6 quilos de açúcar por pessoa e por ano. Antes da guerra o consumo era de 25 quilos por ano, para cada habitante da França.

A próxima safra, mesmo diminuida de 66%, deve permitir o racionamento atual do meio quilo mensalmente. Os campos de beterraba do norte do país foram quase totalmente devastados pela guerra e o pouco que poderia ter restado desapareceu pela falta de mão de obra. Resta ainda a celebração de um acordo entre as duas zonas — a ocupada e a não ocupada — o que poderia constituir uma possibilidade de abastecimento desse gênero de primeira necessidade”.

A refinaria em questão transforma a uva em açúcar líquido, o que permite às confeitarias e cafés o prosseguimento dos negocios. O gosto desse excelente produto é muito agradável ao paladar e as donas de casa empregam-no com prazer na fabricação de doces. Dessa forma, o próximo inverno trará à França uma novidade: o açúcar engarrafado.

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Publicamos nesta secção resumos das atas da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo do I. A. A. Na secção "Diversas Notas", damos habitualmente extratos das atas desses organismos, contendo, às vezes, na íntegra pareceres e debates sobre os principais assuntos discutidos pelos mesmos.

COMISSÃO EXECUTIVA

44.^a SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 2 DE OUTUBRO DE 1940

Extra-limite — E' atendido o pedido dos produtores da Baía, para a liberação de 13.784 sacos de extra-limite para o consumo interno do Estado, com a condição de substituirem esse açúcar por igual quantidade de intra-limite da safra nova, destinada à exportação.

Incorporação de quotas — E' mandada sustar, provisoriamente, para a efetuação de diligencias, a ordem de desmonte e lacramento dos maquinismos dos engenhos Sacramento, Pacas (Paraiso), Ipiranga, Levada, Tapuia e Unussú, de Alagoas, cujas quotas foram incorporadas em 1935 à U. Santo Antonio, e que agora reclamam contra essa incorporação.

— E' concedida a incorporação das quotas do engenho do sr. Ricardo Moretti, sito em Guaratinguetá, e do engenho do sr. Custodio Ribeiro de Arantes Junqueira, sito em Queluz, ao limite da U. Varjão, reduzidas ambas de uma terça parte.

— Concede-se a incorporação da quota do engenho do sr. Serafim Ferreira dos Santos, sito em Araraquara, ao limite da U. Lambarí, situada em Bebedouro.

— Igual concessão é feita relativamente à quota do Engenho Maxicoaba, sito em Bom Jardim, Pernambuco, incorporado ao limite do Engenho Juá, sito em Nazaré.

Cobrança de taxas — E' aprovada a proposta da S. de Fiscalização, para a cobrança, juntamente com a taxa de defesa da atual safra, de uma quota suplementar de 3\$000 por sacco, à Usina Recurso, sita no Maranhão, unicamente para o pagamento do débito da Usina, (taxas sobre 851 sacos de açúcar da safra 1935-36 e sobre 546 sacos da safra 1936-37).

Returbinação de açúcar — De acordo com parecer da Gerencia, é autorizada a Hardman Tavares & Cia. proprietarios da U. Olho d'Água a returbinação de cerca de 2.500 sacos de açúcar cristal da safra 1939-40, contra pagamento da sobre-taxa de 5\$000, não devendo o açúcar dela resultante ser computado como produção de 1940-41.

Fornecimentos de canas — Aprovando as conclusões do parecer da S. Jurídica, resolve a Comissão responder a uma consulta dos proprietarios da U. Paranaguá, sita em Santo Amaro, Baía, mostrando os direitos e obrigações dos fornecedores de canas, nos termos da lei n. 178 e da resolução 5-39, da C.E. do I.A.A.

45.^a SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 9 DE OUTUBRO DE 1940

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alberto de Andrade Queiroz, Otavio Milanez, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes, Moacir Soares Pereira, Alde Sampaio.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

E' lida e aprovada a ata da sessão de 2 de outubro último.

Alcool anidro em S. Paulo — Voltando a tratar da questão da insuficiencia dos depósitos existentes na capital paulista para o armazenamento de alcool anidro e dos prejuizos que essa situação acarreta, a Casa resolve aceitar a proposta da C.I.P.A., determinando que se realizem imediatamente entendimentos com as Companhias de Petroleo, no sentido do aproveitamento das instalações em causa, para solução pronta do problema da distribuição do alcool anidro das distilarias do Estado de São Paulo.

Transferencia de quota — E' aprovado o parecer da Gerencia contra a transferencia, na presente safra, de parte da quota da U. Pumatí à U. Santa Terezinha de Jesus, em Pernambuco, por infringir isso os precitos legais da redistribuição de saldos de produção nos Estados e os interesses gerais da politica de defesa açucareira.

Engenho Sobrado — Resolve a Comissão mandar baixar em diligencia o processo referente ao E. Sobrado, para o esclarecimento da situação de Romano Bertolucci & Irmãos e Anichino & Cia., verificando-se se abriram mão de direitos que pudessem acaso invocar relativamente à quota de produção.

Incorporação de quotas — E' concedida a incorporação das quotas do engenho dos herdeiros do sr. Antonio Pedro de Oliveira e do engenho do sr. Antonio Ribeiro dos Santos à U. Varjão.

Comissão de fiscais — E' autorizado o pagamento das quotas partes que cabem aos fiscais Stelio Penante e Humberto Maia pela multa imposta à U. Azanha, por sonegação da taxa de 4.765 sacos de açúcar.

Aumento de quota — Aprovando o novo parecer da S. Jurídica sobre o assunto, a Casa resolve indeferir o requerimento da Usina Ilha Bela S. A. que pleiteia o aumento da sua quota, com fundamento no decreto-lei n. 1546, decreto que, entretanto, não se aplica ao caso uma vez que não se trata de fundar nova usina, não estando aquela sociedade organizada nos moldes cooperativos — condição exigida pelo citado decreto para a criação de nova usina nos Estados de produção inferior a cem mil sacos.

46.^a SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1940

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Alde Sampaio, Moacir Soares Pereira, Tarcisio d'Almeida Miranda, J. I. Monteiro de Barros e Otavio Milanez.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

E' lida e aprovada a ata da sessão de 9-10-1940.

Distilaria de Ponte Nova — São lidos os pareceres da S. Técnica e da Gerencia sobre a proposta da Skoda-Brasileira S.A., filiada aos Antigos Estabelecimentos Skoda, para produzir em fábrica que aquí instalar o material destinado à destilação, retificação e desidratação a ser montado na distilaria que o Instituto está construindo em Ponte Nova. Considerando o alegado nesses pareceres, resolveu a Casa aguardar a garantia de fornecimento dos geradores de vapor motriz, constante da primitiva encomenda a Skoda e não executada devido à guerra, solucionando-se assim o caso em conjunto. Devem, entretanto, ser tomadas providencias para o pronto andamento do mesmo.

Fornecimento de canas — Examinada largamente a reclamação do sr. Alberto José Barreto, fornecedor da Usina Vitoria do Paraguassú, na Baía, e discutidos os votos dos srs. Moacir Pereira e Tarcisio Miranda, resolve a Comissão que o sr. Alberto José Barreto tem direito, junto à Usina Vitoria do Paraguassú, a uma quota de fornecimento, por safra, de 1.357 toneladas de canas, correspondente à media de seus fornecimentos no quinquenio a que se reporta o artigo 3.º da Resolução n.º 5/39, da Comissão Executiva do I.A.A.; a Usina Vitoria do Paraguassú é obrigada a receber a totalidade do fornecimento mencionado; caso a Usina Vitoria do Paraguassú se recuse a receber o fornecimento integral a que tem direito o sr. Alberto José Barreto, deverá a quota ser utilizada como convier ao mesmo, depois de devidamente comprovada a recusa.

Incorporação de quotas — E' concedida a incorporação das quotas dos engenhos São José, Domingues e Panela, pertencentes, respectivamente, aos srs. Agostinho Forti, Isidoro Domingues e Antonio Pilon, uma vez satisfeitas as exigencias legais, sendo que relativamente ao último com a redução de um terço.

47.^a SESSÃO ORDINARIA, REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE 1940

Presentes os srs. Barbosa Lima Sobrinho, Otávio Milanez, Alde Sampaio, J. I. Monteiro de Barros, Alvaro Simões Lopes, Moacir Soares Pereira e Tarcisio d'Almeida Miranda.

Presidencia do sr. Barbosa Lima Sobrinho.

E' lida e aprovada a ata da sessão de 23-10-940.

Quotas de usinas — E' lido um memorial da Usina Sant'Ana S.A., no qual se solicita revisão das quotas das usinas do Estado do Rio. A Comissão, entretanto, resolve por maioria, não tratar do assunto, considerando inoportuno o seu debate no momento.

Pagamento de taxas — Atendendo à queda dos preços de açúcar de engenho, resolve a Comissão deferir o pedido de d. Belmira Rezende, Barbosa, Minas, para o pagamento em 31 do corrente da taxa de 1\$500 cobrada por sacco de açúcar.

Incorporações de quotas — Antes de resolver definitivamente sobre o requerimento do sr. Agelio Doréa pedindo transferencia da quota do seu engenho para a Usina São Francisco, resolve a Casa comunicar ao mesmo as condições a que está sujeita a transferencia.

— Com a redução de um terço, é concedida

a incorporação da quota do engenho do sr. Antonio Emiliano A. Pereira à Usina Barra, Viciencia, Pernambuco.

— Nas mesmas condições, é feita idêntica concessão relativamente à quota do engenho do sr. José Augusto Pedro, estabelecido em Matias Barbosa, incorporada à Usina Volta Grande.

— E' concedida a incorporação da quota do Engenho Luz, sito em Canhotinho, Pernambuco, à Usina Serra Grande, Alagoas, cumpridas, porém, as exigencias legais relativas à transferencia de fábricas de um Estado para outro.

Transferencia de registro — E' concedida a transferencia do registro e da quota do Engenho Capivara, Alagoas, para o nome do sr. Leocadio Nogueira Neto.

Utilização provisoria de quota — A Comissão resolve mandar proceder a diligencias para a apuração das condições em que se encontra o maquinario do Engenho Roncador, cuja quota se pretende utilizar na Usina Santo Antonio.

Fornecimento de canas — De acordo com o parecer da S. Jurídica, a Casa resolve não tomar conhecimento do dissidio surgido entre o fornecedor Francisco Ferreira Gomes e a Usina Barcelos, dissidio que lhe foi comunicado pela Comissão Reguladora das Transações de Compra e Venda de Cana entre Lavradores e Usineiros de Campos, por não dever pronunciar-se o Instituto "ex-officio" mas tão somente quando provocado pelos interessados.

Comissão Reguladora das Transações de Compra e Venda entre Lavradores e Usineiros de Campos — Depois de examinar os pareceres do secretario da Gerencia e da S. Jurídica sobre a questão da existencia da marginada, resolve a Casa que estão extintos os poderes da Comissão Reguladora das Transações de Compra e Venda de Cana entre Lavradores e Usineiros, de Campos, resultantes da Lei n.º 178, de 9 de janeiro de 1936; que, legalmente, apenas se pode atribuir à mesma Comissão a faculdade de que cogita o art. 2.º da Lei n.º 519, de 1 de outubro de 1937, que se refere à maneira do pagamento das canas vendidas pelos fornecedores às usinas — se em dinheiro, se em açúcar. Todavia, concorda a Casa com o prosseguimento dos trabalhos da Comissão, limitadas as suas funções a uma atuação apaziguadora que possa concorrer para evitar ou atenuar conflitos de interesses entre usineiros e fornecedores de canas.

Aproveitamento de canas — E' autorizado, de acordo com o parecer da Gerencia, o aproveitamento do saldo da materia prima da Usina Ponte Queimada pela Usina Jatiboca, uma vez que o fiscal do Instituto verifique que, por se ter quebrado o seu maquinario, não pode aquela funcionar.

O professor Priestly, da Universidade de Sidney, condenava o hábito dos jogadores de "foot-ball", de chupar limões durante os intervalos do jogo. O que o jogador cansado precisa é de alguma cousa que reponha as energias perdidas sem perturbar o sistema nervoso e para esse fim indicava o uso do café com muito açúcar. — Dr. Adrião Caminha Filho.

PODE A INDUSTRIA DIRIGIR-SE A SI MESMA?

O. W. Willcox

A ECONOMIA DIRIGIDA APLICADA A INDUSTRIA AÇUCAREIRA

(Tradução autorizada de Teodoro Cabral)

CAPITULO XI

O CONTINGENTAMENTO NA ESPANHA

A atual Espanha (1) tem constituição escrita, forma republicana de governo, um presidente e um parlamento unicameral, as Cortes, que elegem o presidente da República. A eleição às Cortes é feita por voto direto e secreto, por sufrágio universal, na base da representação proporcional. Há um Supremo Tribunal que decide sobre as questões constitucionais. Cada provincia tem uma assembléia eleita e as municipalidades tem governo autónomo. Bem que não se achem livres de graves perturbações políticas, pôde-se dizer que os espanhoes vivem sob um regime democrático, no qual a vontade do povo se expressa mais ou menos claramente através dos órgãos representativos da república.

A Espanha tem, na Europa, a mais antiga industria açucareira, a qual data, aproximadamente, do século oitavo depois de Cristo. Naquela época os mouros tinham relações mais ou menos íntimas com os seus irmãos maometanos do Oriente e travaram conhecimento com a cana de açúcar, que começaram a introduzir nas atuais provincias espanholas do sul, Almeria, Málaga e a parte do sul de Granada. Contudo, ficando esses distritos na extrema orla norte do subtrópico, essa nobre planta não podia medrar bem nesse solo, de modo que embora cultivada continuamente por mais de mil anos no sul da Espanha, a cana nunca pôde estender-se além da ponta extrema da península ibérica.

Pelo começo do século vinte o distrito canavieiro estava longe de poder satisfazer a procura interna de açúcar. Enquanto a Espanha reteve as suas possessões nas Indias Ocidentais, isso não era grande inconveniente, mas, com a perda de Cuba e Porto-Rico,

(1) — Este livro foi publicado, no original, em 1936, antes das terríveis guerras civis que irromperam na Espanha.

os espanhoes tiveram de cogitar de uma nova fonte de abastecimento. Verificou-se que a beterraba dava bem na parte da Espanha onde a cana não podia prosperar. E os espanhoes começaram a desenvolver a industria do açúcar da beterraba.

O primeiro passo dado nesse sentido foi o passo ortodoxo de erguer uma barreira aduaneira por trás da qual pudesse crescer a nova industria, garantida contra os assaltos de uma concorrência mais bem armada. Foi lento o crescimento da industria e só por 1923 é que a safra de açúcar de beterraba, reunida à insignificante safra de açúcar de cana, pôde satisfazer o consumo interno, tornando desnecessario que se continuasse a importar açúcar estrangeiro. Quando foi alcançado esse ponto, o governo elevou a tarifa aduaneira o bastante para desanimar o "dumping", na expectativa de que a questão açucareira estava resolvida e que a industria, já plenamente desenvolvida, continuaria a viver e a prosperar.

Todavia, os anais dos acontecimentos subsequentes são a mesma velha historia em versão espanhola. Tendo conseguido satisfazer plenamente o mercado interno, os produtores começaram a atirar além do alvo. Apareceu e começou a crescer o excesso da oferta sobre a procura. O mercado de exportação não oferecia atrativo algum. De acordo com o precedente quase universal em casos tais, os produtores tiveram de congregarem-se num convenio para limitar a produção, pois não havia leis contra "trusts" que os estorvassem. Mas, devido a uma cadeia de circunstancias que é escusado relatar, as companhias diretoras das usinas viram-se divididas em varios grupos hostis. Longe de cooperarem em frente unida contra o excesso da produção, eles deram inicio a uma guerra de mutuo exterminio, que assumiu uma forma desusada. Em vez de se aventurarem numa guerra de redução de preços, re-

duzindo o preço para o consumidor, numa luta de resistência em que os fracos encontrariam o seu fim "natural" pela falta de reservas e incapacidade de cobrir as suas despesas de custo, as grandes companhias procuraram privar as suas rivais de materia prima. Em face do fato de que o mercado interno espanhol já estava supersaturado e a exportação era quase impossível, os grupos rivais começaram a construir novas usinas nos territórios uns dos outros e a disputar entre si as beterrabas dos lavradores. Nessa contenda, eles ofereceram e pagaram aos lavradores de beterraba preços que assombavam os produtores de outros países europeus. Esses preços excitaram o interesse dos lavradores espanhóis em distritos onde ainda não havia a cultura da beterraba e estes assediaram os banqueiros solicitando-lhes que montassem usinas para eles; quando não havia capitalistas suficientemente interessados, os ambiciosos lavradores formavam companhias cooperativas e construíam suas próprias usinas. O beneficiário principal dessa guerra alegre foi, naturalmente, o "excesso", que dobrou e redobrou até que se elevou a mais que o necessário para abastecer o consumo interno durante meio ano.

Por essa época todo espanhol podia ver que isso não poderia continuar para sempre e os donos das usinas resolveram afinal fazer o que deviam ter feito desde o principio. Com exceção do inevitável grupinho de dissidentes, que nos movimentos que visam o bem comum sempre ficam de fora, a tirar proveito egoístico do sacrificio e despendimento dos outros, os produtores espanhóis começaram a tratar de um acordo para limitar a produção, na base do contingentamento às necessidades do mercado interno. Mas, devido às novas usinas que haviam surgido, a situação tornara-se complicadíssima. No furor da recente contenda a cultura da beterraba espalhara-se a distritos onde era positivamente "anti-econômica". Sob certos pontos de vista, seria desejável reduzir a industria às dimensões que tinha antes de irromper a guerra da beterraba. Mas os novos interesses que haviam nascido não deviam ser sacrificados. Em particular a proposta de baixar o preço da beterraba arrefeceu os lavradores que estavam em pé de guerra. Seguiram-se controversias que quase redundam na suspensão geral do plantio da beterraba.

A bulha dos distritos açucareiros chegou a tornar-se mais alta que a matinada das

discussões a que, no momento, se entregavam os políticos de Madrid e o governo viu-se obrigado a tomar uma iniciativa. A ação governamental tomou a forma de uma lei que exigia que a propria industria operasse a sua salvação, dentro de linhas especificadas.

A lei estabeleceu uma **Comisión Mixta Arbitral** e deu-lhe a incumbencia de por em ordem a industria açucareira. Consiste essa Comissão em dez membros: cinco representam os usineiros e cinco os lavradores de beterraba. Ambas as classes de representantes foram eleitos pelos respectivos interessados. A Comissão, que funciona como uma organização permanente, pode e deve determinar, anualmente, a quantidade total de beterrabas a serem produzidas no país para todos os fins e dividir essa produção entre as cinco regiões açucareiras reconhecidas, em conformidade com as cifras da produção media no quinquenio precedente. As quotas de cada região, na mesma base, são divididas entre as usinas das sub-regiões reconhecidas e, em cada sub-região as quotas dos lavradores são distribuidas entre eles por comissões por eles proprios eleitas. Atendeu-se, ao fazer-se a primeira distribuição, à existencia do "excesso", dando-se quotas baixas que permitissem a eliminação desse excesso dentro de um prazo razoavel. Levou-se tambem em consideração o fato de que alguns lavradores foram animados a cultivar beterraba em distritos relativamente desfavoraveis e se achavam, por isso, em posição um tanto desfavoravel relativamente aos outros; determinava, pois, a lei, por isso, que a Comissão concedesse a esses lavradores uma quota extraordinaria correspondente a 4% do total. Estipulou-se que, quando, futuramente, aumentasse o consumo interno, o aumento fosse contingentado na mesma base. Nesse arranjo, a região canavieira do sul, que pouco podia ameaçar os interesses da beterraba, não foi submetida à limitação, proibindo-se apenas a cultura da cana fora dos distritos em que ela já se vinha fazendo. A Comissão ainda podia e devia determinar o preço das beterrabas de acordo com uma escala que pudesse ser aplicada a todo o país.

Determinava outro dispositivo da lei que nenhuma usina então em funcionamento podia ser fechada pelos seus proprietarios sem que estes primeiro apresentassem uma razão seria, satisfatoria para a Comissão. Esse dispositivo visava os capitalistas que, na recen-

te luta, haviam construído novas fábricas para se arruinarem mutuamente. Assim procedendo, eles seduziram um número considerável de lavradores, que, sem eles, não teriam sido arrastados à luta. Agora, passada a contenda, os capitalistas gostosamente acabariam com as grandes facilidades e abandonariam os lavradores de beterraba, o que seria eminentemente aconselhável do ponto de vista da economia clássica, que premeia a utilidade e a eficiência; mas, do ponto de vista da economia social, não era para desejar que se despedisse, assim, o séquito que o duro capitalismo atraía a si. Os próprios capitalistas, que haviam diluído a indústria, deviam suportar o resultado, e permitirem que participassem todos os produtores qualificados e eles próprios da indústria recentemente estabilizada. Estipulou-se, pois, que o desejo de fechar uma usina, de parte de seus proprietários, fosse baseado em razões compulsórias. Em tal caso, eles deviam dar aos seus lavradores a opção de dirigirem a usina sob a forma de sociedade cooperativa e no caso em que os lavradores não pudessem utilizar essa vantagem, a usina devia ser passada a outro administrador competente que pudesse conservá-la em funcionamento, "afim de que a usina possa continuar a funcionar em defesa dos interesses da agricultura, do comércio e do trabalho, no distrito que é situada". Aí está um exemplo nítido da aplicação da doutrina de que a inclinação ou o interesse do particular deve ceder o lugar ao bem geral. E recorda a máxima nazista de que o direito de produzir implica no dever de produzir. As facilidades de produção não podem ser abandonadas, se esse abandono milita contra o interesse público.

A lei deve ficar em vigor pelo período de seis anos. Para evitar maior diluição da indústria, há rigorosos dispositivos contra a montagem de novas usinas, a ampliação das usinas existentes ou a transferência de usinas de um para outro distrito. Essas proibições valem até que o consumo interno atinja 350.000 toneladas (que é, aproximadamente, a capacidade de produção das usinas existentes). Quando isso se verificar, discutir-se-á se a indústria será ou não aberta a novos recrutas. Por enquanto, serão mantidas as quotas relativas de lavradores e usineiros nenhuma usina tendo o direito de reduzir a cifra de produção que lhe é atribuída, o que importaria em redução forçada das quotas dos lavradores.

Finalmente, a Comissão pode e deve elaborar um plano de preço para o açúcar, que compense razoavelmente os produtores e seja justo para os consumidores. Até esta data, o plano do controle do preço, que tem de ser aprovado pelo governo, ainda não está definitivamente assentado.

(Continúa)

CARGA E DESCARGA MECANICA DE AÇUCAR EM PERNAMBUCO

A moderna aparelhagem do porto do Recife conta com mais um melhoramento desde o dia 3 do corrente: o serviço de carga e descarga, realizado mecanicamente, proporcionando um rendimento horário de 1.500 sacos de açúcar. A experiência oficial teve a presença do interventor federal no Estado, secretários da administração, técnicos e autoridades portuárias, tendo sido levadas a efeito várias demonstrações do serviço de empilhamento, transporte e embarque dos sacos, movimento das esteiras, etc. A modernização deste serviço veio completar a instalação dos grandes armazéns para depósito de açúcar, os quais abrangem uma capacidade para 600.000 sacos. A montagem que tinha sido feita não lograra satisfazer as necessidades do serviço, de modo que o reforço das instalações, há pouco inauguradas, e executado por operários e técnicos pernambucanos, com pleno êxito, contribuiu decisivamente para situar o serviço portuario da capital pernambucana entre os mais eficientes do mundo.

Artigos para Laboratorios

Vidraria
Porcelana
Papel de Filtro
Drogas para Análises
Balanças Analíticas
Aparelhos Científicos de
qualquer tipo
Alcoômetros
Sacarímetros
etc.

Peçam Catálogos e Orçamentos

Oficina de alta Precisão para Limpeza
e Concertos de Aparelhos Óticos

LUIK & KLEINER LTDA.

Rio de Janeiro
Rua Téofilo Ottoni, 89

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO, ESTOQUES E PREÇOS

Secção de Estatística — I.A.A.

TOTAL DOS TIPOS DE AÇUCARES DE USINAS

Saíra de 1940-1941 e confronto com as anteriores

Unidade: saco de 60 quilos

P E R I O D O	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final	Preço m/ no D. Federal		
							Cristal saco 60 ks.	Refinado p/quilo	
Novembro de 1940	3.332.541	1.989.034	—	—	1.106.291	4.215.284	N/	1\$100	
Novembro de 1939	2.376.258	1.992.196	—	—	1.075.945	3.292.509	N/	1\$100	
Novembro de 1938	2.074.973	2.054.284	—	127.343	813.790	3.188.124	55\$500	1\$100	
Novembro de 1937	2.607.757	1.910.545	—	101	1.130.444	3.387.757	58\$500	1\$100	
JUNHO/NOVEMBRO									
1940/41	2.139.629	8.406.852	—	84.500	6.246.697	4.215.284	—	—	
1939/40	1.490.848	8.192.760	—	100.000	6.290.273	3.293.335	—	—	
1938/39	1.589.395	7.657.200	—	127.473	5.930.998	3.188.124	—	—	
1937/38	1.681.811	7.914.974	—	1.307	6.207.721	3.387.757	—	—	

PRODUÇÃO, EXPORTAÇÃO, CONSUMO E ESTOQUES

TOTAL DE TODOS OS TIPOS DE AÇUCARES DE USINAS E ENGENHOS

P E R I O D O	Estoque inicial	Produção	Importação	Exportação	Consumo	Estoque final
Novembro de 1940	3.364.653	2.693.137	—	—	1.785.711	4.272.079
Novembro de 1939	2.421.669	2.666.546	—	50	1.719.581	3.368.584
Novembro de 1938	2.107.207	2.658.644	—	128.450	1.362.781	3.274.620
Novembro de 1937	2.672.954	3.682.441	—	1.591	2.894.121	3.459.683
JUNHO/NOVEMBRO						
1940/41	2.256.585	12.120.648	—	84.950	10.020.204	4.272.079
1939/40	1.600.537	11.998.960	—	122.228	10.107.859	3.369.410
1938/39	1.628.851	11.317.468	—	129.789	9.541.905	3.274.620
1937/38	1.764.335	12.136.841	—	3.007	10.438.486	3.459.683

NOTA:

Consumo — Refere-se a saídas para consumo.

Preço — Refere-se ao último dia do mês.

Refinado — Refere-se ao gênero de 1.ª qualidade no varejo.

PRODUÇÃO TOTAL DE AÇUCAR E ALCOOL

(Usinas e Engenhos)
 MOVIMENTO DA SAFRA DE 1940/41
 (POSIÇÃO EM 30 DE NOVEMBRO)

Instituto do Açúcar e do Alcool

Secção de Estatística

ESTADOS	A Ç U C A R				Total das Usinas e Engenhos	ALCOOL (litros)
	Produção autorizada	Estimativa	Total das Usinas	Total das Usinas e Engenhos		
Acre	7.738	10.000	—	5.129	—	
Amazonas	8.404	8.000	—	4.083	—	
Pará	28.878	64.000	4.461	48.412	5.569	
Maranhão	56.496	70.000	1.476	39.939	—	
Piauí	53.161	52.500	1.132	32.459	—	
Ceará	320.397	320.000	10.570	207.998	—	
Rio G. do Norte	165.389	220.000	27.594	98.329	—	
Paraíba	530.265	600.000	174.975	337.703	170.600	
Pernambuco	5.366.078	6.200.000	2.026.970	2.228.390	3.206.182	
Alagoas	1.946.688	2.300.000	449.221	584.082	1.217.260	
Sergipe	790.222	960.000	156.017	167.765	—	
Baía	1.215.096	1.450.000	252.204	451.530	—	
Espirito Santo	81.226	160.000	24.397	82.522	73.006	
Rio de Janeiro	2.132.908	2.750.000	2.380.016	2.475.429	16.022.803	
Distrito Federal	—	—	—	—	—	
São Paulo	2.302.722	3.080.000	2.329.297	2.644.425	29.489.886	
Paraná	12.942	15.000	—	10.876	—	
Sta. Catarina	336.320	340.000	51.151	259.478	181.764	
Rio G. do Sul	13.635	30.000	—	19.120	—	
Minas Gerais	2.076.225	2.750.000	496.688	2.310.192	2.443.006	
Goiás	88.776	135.000	985	87.709	—	
Mato Grosso	33.715	37.000	19.698	25.078	148.897	
TOTAIS	51.567.331	21.551.500	8.406.852	12.120.648	52.958.973	

ESTOQUES DE AÇUCAR NOS ESTADOS

Seção de Estatística — I. A. A.
Ano de 1940

Unidade : Sacos de 60 quilos

Posição em 30 de novembro

ESTADOS	Gran-fina	Cristal	Demerara	Somenos	Mascavo	Bruto	TOTAL	Total discriminado por localidade		
								Capitais	Usinas	Interior dos Estados
Rio G. do Norte	—	3.670	—	—	—	—	3.670	—	3.670	—
Paraíba	—	24.075	—	—	—	3.012	27.087	11.503	10.019	5.565
Pernambuco	44.650	1.259.475	130.721	—	809	4.993	1.440.648	1.364.500	76.148	—
Alagoas	5.493	114.529	125.262	—	—	25.757	271.041	247.486	23.555	—
Sergipe	—	139.789	4.257	—	3.844	—	147.890	80.660	25.664	41.566
Baía	—	65.617	—	—	—	33	65.650	27.645	38.005	—
Rio de Janeiro	—	682.522	—	—	450	—	682.972	2.900	680.072	—
D. Federal	—	37.180	850	—	2.500	—	40.530	40.530	—	—
São Paulo	—	1.262.881	—	32.600	—	23.000	1.318.481	189.812	1.082.921	45.748
Minas Gerais	—	214.977	5.477	—	—	—	242.365	25.128	217.237	—
Demais Estados	—	31.745	—	—	—	—	31.745	—	31.745	—
TOTAL	50.143	3.836.460	266.567	32.600	29.514	56.795	4.272.079	1.990.164	2.189.036	92.879

TOTAIS POR ESTADOS EM IDÊNTICOS PERÍODOS

ESTADOS	1938	1939	1940
Rio G. do Norte	3.428	5.315	3.670
Paraíba	12.305	42.863	27.087
Pernambuco	1.217.498	715.234	1.440.648
Alagoas	241.145	199.293	271.041
Sergipe	108.858	155.931	147.890
Baía	88.890	131.047	65.650
Rio de Janeiro	433.548	644.976	682.972
Distrito Federal	41.881	45.394	40.530
São Paulo	1.003.254	1.213.912	1.318.481
Minas Gerais	122.314	183.898	242.365
Goiaz	1.499	135	—
Demais Estados	—	30.586	31.745
TOTAL	3.274.620	3.368.584	4.272.079

COTAÇÕES

DURANTE O MÊS DE NOVEMBRO

Instituto do Açúcar e do Alcool

Secção de Estatística

	1 9 3 9			1 9 4 0		
	Cristal	Demerara	Bruto	Cristal	Demerara	Bruto
P R A Ç A S						
João Pessoa	50\$000 — 51\$000	—	27\$000 — 27\$000	46\$000 — 46\$000	—	28\$000 — 28\$000
Recife	48\$000 — 48\$000	37\$200 — 37\$200	22\$000 — 24\$800	47\$000 — 47\$000	37\$200 — 37\$200	28\$000 — 30\$000
Maceió	47\$000 — 47\$000	40\$000 — 40\$000	19\$200 — 28\$000	47\$000 — 47\$000	40\$000 — 40\$000	20\$000 — 26\$000
Aracajú	44\$000 — 45\$000	—	18\$000 — 18\$000	37\$000 — 40\$000	—	18\$000 — 18\$000
Salvador	54\$000 — 54\$000	—	25\$000 — 30\$000	47\$000 — 52\$000	—	20\$000 — 20\$000
Campos	52\$000 — 54\$000	—	—	50\$000 — 54\$000	—	—
D. Federal	N/	50\$000 — 51\$000	37\$000 — 39\$000	N/	50\$000 — 51\$000	37\$000 — 39\$000
São Paulo	64\$000 — 65\$000	—	40\$500 — 41\$500	62\$000 — 63\$000	—	42\$000 — 43\$000
Belo Horizonte	65\$500 — 66\$000	—	—	64\$000 — 66\$000	—	—
MÉDIAS MENSAIS						
João Pessoa	50\$739	—	27\$000	46\$000	—	28\$000
Recife	48\$000	37\$200	23\$400	47\$000	37\$200	29\$000
Maceió	47\$000	40\$000	26\$243	47\$000	40\$000	23\$477
Aracajú	44\$500	—	18\$000	38\$500	—	18\$000
Salvador	54\$000	—	29\$524	50\$000	—	20\$000
Campos	53\$095	—	—	51\$389	—	—
D. Federal	N/	50\$500	38\$000	N/	50\$500	38\$000
São Paulo	64\$591	—	41\$000	62\$500	—	42\$500
Belo Horizonte	65\$795	—	—	65\$385	—	—

ANTONIO GUIA DE CERQUEIRA
Chefe da Secção de Estatística

ALCOOL-MOTOR

Agamenon Magalhães

O sertanejo, com as rodovias das Obras Contra as Secas, trocou o cavalo pelo caminhão. Nota-se que o tropeiro não tem mais saudades das cangalhas e dos burros. Ele é hoje o senhor das distancias, na boléia do seu caminhão, andando noite e dia, carregando o algodão, o caroá, o feijão, a farinha e o milho, para todas as praças.

As feiras no interior não têm mais aqueles aspectos antigos. Nos pateos das cidades, o caminhão, as "sopas", o automovel, dão às feiras aspectos novos. Vêm das cidades mais distantes. Na feira de Caruarú encontram-se caminhões carregados de feijão, e rapadura, vindos de Triunfo, a mais de 300 quilômetros.

Talvez, por isso, a mentalidade e as condições de vida das populações sertanejas são outras. Não recebo mais cartas do sertão pedindo emprego ou reclamando posições locais. Há uma preocupação de trabalho, que domina todas as aspirações municipais. Só recebo cartas pedindo estradas, pontes, facilidades de transportes. Agora, os proprietários de caminhão estão reclamando contra a falta de distribuição de alcool-motor, nos sertões. Um deles me diz que é obrigado às vezes a queimar até cachaça, porque não encontra bombas de alcool-motor nos caminhos.

Aí está, pois, um problema que a Cooperativa dos Usineiros precisa resolver, em colaboração com o I.A.A. O problema não é mais de propaganda do carburante nacional. O problema é só distribuição.

Quando o dono do caminhão, que é um homem que não abandona o seu carro e nele vive todas as horas do dia, reclama a falta do carburante nacional, é que esse combustível não tem defeitos. Está cada vez mais adaptado às condições dos motores e é mais barato do que a gasolina.

Se há um consumo para o alcool-motor é se a produção desse carburante é uma necessidade nacional, a Cooperativa dos Usineiros só terá vantagens de ordem econômi-

ca em desenvolver essa produção, acabando de vez com o extra-limite do açúcar e outros fatores de perturbação do mercado da nossa principal riqueza.

O I.A.A. tem estimulado a produção do alcool anídrico de todas as formas, quer fundando grandes distilarias, quer fazendo empréstimos às usinas para que se aparelhem e fabriquem o alcool, como o melhor meio de equilibrio estatístico da produção açucareira.

Parece-me, pois, que o problema é hoje muito simples, resumindo-se na organização de um aparelho de venda ou distribuição.

Fazendo-se, por exemplo, tanques ou grandes depósitos, nas estações terminais das nossas estradas de ferro e no centro das rodovias tronco, a distribuição do alcool-motor estará assegurada.

Companhia Anilinas e Productos Chimicos do Brasil

Rua da Alfândega Nos. 100 - 102

Telefone 23-1640

Unicos representantes dos Papéis
Heliográficos Marca

Mantém constantemente variado "stock" em papel vegetal transparente "Diamante" e tela "Perfecti" para desenhos

CANAVIAIS A IRRIGAR

Apolonio Sales

Já há algumas semanas cessaram as chuvas. Os trabalhos de moagem da cana prosseguem com toda a intensidade, esperando-se uma safra se não tão grande quanto a do ano passado, pelo menos em proporções suficientes para atingir-se ou se passar o limite da produção consignada ao Estado de Pernambuco.

Estive esta semana em visita a canaviais da zona do sul. Com a estiagem de cerca de 20 dias, já se vai notando o dissecação da terra e das canas plantadas sob o sistema de irrigação. Já em Catende os canaviais estão recebendo as primeiras distribuições de água que lhes garante o crescimento contínuo para a produção intensiva do ano vindouro.

O plantio para irrigação é, sem dúvida, uma garantia para os plantadores. Irrigar a terra não é um luxo, não é mesmo uma simples justificativa do conceito de progressistas a se dar aos usineiros pernambucanos.

Quando na zona da mata proliferou a prática irrigatoria, pelos morros e pelas varzeas, nas pequenas e grandes usinas, eu antevi a redenção da lavoura canavieira pernambucana. Deus queira que não tenha o desmentido futuro deste prognóstico otimista e dessas esperanças que alimentei ardorosamente.

Quem hoje conhece a prática racional da lavoura canavieira em terreno, na sua maior parte, a exigirem a inversão avultada de dinheiro na compra de adubos, bem compreende que a sistematização do solo para o plantio irrigado impõe-se como garantia desta inversão, que muitas vezes equivale à compra de terras novas, ainda não desfalcadas em suas reservas de fertilidade.

O plantio para irrigação é, sem dúvida, hectares e hectares de terra, forçando o tráfico intenso das estradas de ferro das usinas, ou deixará de existir ou levará à ruína o usineiro incauto. Impõe-se a lavoura intensiva. Esta condicional aplicação de adubos em alta dose, condiciona o aproveitamento do bom tipo da cana para a escolha cuidadosa da semente; impõe o trato melhor do terreno que exige braço numeroso. E tudo isso seria impossível de se realizar, seria mesmo desaconselhável de se fazer, fi-

cando-se à mercê das incertezas de tempo, incertezas que podem atingir as calamidades das estiagens intermináveis, a ressecarem o solo, destruindo canaviais e sepultando riquezas.

Bem hajam os usineiros que fizeram os seus planos irrigatorios e os estão cumprindo. Mesmo que os invernos se sucedam ainda alguns anos com regularidade, que seja este fato apenas uma tregua, a facultar o plantador pernambucano a se aparelhar para as faltas de chuva que devem ser esperadas a todo momento. Aconselho aos plantadores de cana que já têm terras sob irrigação, que não tardem com a água, esperando que as plantas aparentemente sofrer. Ao contrario, só afastem da touceira o liquido precioso quando pelo comportamento da gramínea verificarem que o excesso d'agua já está fazendo mal.

Só assim se poderá tirar todo o proveito das custosas instalações e do custoso manejo da água, em todo caso sempre muito mais barato do que a aquisição de adubos caros, vindos de fora.

RENDIMENTOS DE VARIEDADES DE CANA EM PORTO RICO

O relatório anual da Estação Experimental de Porto Rico sobre as atividades de 1938 contém uma informação sobre as experiências feitas para comparar os rendimentos de variedade B.H. 10-12, muito cultivada na ilha, com oito diferentes variedades Mayaguez. As variedades Mayaguez deram rendimentos que variaram entre 213.919 e 230.069 arrobas (1) por caballeria (2) como cana planta, cortada aos 16 e meio meses, enquanto a B.H. 10-12 deu um rendimento de 214.685 arrobas por caballeria. Quanto aos rendimentos em açúcar por caballeria os resultados foram os seguintes: para as variedades Mayaguez entre 27.639 e 23.076 arrobas e de 24.775 arrobas para a B.H. 10-12. Apenas uma das variedades Mayaguez, a 269, rendeu menos que a B.H. 10-12 como cana planta.

Os resultados obtidos nas provas com cana soça indicam também a superioridade das variedades Mayaguez, mas os rendimentos foram ligeiramente superiores. Como cana planta as três melhores variedades são: M 317, 266 e 255; como cana soça as melhores são M 317 e 261. A variedade que mais rendeu como planta e soça, e por larga margem, foi a Mayaguez 317.

(1) — arroba, 11,48 quilos;

(2) — Caballeria, 13,42 hectares.

PUBLICAÇÕES

Mantendo o Instituto do Açúcar e do Alcool uma Biblioteca, anexa a esta Revista, para consulta dos seus funcionarios e de quaisquer interessados, acolheremos com prazer os livros gentilmente enviados. Embora especializada em assuntos concernentes à industria do açúcar e do alcool, desde a produção agrícola até os processos técnicos, essa Biblioteca contém ainda obras sobre economia geral, legislação do país, etc. O recebimento de todos os trabalhos que lhe forem remetidos será registrado nesta secção.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL — 1940.

A Secretaria do Prefeito do Distrito Federal publicou em volume uma sintese da gestão do sr. Henrique Dodsworth no período que vai de julho de 1937, mês em que foi empossado naquele cargo, até julho do corrente ano. A oportunidade dessa publicação foi oferecida pela inauguração da XIII Feira Internacional de Amostras, em que se comemora o primeiro decenio da Revolução de 30, motivo por que começa apresentando um gráfico sobre o movimento de visitantes desse certame, de 1928 a 1939.

Todo o trabalho é uma documentação expressiva das atividades desenvolvidas pelo atual Prefeito do Distrito Federal, desde a organização administrativa da Prefeitura até à execução de numerosas obras por toda a cidade.

Quadros estatísticos e gráficos ilustram os resultados da operosa administração do sr. Henrique Dodsworth e os principais aspectos da vida vestiginosa da metrópole brasileira.

PUBLICAÇÕES DO MINISTERIO DA AGRICULTURA — 1940.

O Departamento Nacional de Produção Vegetal e o Serviço de Informação Agrícola do Ministerio da Agricultura remeteram-nos mais algumas publicações de interesse para o desenvolvimento econômico do país. Trata-se de estudos realizados por funcionarios técnicos daquele Ministerio sobre assuntos concernentes às suas especialidades e que se recomendam como frutos de seguras observações e pesquisas.

O sr. Irvino W. Tibiriçá, da Secção de Plantas Textis, apresenta duas contribuições valiosas sendo uma sobre o "Sisal" e outra "A industrialização das fibras texteis liberianas". E o agrônomo R. Fernandes e Silva, nas "Notas sobre a cultura da oiticica", esclarece e orienta, com os seus conselhos e ensinamentos, os que quiserem explorar esse produto da flora brasileira.

LIGAÇÃO FERROVIARIA BRASIL-BOLIVIA — Relatório — 1940.

Oferecido pelos srs. Luiz Alberto Whately e Juan Rivero Torres, respectivamente, engenheiro-chefe e engenheiro delegado da Comissão Mixta Ferroviaria Brasileiro-Boliviana, recebemos um exemplar de seu relatório, apresentado aos srs. ministros do Exterior e da Viação e referente aos exercicios de 1938 e 1939.

A cargo dessa Comissão estão as obras da li-

gação entre Corumbá, Brasil e Santa Cruz, na Bolivia, partindo do porto de Santos, com o prolongamento da E. F. Noroeste. Prevista pelo Tratado de Petrópolis, que resolveu a velha questão de limites entre o Brasil e a Bolivia, e visando a garantir o aproveitamento e exportação do petroleo boliviano, tal ligação só há três anos começou a ser realizada, graças ao entendimento definitivo dos governos dos dois países.

O relatório em apreço narra minuciosamente todos os estudos e trabalhos executados até 1939 na região que vai ser beneficiada com o importante empreendimento. E é ilustrado com diversos mapas, croquis e gráficos, que documentam a atividade desenvolvida pela Comissão Mixta.

BOLETIM DO INSTITUTO NACIONAL DO MATE — Ano I — N.º 1.

Mais uma revista especializada conta o país: é o "Boletim do Instituto Nacional do Mate", que começou a ser distribuido no mês findo.

Organização presidida por um jornalista como o sr. Diniz Junior, era de esperar que o seu órgão oficial aparecesse com todos os elementos de êxito. E assim acontece, pois o "Boletim do Instituto Nacional do Mate" se apresenta como uma das melhores publicações no gênero, desde a primorosa parte gráfica até o texto abundante e selecionado.

O número inicial da nova revista abre com pequeno artigo do sr. Waldemar Falcão, ministro do Trabalho, Industria e Comercio, realçando a missão do Instituto Nacional do Mate. Seguem-se muitos trabalhos de redação e colaboração, bem como diversas fotogravuras e quadros estatísticos, pondo em relevo os seus serviços à industria hervateira.

REVISTA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA Y COMERCIO, DE PORTO RICO — 1940.

Visitou-nos pela primeira vez essa excelente Revista que, com o número 3, de setembro último, atinge o volume XXXII. Órgão oficial do Departamento de Agricultura e Comercio de Porto Rico, de publicação trimestral, ela refelete bem, nas suas páginas repletas de interessantes trabalhos, as preocupações progressistas das classes produtoras da florescente ilha.

O texto do referido número apresenta valiosas contribuições sobre múltiplos assuntos concernentes à economia de Porto Rico, e insere, também, circunstanciada noticia da visita que lhe fez recentemente o sr. Gileno Dé Carli, chefe da Secção de Estudos Econômicos do I.A.A.

COMENTARIOS DA IMPRENSA

A transcrição de notas e comentários da nossa imprensa, nesta secção, não significa, convém deixar bem claro, concordância, da nossa parte, com os conceitos neles exarados.

ECONOMIA FECHADA

Fala-se muito em intercambio comercial na América, para compensação da falta de mercados europeus. Mas quem se detiver no exame das medidas adotadas, chegará, sem dúvida, à conclusão de que todos os países estão agindo sob a preocupação de formar uma economia autônoma. O ideal não é a dependência comercial, mas a autarquia, o desejo de cada nação de se bastar a si mesma.

Para exemplo dessa verdade temos, bem perto de nós, o caso uruguaio, a respeito do açúcar. Pelas estatísticas de importação, a partir de 1929 até hoje, o Uruguai comprou, em media, cerca de 45 mil toneladas de açúcar por ano. Considerando apenas os últimos anos, podemos avaliar suas necessidades anuais dessa mercadoria em cerca de 55.000 toneladas, que lhe eram fornecidas pela Inglaterra, Cuba ou Java, e um pouco também pelo Brasil, a Argentina e o Perú. O Brasil figura apenas como fornecedor de açúcar demerara, pois que os nossos tipos de refinados não são os que correspondem às preferencias do consumidor uruguaio. Não temos aqui o granulado inglês, nem conviria fabricá-lo sem ter a certeza da compra pelo Uruguai, pois que não nos restaria nenhum outro mercado

para esse gênero, quando perdessemos a encomenda da República Oriental.

Desde 1928, porem, vem esse país se esforçando para desenvolver a produção de beterrabas. A única refinaria existente no Uruguai deve esse privilegio à obrigação de manter uma fábrica, destinada ao aproveitamento de suas plantações de beterraba. E essa política recebeu, recentemente, um grande impulso; com o Decreto do Poder Executivo do país, de 27 de junho deste ano, pelo qual se autoriza a ampliação da quota de importação de açúcar demerara, sob a condição da montagem de uma nova fábrica, para a produção de açúcar de beterraba. Reportando-se a essa concessão, informa a Mensagem Presidencial de 12 de julho de 1940, que se "pode prever, desde já, a instalação, dentro do prazo de 18 meses, de uma nova usina de açúcar, na localidade de Montes, Departamento de Canelones, que para isso se transformará em seu aspecto social e em sua economia agraria até converter-se num emporio de riqueza e a essa se seguirá, dentro de breve prazo, uma terceira usina, o que traduz um serio e positivo esforço, que o Poder Executivo deve proteger e estimular, com vistas à solução nacional do problema açucareiro. Isso justifica a manutenção, em favor desses industriais, da situação que havia sido criada pela lei de 5 de janeiro de 1888 e que agora se completa com as normas para a instalação de novas usinas de açúcar". Existe, para estímulo da produção de açúcar de beterraba, um verdadeiro monopólio da refina-

D I V E R S A S

BRASIL: — Boletim Estatístico do Espírito Santo, n. 4; Economia, n. 17; Revista Agronômica, n. 46; Boletim da Associação Comercial de Pernambuco, n. 51; Boletim da Associação Comercial do Rio de Janeiro, n. 253; Revista do D.A.C., n. 6; Boletim da Cooperativa do I. de Pecuaria da Baía, n. 24; Organização de Herbarios, J. Cruz da Paixão; Rodriguesia, n. 13; Rural, n. 17; D.N.C., n. 86; Máquinas e Construções, n. 10; Mundo Automobilístico, n. 2; Boletim do Serviço de Imigração e Colonização, n. 2; Boletim do Porto do Recife, n. 3; Revista de Química Industrial, n. 101; Revista Comercial de Minas Gerais, n. 37; O Campo, n. 130; Diretrizes, n. 31; O Economista, n. 247; Boletim da Câmara de Comercio Chileno-Brasileira, n. 44; O Sul-Mineiro Ilustrado; Boletim do M. das R. Exteriores, n. 19; Mensario Estatístico,

n. 20; Prefeitura do Distrito Federal; Nossa Terra, n. 11; Boletim do M. da Agricultura, junho; Revista da Associação Comercial do Maranhão, n. 182 e 183.

ESTRANGEIRO: — Bulletin Mensuel de Reenseignements Techniques, n. 9; Sugar News, n. 9; Revista de Agricultura, ns. 8 e 9; Technique Suisse, n. 2; Revista del Comercio Exterior, agosto; Revista de Estadística Municipal de Buenos Aires, ns. 632 e 633; Revista de Agricultura, setembro; Foreign Commerce Weekly, n. 3; El Rotariano Argentino, n. 164; Weekly Statistical Sugar Trade Journal, ns. 43 e 44; Fortnightly Review, n. 104; Revista de la Union Industrial Uruguaya, n. 36; Boletim de Estadística Agropecuaria, n. 519; Bulletin Mensuel de Statistique Agricole et Commerciale, n. 9; Sugar Beet Journal, n. 1; Brazil Today, n. 2; The Sugar Journal, n. 5; Gaceta Algodonera, n. 201; M.A.N.

ção de açúcar, em favor de algumas firmas, que se comprometeram a fazer a instalação de fábricas e a promover a expansão das lavouras de beterraba.

Esse episódio, no meio de tantos outros da mesma espécie, deve levar o produtor de açúcar à convicção de que não deve contar com o mercado externo, para a colocação desse produto. Dia a dia, torna-se ainda mais fechada a economia do açúcar, que deve considerar o comércio internacional como uma reminiscência de simples valor histórico.

("Jornal do Brasil", 13-11-40).

A GUERRA E O AÇUCAR

Pessoas que fazem os seus julgamentos através de impressões vagas, são levadas a acreditar que a produção brasileira de açúcar pode ter, no momento atual, uma grande margem de consumo, em consequência da guerra que se alastra no Velho Continente. Se se pergunta qual a razão dessa esperança, dirão que na conflagração de 1914-1918 encontramos possibilidades inesperadas para a nossa produção. E que, se assim sucedeu em 1914, não há motivo para que o mesmo fato não se repita na conjuntura atual.

A verdade, porém, é outra, e muito diferente. Na guerra de 1914-1918, tivemos, realmente, possibilidades novas para a colocação de nossa produção. Basta lembrar que, em 1913, exportamos apenas 5.371 toneladas. De 1914 por diante, as saídas de açúcar sobem consideravelmente:

	Toneladas
1914..	31.875
1915..	59.170
1916..	54.438
1917..	138.159
1918..	115.634

Depois da guerra, aliás, é que se observou exportação maior. Em 1919 e 1920, vendemos ao estrangeiro 172.094 e 252.112 toneladas, respectivamente. Os preços só começaram a reagir a partir de 1916. Nos dois primeiros anos de guerra, as cotações foram quase equivalentes às que vinham sendo obtidas desde 1910.

Por que melhorou a exportação? Por um

motivo muito simples: o decréscimo rápido da produção de açúcar de beterraba, na Europa. De 1913 a 1920, a produção dessa mercadoria desceu de 8.257.000 a 2.567.000 toneladas. Decréscimo de 70%, correspondendo ao abandono das áreas de lavoura de beterraba. E isso por uma razão fácil de perceber. A guerra passada destruiu lavouras e fábricas, numa proporção que não tem paralelo com os sucessos da luta atual. Na França e na Polónia, foi enorme o número de usinas derrubadas pelas batalhas. Houve, ao lado dessa causa, outros fatores influentes, que não estão agindo, na guerra atual, com a mesma intensidade.

As estimativas das safras atuais, na Europa, não indicam ainda nenhuma redução provável de produção. Ao contrario, tudo indica a possibilidade de uma produção pouco maior, que a de antes da guerra. A safra 1939-40 superou a de 1938-39 em 11,4%, ou pouco mais de 400.000 toneladas. As estimativas aceitas pelos melhores organizadores de estatísticas de açúcar (F. O. Licht, Willet & Gray) admitem aumento de área plantada: mais 186 mil hectares que em 1939-40. Já entrava na estimativa o território da Polónia. Não figuravam ainda as consequências da ocupação da França e da Bélgica. Mas quem supuser que essa ocupação poderia alterar aqueles dados, não encontraria apoio nos fatos. A rapidez da guerra não permitiu que a devastação das lavouras se aproximasse das consequências da luta passada. Observa-se aumento de lavouras em diversos países. Em suma, as destruições e perturbações resultantes da guerra serão inferiores à redução forçada no consumo e ao montante do aumento verificado em alguns países.

Basta comparar esses fatos, para chegar à conclusão de que não basta a repetição da guerra, para que se renovem os mesmos episódios e circunstancias da conflagração mundial de 1914 a 1918.

("Jornal do Brasil", 24-11-40).

O açúcar constitui uma das melhores fontes de energia fisiológica de efeitos quasi imediatos. A sua utilização pelo homem se faz desde a primeira idade e a criança exige e pede substancias açucaradas, pois que o açúcar tem grande importância na formação do tecido muscular e no metabolismo geral. — Dr. Adrião Caminha Filho.

ÍNDICE

ALFABETICO E REMISSIVO DE MATERIAS E AUTORES

Julho a dezembro de 1940. Nos. 1 a 6 do 16.º volume de "Brasil Açucareiro"

— A —

ABASTECIMENTO

- Sobre as possibilidades de faltar al-
cool-motor à Capital Federal Pág. 147
Do Distrito Federal — 90.000 sacos
de Sergipe para as refinarias lo-
cais Pág. 326
Da metrópole britânica pelas colonias Pág. 393

ACONDICIONAMENTO

- Açúcar em caixões — pedido de S. A.
Guedes Pág. 148
De alcool anidro do I.A.A. nos tan-
ques da C.I.P.A. Pág. 413

AÇUCAR DE BORDO

- Sua situação nos Estados Unidos, em
1940 Pág. 378

AÇUCAR DE UVA

- Seu aproveitamento na Grecia Pág. 257

ADUBAÇÃO

- Análise da folha da cana e adubação Pág. 58
Solos e adubos — W. W. G. Moir ... Pág. 62
Sugestões para melhorar e conservar
a fertilidade dos solos Pág. 79
I:I:I: — Adrião Caminha Filho .. Pág. 107
Sobre o suprimento de fertilizantes à
lavoura canavieira da Australia. Pág. 310
Emprego da cianamida de calcio Pág. 387
Novas diretrizes para a da cana em
Cuba Pág. 390
Experiencias sobre a cana de açúcar
em Trinidad e Porto Rico Pág. 432
Aplicações do nitrogenio Pág. 444

AGUARDENTE

- Sobre montagem de um engenho da
Cia. E. C. Laranjeiras Pág. 328
Remoção de maquinismos de uma fáb-
rica de Jerônimo Ometo para
Araras (S. Paulo) Pág. 328
Pedido dos produtores e comercian-
tes do R. G. do Sul para serem fi-
nanciados pelo I.A.A. Pág. 412
Montagem de um engenho do sr. Luiz
Nícacio (Minas) Pág. 412

BRASIL AÇUCAREIRO

ALCOOL

- Em torno das estimativas de sua pro-
dução — 1940/41 Pág. 3
Sobre sua compra e venda, em varios
países europeus — artigo de Gile-
no Dé Carli Pág. 7
Produção anual na Bélgica Pág. 57
Modificação da fórmula de desnatu-
ração do etílico, na França Pág. 57
Sob a produção do de beterraba, na
Italia — 1940 Pág. 57
Sua fabricação à base da sacarifica-
ção da madeira e ampliação de
uma destilaria, na Italia Pág. 57
Seu problema como combustível, na
India Pág. 58
Produção no país — posição em
30-6-40 Pág. 72
Fornecimento do anidro à Capital
Federal Pág. 147
Sobre a produção e o consumo do
motor, no país, de 1932 a 1939 —
"Correio da Manhã" Pág. 168
Inicio da fabricação do anidro na
Destilaria do Cabo Pág. 148
Sua produção à base de milho e sorgo
Sua produção à base de uma nova
planta na Italia Pág. 232
Situação em Angola Pág. 232
Produção no país — posição em
31-8-40 Pág. 241
Venda de 10.500 hectolitros à Espa-
nha Pág. 270
Sobre o desenvolvimento da produ-
ção do alcool motor — exposição
do chefe da secção respectiva ... Pág. 270
Sobre a necessidade de seu consumo
no país — "Ontem, hoje e ama-
nhã" — Mario Melo Pág. 272
Cessão de terreno para o depósito do
alcool-motor Pág. 328
Sua produção no país — posição em
30-9-940 Pág. 337
Comentarios sobre a sua produção
no país a 15-10-940 Pág. 358
Amparo para os produtores gauchos
Sobre a distribuição do anidro em
S. Paulo Pág. 413
Produção no país — posição em
31-10-940 Pág. 424
Sobre o consumo e a distribuição do
motor, em Pernambuco, em 1940 Pág. 452
Ainda sobre o armazenamento do ani-
dro, em S. Paulo — proposta da
C.I.P.A. Pág. 508
Alcool motor — Agamenon Maga-
lhães Pág. 517

DEZEMBRO, 1940 — Pág. 76

Produção no país — posição em 30
de novembro de 1940 Pág. 514

— B —

AUTARQUIAS

As autarquias ou entes autárquicos
— lição do prof. Mario Bulhão .. Pág. 43
Sobre o incremento que estão tendo
na Europa atual Pág. 246
As autarquias no direito público bra-
sileiro — Oscar Saraiva Pág. 330
Seu desenvolvimento no Brasil —
“Jornal do Brasil” Pág. 507

AUTO DE INFRAÇÃO

Contra a Usina Santo Antonio —
Alagoas Pág. 60
Contra o Engenho Tamboril — Minas
Gerais Pág. 60
Contra Benedito Pedra — Campos .. Pág. 60
Contra a Usina Flor do Rio e Pedras
— Sergipe Pág. 60
Contra a Usina Jatiboca Pág. 60
Contra a Usina Ouricuri — Alagoas Pág. 60
Contra Sertorio Souza — Cataguazes Pág. 60
Idem Engenho Petrolina — Goiaz .. Pág. 60
Contra a Usina S. José — Minas ... Pág. 61
Contra as Usinas S. José do Junco, Ti-
juca e Santa Clara — Sergipe ... Pág. 61
Contra a Usina Pontal — Minas ... Pág. 61
Sobre o caso de uma usina de Ma-
caé: “Forçando a mão” — “Jor-
nal do Brasil”; “Produziu clandes-
tamente 118.020 sacos de
açúcar” — “Correio da Noite”;
“Os interesses do Estado acima
de quaisquer injunções” — “A
Tarde” Pág. 84 a Pág. 86
Contra a firma H. Fette & Cia. Pág. 148
Contra a Usina S. Miguel — Mato
Grosso Pág. 148
Contra J. Marques & Cia., Tancre-
do Costa & Cia. e Luzia Pedroza
— Pernambuco Pág. 148
Contra a Usina Treze de Maio — Per-
nambuco Pág. 148
Contra Milhem Lotfi, Usina S. Bene-
dito, engenho Sacramento, Usina
Cruangi, Teixeira Miranda, enge-
nho Boa Esperança e Usina Sta.
Teresa Pág. 237
Sobre sonegação relativa a taxas pas-
sadas Pág. 325
Contra o engenho Valentim — Piauí Pág. 325
Contra a Usina Cruangi — Pernam-
buco Pág. 325
Contra Sebastião de Siqueira Filho e
Usina Treze de Maio — Pernam-
buco Pág. 327
Contra a Usina Cristino Cruz — Per-
nambuco Pág. 327
Contra a U. Treze de Maio (Pernam-
buco) Pág. 413
Contra Cia. Açucareira e Fluvial
Passos Ltda. Pág. 414

BRASIL AÇUCAREIRO**BAGAÇO**

Sua utilização nos Estados Unidos .. Pág. 197
Como matéria prima para o fabrico
do papel Pág. 430

BALANCETE

Do I.A.A. — 31 de junho de 1940. Pág. 135
Voto de aprovação no C.C. do de
janeiro de 1940 Pág. 149
Relatores do C.C. para o de março
de 1940 Pág. 149
Sobre o balanço geral do I.A.A. no
C.C. Pág. 149
Do I.A.A. — julho de 1940 Pág. 219
Do I.A.A. — agosto de 1940 Pág. 317
Aprovado o de abril do I.A.A., no
C.C. Pág. 329
Sobre o de 1939, da Distilaria Cen-
tral do Estado do Rio, no C.C. .. Pág. 329
Aprovados os de março e maio do
I.A.A., no C.C. Pág. 329
Do I.A.A. — 30-9-940 Pág. 403
Do I.A.A. — 31-10-940 Pág. 496

BANGUÊ

Sobre seu financiamento em Alagoas Pág. 60
A eleição do delegado dos bangu-
zeiros na C.E. do I.A.A. Pág. 143
O financiamento da entre-safra, aos
banguzeiros, de Pernambuco ... Pág. 251
Sobre um decreto do governo per-
nambucano, proibindo exportação
de açúcar de fabricação banguê
sem certificado de classificação . Pág. 263
Decreto 520, sobre o mesmo assunto. Pág. 284
Decreto-lei 2.619, do governo alagoa-
no, sobre o assunto acima Pág. 285
Membros da Comissão de Vendas e
Defesa de Alagoas Pág. 359
Pedido de dispensa da cobrança da
taxa sobre banguê em Minas Pág. 412
Sobre a defesa de seu açúcar em Per-
nambuco pela respectiva Coope-
rativa Pág. 453
Sobre a defesa de seu açúcar em
Alagoas Pág. 453

BETERRABA

Produção de seu açúcar na Europa —
1939 Pág. 37
Seu preço, na França em 1940 Pág. 38
Area beterrabeira da Europa para o
ano agrícola 1940/41 Pág. 44
A influencia da inversão parcial dos
caldos de beterraba sobre a mar-
cha da fermentação Pág. 114
Produção de seu açúcar na Italia, em
1939/40 Pág. 123
Safras mundiais de seu açúcar —
1939-40 Pág. 163
Areas de cultivo nos Estados Unidos Pág. 250
Area beterrabeira da Europa — 1939-
40 e 1940-41 Pág. 252

Fomento do seu cultivo na Bulgaria	Pág. 307	O combustível e a guerra — Gileno Dé Carli	Pág. 96
Produção e consumo de seu açúcar, na França, em 1938-39 e 1939-40.	Pág. 307	Decreto 1.937, do governo paraguaio, declarando obrigatório o consumo do carburante nacional à base de nafta e álcool desidratado	Pá. 182
Areas de seu plantio na Rússia a 1.º de maio de 1939	Pág. 308	A combustão de materiais lenhosos — Henry Kreisinger	Pág. 795
Plano para aumento de sua produção no Manchukuo	Pág. 309	Extraído de uma nova planta, na Italia	Pág. 232
Sobre seu cultivo no sudoeste europeu — 1939-40	Pág. 392	A crise do carburante na Europa	Pág. 279
Histórico de sua economia, no mundo, durante os últimos 25 anos	Pág. 465	Lei constitucional n.º 4, do governo federal, sobre competencia da União em tributar combustíveis e lubrificantes líquidos, etc.	Pág. 284
Produção na França em 1939-40	Pág. 493	O seu problema em varios países	Pág. 408
Areas de cultivo e rendimento na Noruega — 1940	Pág. 493	O drama dos carburantes	Pág. 486
Areas plantadas nos EE. UU. em 1939-40	Pág. 494		
BONIFICAÇÃO			
Retirada da bonificação aos produtores que excederem as respectivas quotas	Pág. 451	COMERCIO	
— C —		A Argentina e o açúcar — “Jornal do Brasil”	
		Pág. 353	
CELULOSE			
A descoberta de sua origem	Pág. 159	COMISSÃO EXECUTIVA	
Papel à sua base	Pág. 214	Resolução 18/40 dispondo sobre a defesa da safra 1940-41	Pág. 100
O bagaço de cana como materia prima para o fabrico da cana	Pág. 430	Resolução 19/40 dispondo sobre a produção extra-limite de engenho de açúcar e rapadura	Pág. 184
CENSO			
Açucareiro do Hawaí, em 1939	Pág. 495	Resolução 20/40 dispondo sobre a cobrança da taxa de defesa e estatística respectivamente sobre açúcar de engenho e rapadura	Pág. 185
CLASSIFICAÇÃO			
Sobre o decreto n.º 520, do governo pernambucano, proibindo a exportação de açúcar, de fabricação de banguês, sem certificado de classificação de qualidade	Pág. 263	Resolução 21/40 dispondo sobre a produção extra-limite e redistribuição dos saldos da produção na safra 1940/41	Pág. 386
Decreto n.º 520, sobre assunto acima	Pág. 284	COMISSÕES	
Decreto-lei n.º 2.619, do governo alagoano, determinando que açúcar de engenho só será exportado com certificado de classificação e qualidade	Pág. 285	Ao fiscal Leovigildo V. da Silveira por um auto de infração	Pág. 237
Decreto n.º 531, do governo pernambucano, proibindo a exportação de açúcar de qualquer qualidade sem certificado de classificação	Pág. 385	Dos promotores públicos sobre arrecadações judiciais realizadas por conta do I.A.A.	Pág. 413
COLHEITA			
De beterraba, na Bélgica, em 1939	Pág. 122	De fiscais — multas à Usina Azanha	Pág. 508
A importancia da entrega da cana fresca à usina	Pág. 436	COMPANHIA USINAS NACIONAIS	
COLORIMETRIA			
O colorímetro foto-elétrico	Pág. 236	Sua situação de janeiro a março de 1940	Pág. 327
COMBUSTIVEIS			
O combustível e a guerra — Gileno Dé Carli — (conclusão	Pág. 7	CONSUMO	
Combustão de melaço	Pág. 36	Divisão geográfica do mundial — 1938-40	Pág. 12
BRASIL AÇUCAREIRO			
DEZEMBRO, 1940 — Pág. 78			

De açúcar, na Italia, Suecia e Japão — 1939-40 — 1938-39	Pág. 123
De açúcar, em S. Domingos — estimativa do anual	Pág. 125
Total de todos os tipos de açúcares de usinas e engenhos — julho de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 155
De alcool motor, no país - 1938 e 1939 Mundial de açúcar — 1939-40 — (Lamborn)	Pág. 168
Decreto 1.937, do governo do Paraguai, tornando obrigatorio o consumo do carburante nacional	Pág. 109
De açúcar, em 1939 — Gileno Dé Carli	Pág. 182
De açúcar, no México, de 1935 a 1939 Total de todos os tipos de açúcar, no país — agosto de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 178
De açúcar, na Turquia e no Egito em 1939-40	Pág. 212
De açúcar, no Canada, em 1939	Pág. 240
“Per capita” em 28 países — 1938 e 1939	Pág. 308
De açúcar de beterraba, na França, em 1939-40	Pág. 310
De açúcar, na Holanda, Iugoslavia e Suíça — 1939-40	Pág. 282
Total de todos os tipos de açúcar de usina e engenho — setembro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 307
De açúcar no país — outubro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 336
De açúcar, em 1940, em Portugal	Pág. 423
De açúcar, em 1938-39, na Rumania	Pág. 493
De açúcar, em 1939, na Russia	Pág. 493
De açúcar, em 1938-39, no Japão	Pág. 494
De açúcar no país — novembro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 513

CONVENIOS

VII.º Congresso Internacional das Industrias Agrícolas, em Roma	Pág. 94
A guerra e a convenção internacional do açúcar	Pág. 160
A Inglaterra e o açúcar — “Jornal do Brasil”	Pág. 258

COOPERATIVISMO

Mais um milagre do feixe de varas — Agamenon Magalhães	Pág. 95
Decreto-lei n. 504, do Interventor em Pernambuco, autorizando a Cooperativa dos Banguazeiros local a contratar empréstimos com o IAA.	Pág. 98
Sobre a necessidade de se organizarem os senhores de engenho em Minas — “Revista Comercial de Minas Gerais”	Pág. 385
Comunicação ao I.A.A. da fundação da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco	Pág. 360
Belo exemplo de organização — Agamenon Magalhães	Pág. 410
Ação das de Pernambuco e Alagoas na defesa do açúcar banguê	Pág. 453
Sobre a ação da Cooperativa dos Usineiros de Pernambuco	Pág. 455

BRASIL AÇUCAREIRO

CULTIVO

Análise da folha da cana e adubação Solos e adubos — W. W. G. Moir	Pág. 58
A irrigação dos canaviais de Porto Rico — R. A. Gonzalez	Pág. 62
Sugestões para melhorar e conservar a fertilidade dos solos — Dionisio I. Aquino	Pág. 67
Emprego da olhadura da cana como semente — Artur H. Rosenfeld	Pág. 79
I:I:I:— Adrião Caminha Filho	Pág. 81
Novas variedades cultivadas em Maurício	Pág. 107
Pesquisa científica e progresso agrícola	Pág. 142
Sobre o despalhe e sobre o palhico da cana de açúcar — Adrião Caminha Filho	Pág. 149
Tentativas para o da cana-planta no Iran	Pág. 175
	Pág. 395

— D —

DEFESA

Do açúcar de tipo inferior	Pág. 60
Resolução 18/40 da Comissão Executiva do I.A.A. dispondo sobre a da safra 1940-41	Pág. 100
Ponto de vista da Associação dos Usineiros de S. Paulo sobre o assunto acima, na C.E.	Pág. 147
Sobre a existencia de cerca de 30 engenhos de açúcar e rapadura não inscritos no I.A.A.	Pág. 328
Da produção açucareira — Nelson Coutinho	Pág. 374
O governo do presidente Vargas impulsionou a industria açucareira brasileira — entrevista de Gileno Dé Carli	Pág. 377
Resolução 21/40 da C.E. dispondo sobre a produção extra-limite e redistribuição de saldos de produção na safra 1940-41	Pág. 386
Limitação e excesso de produção de açúcar — Francisco Watson	Pág. 411
Política sabia — “Jornal do Brasil”. Do açúcar banguê em Pernambuco e Alagoas	Pág. 443
	Pág. 453

DELEGAÇÕES

A eleição do representante dos banguazeiros na C.E. do I.A.A.	Pág. 143
---	----------

DISTILARIAS

Ampliação de uma de alcool etílico em Roma	Pág. 57
Sobre fornecimento de material para a de Ponte Nova	Pág. 60
Sobre o funcionamento da de Pernambuco	Pág. 61
Conclusão dos trabalhos de construção da da U. Cucuá	Pág. 147

Início da fabricação do álcool anidro na do Cabo	Pág. 148
Início da fabricação em 2. ^a técnica, na do Cabo	Pág. 174
A Distilaria do Cabo — Agamenon Magalhães	Pág. 214
Pagamento da 2. ^a prestação da da Usina Cucaú	Pág. 238
Montagem de uma oficina mecânica na do Rio	Pág. 238
Inauguração da da U. Quissaman ..	Pág. 269
Balancete da do Estado do Rio, no C.C.	Pág. 329
Inaugurada, em Pernambuco, a “Distilaria Central Presidente Vargas”	Pág. 361
Novo empréstimo à Distilaria dos Produtores de Pernambuco	Pág. 412
Sobre o fornecimento de material à de Ponte Nova pela fábrica brasileira da Skoda S/A.	Pág. 509

DIVERSOS

Criação do Sindicato dos Usineiros de Açúcar e Alcool de Minas Gerais ..	Pág. 60
Sindicato dos Fabricantes de Doces de Campos — sobre criação de um Departamento anexo ao Instituto	Pág. 92
A futura sede do I.A.A. — bases da concorrência	Pág. 92
Voto de pesar no C.C. pelo falecimento do conselheiro Lauro Sampaio	Pág. 149
Designação de Gileno Dé Carli para uma missão no exterior	Pág. 238
Dr. Gileno Dé Carli — nota de “Cuba Economica y Financiera”	Pág. 267
Auxílio do I.A.A. ao Asilo de Mendigos de Pelotas	Pág. 325
Visita a S. Paulo dos srs. João Cleofas, Joaquim Bandeira e Alde Sampaio — voto de congratulações na C.E.	Pág. 326
Representação do I.A.A. na Feira Nacional de Industrias	Pág. 326
Proposta de Pena & França para as obras do Edifício Taquara	Pág. 328
Voto de louvor no C.C. a Francisco Vera	Pág. 329
Viagem do sr. Lima Teixeira	Pág. 329
Sobre 100 sacos destinados ao Nucleo Colonial de S. Bento	Pág. 413

— E —

ECONOMIA

O combustível e a guerra — Gileno Dé Carli — (conclusão)	Pág. 7
O açúcar nos países afetados pela guerra	Pág. 10
O lubrificante nacional — Caminha Filho	Pág. 13
O contingentamento na Polonia — capítulo VII de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 30
O açúcar e a guerra — palestra de Gileno Dé Carli no Rotary Club de Campos	Pág. 51

O açúcar americano enfrenta uma nova crise	Pág. 75
O combustível e a guerra — Gileno Dé Carli	Pág. 96
O contingentamento na Alemanha — capítulo VIII de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 117
As repercussões do atual conflito europeu na açucareira — S. E. Levy & Co.	Pág. 152
A guerra e a convenção internacional do açúcar	Pág. 160
O açúcar e o conflito europeu — “Diário de S. Paulo”	Pág. 166
Institutos — Joaquim Inojosa	Pág. 168
Decreto 1.567, do governo paraguaio, sobre o desenvolvimento da industria açucareira local	Pág. 181
O Instituto do Açúcar e do Alcool do Brasil — Pedro Menendez Lees..	Pág. 215
O contingentamento na Alemanha — capítulo VIII de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 224
A situação dos extra-limites — proposta Barbosa Lima Sobrinho na C.E.	Pág. 233
Açucareira, na Europa, durante a guerra	Pág. 244
A Inglaterra e o açúcar — “Jornal do Brasil”	Pág. 258
O contingentamento na Italia — capítulo IX de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 273
A situação da industria açucareira nas Filipinas	Pág. 304
A política protecionista dos Estados Unidos e a industria açucareira de Cuba	Pág. 305
Defesa da produção açucareira — Nelson Coutinho	Pág. 374
O governo do presidente Vargas impulsionou a industria açucareira brasileira — entrevista de Gileno Dé Carli	Pág. 377
O contingentamento da França — capítulo X de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 382
Situação açucareira em diversos países da Europa	Pág. 391
Cuba, o açucareiro do mundo — Charles Morrow Wilson	Pág. 414
A situação açucareira mundial, em 1940, vista por especialistas norte-americanos	Pág. 439
Política sabia — “Jornal do Brasil”. O açúcar e a federação — “Jornal do Brasil”	Pág. 443
Memoria sobre o preço do açúcar — d. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho	Pág. 451
Tendências do desenvolvimento e transformações da industria açucareira mundial nos últimos 25 anos — dr. Hugo Ahlfeld	Pág. 465
O drama dos carburantes	Pág. 486
Situação açucareira da Europa em 1940 — aspecto das culturas de beterraba	Pág. 492
O contingentamento na Espanha —	

capítulo XI de "Pode a industria dirigir-se a si mesma?"	Pág. 510
Economia fechada (sobre dificuldades de colocação, atualmente, de açúcar nos mercados externos) — "Jornal do Brasil"	Pág. 520
O açúcar e a Federação — (sobre as condições atuais para a exportação em confronto com 1914-18) — "Jornal do Brasil"	Pág. 521

ESTIMATIVAS

Sobre a produção de açúcar e álcool, no país — 1940-41	Pág. 3
De F. O. Licht sobre a area beterrabeira da Europa em 1940-41	Pág. 44
De F. O. Licht sobre a produção europeia de açúcar — 1940-41	Pág. 252
Da produção açucareira de Java em 1940	Pág. 309
Do rendimento, por hectare, da beterraba e da produção de açúcar da mesma qualidade, em 1940-41, nos Estados Unidos	Pág. 495

ESTOQUES

De açúcar em 1939, nos Estados Unidos	Pág. 41
De açúcares de todos os tipos, no país — junho de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 71
De açúcar, nos Estados — posição em 30-6-940	Pág. 73
De açúcar em Java a 1.º de março de 1940	Pág. 125
De açúcares de todos os tipos, no país julho de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 155
De açúcar, nos Estados — posição em 31-7-940	Pág. 157
De açúcar, no país — agosto de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 240
Idem, nos Estados — posição em 31-8-40	Pág. 242
De açúcar em Java em 1939-40	Pág. 309
Total dos tipos de açúcar de usinas e engenho, no país — setembro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 336
De açúcar, nos Estados — posição em 30-9-940	Pág. 338
De açúcar, nos Estados — posição em 31-10-940	Pág. 425
De açúcar, nos Estados, a 15-10-940	Pág. 358
De açúcar, no país — outubro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 423
De açúcar no país — novembro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 513
De açúcar no país — posição em 30-11-940	Pág. 515

EXPORTAÇÃO

Do açúcar brasileiro para o Uruguai	Pág. 5
De melaços e xaropes invertidos, por Cuba	Pág. 40
De açúcares de usinas e engenhos — junho de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 71
De açúcar brasileiro para o Uruguai	

— comentarios do "Jornal do Brasil"	Pág. 84
Sobre o movimento da do país em 1939	Pág. 91
De açúcar refinado pelos EE. UU. — abril de 1940	Pág. 125
De açúcar pela República Dominicana em 1939	Pág. 125
Idem do açúcar javanês, em 1939-40	Pág. 125
De açúcar da Australia até agosto de 1939	Pág. 126
Pagamento dos saldos das quotas de exportação de Alagoas —	Pág. 147
De açúcar de usinas e engenhos — julho de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 155
Confronto entre a situação atual e a da guerra passada — comentarios do "Diario de S. Paulo"	Pág. 166
Criado novo imposto sobre a de açúcar, em S. Domingos	Pág. 211
Total de açúcares de usina e engenho — agosto de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 240
Dificuldades de exportar para a Inglaterra, em virtude das importações de açúcar das colonias britânicas	Pág. 267
De açúcar pela Holanda em 1940	Pág. 307
De açúcar por Java em 1939-40	Pág. 309
Norte-americanas de açúcar refinado — 1913-1939	Pág. 321
Açúcar para o Uruguai — 26.000 toneladas de demerara	Pág. 326
Particular, do açúcar extra-limite do Estado do Rio	Pág. 326
De açúcar intra-limite de Pernambuco, por conta dos excessos de Rio e S. Paulo	Pág. 327
Total dos tipos de açúcares de usinas e engenhos — setembro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 336
O açúcar e a — "Jornal do Brasil" ..	Pág. 352
Decreto n.º 531, do governo pernambucano, proibindo a exportação de açúcar de qualquer qualidade sem o certificado de classificação	Pág. 385
De açúcar, no país — outubro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 423
Sobre a de açúcar, pelo país, em 1939-40, e respectivo valor	Pág. 450
Açúcar para Portugal	Pág. 452
Fixação das quotas mensais para Pernambuco e Alagoas — safras 1940-41	Pág. 454
De excessos da produção açucareira do país, na safra 1940-41	Pág. 464
Quotas da dos países contratantes do Plano Chadbourne — de 1930 a 1935	Pág. 478
De 200.000 toneladas da India para a Inglaterra	Pág. 493
Sobre as quotas da União Soviética, para 1939-40	Pág. 493
Dos Estados Unidos em 1940	Pág. 494
De açúcar pelo país — novembro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 513
O açúcar e a Federação — "Jornal do Brasil" — (sobre as condições atuais em comparação com 1914-18)	Pág. 521

EXTRA-LIMITE

Alinea B da resolução 18/40 da Comissão Executiva do I.A.A. sobre os de 1940-41	Pág. 100
Sobre a maneira de solucionar-lo, em Cuba — “Xaropes invertidos concentrados” — P. Menendez Lees	Pág. 127
Saldo dos de Alagoas — sobre pagamento aos usineiros	Pág. 147
Saldo dos de Alagoas — sobre pagamento aos usineiros	Pág. 148
Pagamento de 29\$000 por saco de açúcar dos lotes do Pernambuco, destinados ao exterior	Pág. 148
Resolução 19/40, da C.E., dispondo sobre a produção extra-limite de engenho de açúcar e rapadura . .	Pág. 184
Comunicado do I.A.A. — sobre a persistência do extra-limite no país	Pág. 193
A situação dos extra-limites — proposta Barbosa Lima Sobrinho à C. E.	Pág. 233
Saldo da produção extra-limite de Pernambuco — 100 mil sacos de Pernambuco para a Distilaria do Cabo — Exportação do de Alagoas em 1939-40	Pág. 238
Sobre a produção de engenho de açúcar e rapadura — ante-projeto na C.E.	Pág. 327
Sobre as dificuldades do escoamento do remanescente do de Pernambuco — 1940	Pág. 328
Sugestões para resolver o de Pernambuco em 1940-41	Pág. 359
Carta do sr. Paulo Nogueira sobre a questão em todo o país	Pág. 359
Resolução 21-10 da C.E. sobre apreensão do de 1940-41	Pág. 386
Proposta, na C. E., para o I.A.A. adquirir os de Pernambuco e Alagoas — 1940-41	Pág. 412
Aprovação na C.E., do projeto de resolução relativo ao de 1940-41	Pág. 412
Bonificação para as exportações dos de Alagoas, Baía e Pernambuco . .	Pág. 413
Reversão ao consumo do remanescente do da Baía, em 1940	Pág. 413
Sugestões do sr. Barbosa Lima Sobrinho sobre retirada de bonificação às usinas que excederam a margem de bonificação	Pág. 451
Liberação de 13.784 sacos do da Baía	Pág. 508

FILTRAGEM

Filtração dos caldos da cana de açúcar	Pág. 66
Observações sobre o emprego de filtros rotativos	Pág. 70

— F —**FINANCIAMENTO**

Decreto-lei 2.600, do governo alagoano, financiando a safra local de 1940-41	Pág. 19
--	---------

BRASIL AÇUCAREIRO

Aos banguês de Alagoas	Pág. 60
Decreto-lei 504, do interventor em Pernambuco, autorizando a Cooperativa dos Banguzeiros a contratar empréstimos com o I.A.A. . .	Pág. 98
Da, entre-safra aos banguzeiros de Pernambuco	Pág. 251
Sobre a criação do “Banco dos Lavradores de Cana de Açúcar” — “O Jornal”	Pág. 258
Do Banco Agrícola do Paraguai aos industriais de açúcar daquele país	Pág. 396
Pedido dos produtores e comerciantes de alcool e aguardente do R. G. do Sul para serem financiados	Pág. 412
Empréstimo de 500:000\$000 à Distilaria dos Produtores de Pernambuco	Pág. 412
Início das operações de retrovenda para Alagoas e Pernambuco — 1940-41	Pág. 413
De 50.000 sacos de açúcar do comércio livre de Sergipe	Pág. 413
Do açúcar banguê em Alagoas — 1940	Pág. 453
Das safras de Pernambuco e Alagoas — retificação à nota da pág. 413	Pág. 456

FISCALIZAÇÃO

Sobre regulamentação do decreto-lei n. 1.831	Pág. 4
Decreto federal n. 5.890 prorrogando o prazo para obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de aguardente e alcool	Pág. 21
A respeito de bonificação a um fiscal	Pág. 237

FITO-PATOLOGIA

Pragas da cana de açúcar	Pág. 11
O problema dos ratos em Queensland e em outras áreas canavieiras . . .	Pág. 46
As pragas que perseguem o agricultor — d. Bento Pickel	Pág. 247
Combate às pragas que atacam as beterrabas no Manchukuo	Pág. 309
Controle de parasitos no Hawai . . .	Pág. 311
Parasitas da cana de açúcar no Perú	Pág. 323
Causas determinantes da morte das canas	Pág. 381
Há mosaico em Sergipe — Adrião Caminha Filho	Pág. 398
As pragas que perseguem o agricultor — D. Bento Pickel — (cont.).	Pág. 427

FORNALHA

Sobre o seu uso nos antigos engenhos — nota 7	Pág. 462
---	----------

FORNECIMENTO

De alcool anidro ao Distrito Federal	Pág. 147
De canas — reforma da lei 178	Pág. 149
De melaço a um comprador de Nova York e à Administración Nacional de Combustibles y Portland, do Uruguai	Pág. 237

Preço do carro de cana, em Campos — “Correio da Manhã”	Pág. 259
Acordo entre usineiros e fornecedores do Estado do Rio	Pág. 267
De canas — do sr. J. A. Rodrigues Teixeira à U. Terra Nova	Pág. 326
De canas — Consulta da “Société Supérieures de Rio Branco”	Pág. 327
De canas — sobre interpretação do do art. 1.º da lei n.º 178	Pág. 327
Lista dos fornecedores de cana da U. Barcelos, que não, completaram as respectivas quotas	Pág. 328
De canas — da Usina S. José do Junco por J. Soares da Costa	Pág. 329
De canas — sobre o acordo entre usineiros e fornecedores fluminenses	Pág. 329
De canas — fixação das quotas — consulta do sr. O. Cordeiro à C.E.	Pág. 412
Lavoura canavieira de Campos — carta do sr. Luiz Guaraná ao Presidente do I.A.A. e comentários do “Brasil Açucareiro”	Pág. 422
De canas — consulta dos fornecedores da Usina Paranaguá — (Baía)	Pág. 508
Caso Alberto José Barreto contra a Usina Paraguassú — (Baía)	Pág. 509
Sobre o dissídio entre Francisco Ferreira Gomes e a U. Barcelos	Pág. 509
Sobre a existência jurídica da Comissão Reguladora das Transações de Compra e Venda entre Lavradores e Usineiros de Campos	Pág. 509

FUNCIONALISMO

Reajustamento do do I.A.A. no C.C.	Pág. 62
Proposta para uma comissão mixta estudar o reajustamento do I.A.A.	Pág. 149
Declaração do Conselho Consultivo sobre o reajustamento dos vencimentos	Pág. 329

— G —

GENÉTICA

Uma variedade paulista de cana de açúcar	Pág. 346
--	----------

GEOGRAFIA ECONOMICA

Divisão geográfica da produção e do consumo mundial de açúcar — 1938, 39 e 40	Pág. 12
O contingentamento na Polónia — capítulo VII de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 30
Area beterrabeira da Europa para o ano agrícola 1940-41	Pág. 44
Alemanha açucareira — capítulo de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 117
Na Europa: o racionamento na Alemanha — Na França — Controle do governo britânico — Quotas para as industrias inglesas — O suprimento na Italia — Na Hun-	

gria — A situação na Holanda, Bélgica, Suíça, Noruega e Russia	Pág. 244
Areas de cultivo nos EE. UU.	Pág. 250
Areas de cultivo na Inglaterra e Italia	Pág. 253
Areas beterrabeiras da Europa — 1939-40 e 1940-41	Pág. 252
Areas de plantio na Italia e Russia.	Pág. 254
Areas de plantio da beterraba na Turquia em 1940	Pág. 308
Areas da Russia a 1.º de maio de 1939	Pág. 308
A industria açucareira da Polónia — entrevista do sr. Roman A. Przeworski a “Brasil Açucareiro”	Pág. 380
O contingentamento na França — Capítulo X de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 382
Situação açucareira em diversos países da Europa	Pág. 391
Cuba, o açucareiro do mundo	Pág. 414
A situação açucareira em diversos países, vista por especialistas norte-americanos	Pág. 439
Situação das culturas de beterraba em 1939, na Europa	Pág. 492

— H —

HISTORICO

Da industria açucareira polonesa ...	Pág. 30
Depois da malograda colonização de sua capitania, qual o destino de Pero de Goes? — Alberto Lamego	Pág. 45
Origens históricas da industria açucareira em Pernambuco — F. A. Pereira da Costa	Pág. 53
Da irrigação em Porto Rico — R. A. Gonzalez	Pág. 67
O centenario do primeiro polarímetro — D. Sidersky	Pág. 115
Da industria açucareira alemã — capítulo VIII de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 117
Origens históricas da industria açucareira em Pernambuco — F. A. Pereira da Costa	Pág. 138
Origens históricas da industria açucareira em Pernambuco — F. A. Pereira da Costa	Pág. 198
Origens históricas da industria açucareira em Pernambuco — F. A. Pereira da Costa	Pág. 293
Latifundios açucareiros no Brasil — Vasconcelos Torres,	Pág. 322
Da industria açucareira italiana	Pág. 273
O ciclo do açúcar em Campos — Alberto Lamego	Pág. 340
Memoria sobre o preço do açúcar — d. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho	Pág. 451
Tendencias do desenvolvimento e transformações da industria açucareira mundial nos últimos 25 anos — dr. Hugo Ahlfeld	Pág. 465
Da industria açucareira e da lavoura da cana e beterraba na Espanha..	Pág. 510

IMPORTAÇÃO

De açúcar na Grã-Bretanha, em 1939-40	Pág. 94
De açúcar dos EE. UU. pela França. — junho de 1940	Pág. 122
De açúcar pela Noruega, em 1939 . .	Pág. 123
De açúcar pela Suécia em 1938-39 . .	Pág. 123
Decreto do governo do Uruguai, permitindo a importação de 7.000 sacos de açúcar crú.	Pág. 180
Elevação dos impostos sobre a de açúcar, na Bélgica	Pág. 206
De açúcar pelo Egito em 1939-40 . . .	Pág. 308
De açúcar da Índia pela Inglaterra — 1940	Pág. 493
De açúcar pela Bolívia, em 1939	Pág. 494

INOVAÇÕES

Combustível extraído do jacinto	Pág. 408
Suco de laranja em vez de gasolina — Água de bica e pílulas como sucedâneo da gasolina	Pág. 409
Pode-se extrair o açúcar da tâmara? O drama dos carburantes — gardol, nacionine, carburol, um economizador de gasolina	Pág. 456
Açúcar engarrafado	Pág. 488
	Pág. 507

INSCRIÇÃO DE FABRICA

Despachos do Presidente do I.A.A. Do Engenho Vale — Alagoas	Pág. 22
Do Engenho Pedreiras — Pernambuco	Pág. 60
Despachos do Presidente do I.A.A. Transferencia de — requerimento de Cipriano Chaves	Pág. 61
Despachos do Presidente do I.A.A. Transferencia de — requerimento de Cipriano Chaves	Pág. 102
Despachos do Presidente do I.A.A. Transferencia do engenho Sta. Catarina, (Alagoas), para os nomes dos srs. Mario e Ramiro Vieira Mergulhão	Pág. 148
Despachos do Presidente do I.A.A. Transferencia do engenho Sta. Catarina, (Alagoas), para os nomes dos srs. Mario e Ramiro Vieira Mergulhão	Pág. 186
Despachos do Presidente do I.A.A. Transferencia do engenho Sta. Catarina, (Alagoas), para os nomes dos srs. Mario e Ramiro Vieira Mergulhão	Pág. 288
Sobre a existencia de cerca de 30 engenhos não inscritos no I.A.A.	Pág. 326
Despachos do Presidente do I.A.A.	Pág. 328
Despachos do Presidente do I.A.A.	Pág. 387
Despachos do Presidente do I.A.A.	Pág. 479

INSTALAÇÃO DE FABRICA

Montagem de um engenho em Itaguaí	Pág. 60
Montagem de um engenho de aguardente, em Carangola (Minas)	Pág. 412

IRRIGAÇÃO

Dos canaviais de Porto Rico — R. A. Gonzalez	Pág. 67
Caraviais a irrigar — Apolonio Sales	Pág. 518

BRASIL AÇUCAREIRO**LEGISLAÇÃO**

Sobre a regulamentação do decreto-lei n. 1.831	Pág. 4
Decreto-lei n. 2.311, do governo federal, sobre regulamentação da arrecadação das taxas de defesa e estatística	Pág. 19
Decreto-lei 2.600, do governo alagoano, sobre financiamento da safra 1940-41	Pág. 19
Decreto 5.890, do governo federal, prorrogando o prazo para obrigatoriedade de contadores automáticos nas fábricas de aguardente e alcool.	Pág. 21
As autarquias ou entes autárquicos — lição do prof. Mario Bulhão . .	Pág. 48
Decreto-lei 285, do interventor em Sergipe, isentando de impostos 60.000 sacos de açúcar destinados ao exterior	Pág. 98
Decreto-lei 504, do interventor em Pernambuco, autorizando a Cooperativa dos Banguazeiros a contratar empréstimos com o I.A.A.	Pág. 98
O I.A.A. perante o judiciário — caso da Usina Miranda	Pág. 112
Proposta no C.C. para reforma da lei n.º 178	Pág. 149
Decreto-lei 285, do governo sergipano, isentando de impostos 60.000 sacos de açúcar que se destinarem à exportação	Pág. 180
Decreto do governo do Uruguai permitindo a importação de 7.000 toneladas de açúcar crú	Pág. 180
Decreto 1.567 do governo do Paraguarai, estabelecendo a fiscalização do desenvolvimento da industrialização da cana de açúcar	Pág. 181
Decreto 1.937 do governo paraguaio, tornando obrigatório o consumo do carburante nacional	Pág. 182
Projetos Maloney, Cummings e Barry, na legislação estadunidense	Pág. 209
Sobre a regulamentação do decreto-lei n. 1.831	Pág. 269
Lei constitucional n.º 3, do governo federal, sobre competência exclusiva dos Estados na decretação de certos impostos	Pág. 283
Lei constitucional n. 4, do governo federal, sobre a competência da União em tributar a produção e o comércio, combustíveis e lubrificantes líquidos, etc.	Pág. 284
Decreto n. 520, do governo pernambucano, sobre despacho de açúcar, de fabricação banguê, sem certificado de classificação e qualidade	Pág. 284
Decreto-lei n. 2.619, do governo alagoano, determinando que açúcar de engenho só será exportado com certificado de classificação e qualidade	Pág. 285

Sobre reforma da lei n. 178	Pág. 329
Autarquias no direito público brasileiro — Oscar Saraiva	Pág. 330
Decreto n. 531, do governo pernambucano, proibindo a exportação de açúcar de qualquer qualidade sem certificado de classificação	Pág. 385
Aprovação da resolução Cummings nos EE. UU.	Pág. 395
Interpretação da lei 178 na C.E. ...	Pág. 412
Lei estabilizando a indústria açucareira na Austrália	Pág. 396

LIBERAÇÃO DE EXCESSOS

Redistribuição do remanescente do saldo da produção extra-limite de Pernambuco — 1939	Pág. 238.
---	-----------

LIMITAÇÃO

O contingentamento na Polónia — capítulo VII de "Pode a indústria dirigir-se a si mesma?"	Pág. 30
Aumento de quota da Usina Ipanema — Goiaz	Pág. 60
Aumento de quota da Sociedade Cooperativa Pedreira Limitada — Santa Catarina	Pág. 60
Da Usina Cachoeirinha — S. Paulo.	Pág. 60
Incorporação de quota do Engenho S. José — Minas	Pág. 60
Do Engenho Vale — Alagoas	Pág. 60
Incorporação de quotas de diversos engenhos à Usina Itaquerê — São Paulo	Pág. 60
Utilização da quota da Usina S. João pela Usina Ubaense	Pág. 61
Fixação das quotas dos engenhos Vale (Alagoas) e Galante (Sergipe)	Pág. 61
Incorporação da quota do engenho Catucá à Usina Santo Antonio — Alagoas	Pág. 61
Arquivamento do pedido de incorporação de quotas de diversos engenhos à Usina Itaquerê — S. Paulo	Pág. 61
Incorporação de quotas de diversos engenhos à Usina Itaquerê — São Paulo	Pág. 61
Incorporação das quotas dos engenhos de Augusto Vilela Pedras e Alcides Monteiro à Usina Volta Grande — Minas	Pág. 61
Incorporação das quotas dos engenhos de Erotides S. Moura e Maria M. de Carvalho à Usina Santa Maria — Estado do Rio	Pág. 61
Incorporação da quota do engenho de Martiniano Muschik à Usina Volta Grande — Minas	Pág. 61
Incorporação da quota do engenho de José T. Tisano à Usina Pontal ...	Pág. 61
Aumento da quota do engenho Pedreiras — Pernambuco	Pág. 61
Aumento da quota do engenho S. José — Estado do Rio	Pág. 61
Das usinas do país por grupos de capacidade de produção	Pág. 77
Tabela de preços para pagamento do	

açúcar da quota de equilíbrio — safra 1940/41	Pág. 101
O I.A.A. perante o judiciário — sobre fixação da quota da Usina Miranda, de S. Paulo	Pág. 112
O contingentamento na Alemanha — capítulo VIII de "Pode a indústria dirigir-se a si mesma?"	Pág. 117
Incorporação de quotas dos engenhos Santa Brígida, João Vitti, Santa Maria da Ponta do Meio e Cachoeira à Usina Costa Pinto (S. Paulo)	Pág. 147
Incorporação de quota do engenho Primavera à Usina Boa Vista (S. Paulo)	Pág. 147
Sobre o pagamento do saldo apurado com a quota de exportação aos usineiros de Alagoas	Pág. 147
Aumentos de quotas das Usinas Novo Horizonte, Santa Isabel e Tanguá	Pág. 148
Utilização da do engenho Recurso pela Usina Central em Sergipe ..	Pág. 148
Transferencia da quota do engenho Japarutuba para a Usina Cupuava (S. Paulo)	Pág. 148
Transferencia das quotas dos engenhos S. João, S. José, Canal Torto, N. S. da Aparecida às Usinas Santa Rosa e Costa Pinto (Minas) ..	Pág. 148
Pagamento aos produtores de Pernambuco do reajustamento da quota de equilíbrio	Pág. 148
Aviso do Engenho Inhamarema de haver atingido seu limite	Pág. 148
Incorporação da quota do engenho de G. Brino Cenedese & Filhos à Usina Costa Pinto (Minas)	Pág. 148
Idem da quota do engenho Cachoeira à Usina Volta Grande (Minas) ...	Pág. 148
Transferencia de inscrição de quota — requerimento de Cipriano Chaves	Pág. 148
Aumento de quota — caso da Usina Ariadnópolis, no M. da Agricultura	Pág. 174
Aumento das quotas das usinas fluminenses — caso de um advogado no foro de Niteroi	Pág. 175
De açúcar de engenho e rapadura — resolução 19/40 da C.E.	Pág. 184
Quotas do açúcar de cana e beterraba, nos EE. UU. — projeto Maloney	Pág. 209
Quotas de importação de refinados, nos EE. UU. projeto Barry	Pág. 210
O contingentamento na Alemanha — capítulo VIII de "Pode a indústria dirigir-se a si mesma?"	Pág. 224
Quota de importação de Alagoas — importância apurada	Pág. 238
Incorporação da quota do Engenho Bananeira à U. Alegria — (Alagoas)	Pág. 238
Reajustamento das quotas de equilíbrio, na C.E.	Pág. 271
O contingentamento na Italia — capítulo IX de "Pode a indústria dirigir-se a si mesma?"	Pág. 273
Transferencia de quota do engenho Oriental — Incorporação de quotas dos engenhos dos srs. Alki-	

- min Luiz da Silva, Isidro Ferreira Braga, Manuel Pereira de Jesus, Sebastião Francisco do Rego, Joaquim Damasceno Neto, Sebastião Vargas Correia, Florival de Souza Leite, Antonio Romero, Joaquim Pedro de Oliveira e Silva, Joaquim de Siqueira Prado, Albano Zocca, Umberto Aldrovandi, Benedito Moreira dos Santos, Antonio Moreira Ortiz, Antenor Vasconcelos Cardoso, Brazilio Antonio Barbosa, Flamino Domingos Dias, Evangelista Barbosa Sandoval, Ettore Bertoliere, Mariano Ferreira de Sousa, Moisés José Dias, João Manuel Martins, Conceição Justino Pereira, Juvenal Rodrigues da Silva, Domingos Mantovani, Antonio José Filho, Francisco Pinheiro da Silva, Joaquim Vilela dos Reis, José Antonio Siqueira Guilherme dos Reis, Antonio Ribeiro de Oliveira, Evangelista Barbosa Lima, José Alves de Sousa, João de Paula Santos, Américo Rodrigues de Paula, Irmãos Figueiredo, Durval Magalhães de Macedo, Antonio de Souza Freire, Yorio Dok, José Olímpio Martins, Joaquim Pereira Pinho e e Ariki Quiski Pág. 325
- Incorporação de quota do engenho Tonon à Usina Costa Pinto Pág. 326
- Idem do engenho de Vilela & Irmão; do do sr. Domingos Caputo; do do sr. J. P. Vieira e Silva à U. Itaquerê; das usinas de José Gobbi e Américo Moreira da Silva à U. da Pedra; dos de Luiz Breda e Gabriel de Moraes à U. Costa Pinto; do de Luiz Geraldo & Filho à U. Monte Alegre; dos dos srs. Manuel de Azevedo, Manuel Pereira da Silva, José Francisco Cardoso, Antonio Gomes da Silveira, Ambrosina de Vargas Coimbra e Alexandre José V. Machado à U. Santa Isabel (Estado do Rio) Pág. 326
- Do engenho de José Vital de Oliveira à U. Santa Maria Pág. 326
- Do engenho Sta. Catarina à Sto. Antonio (Alagoas) Pág. 326
- Do engenho de José G. de Oliveira à U. Itaquerê Pág. 326
- Do engenho de José Cândido de Sousa à U. Monte Algre Pág. 326
- Aumento de quota da Usina Sta. Terzinha (Minas) Pág. 327
- Incorporação de quotas dos engenhos de Domingos Pinzone, Custodio Teixeira Dutra, Justino Marques Barbosa ao engenho Antonio A. Ribeiro (Minas); dos engenhos de Pedro Colletti, Bartolo Tonon e Felice Zannolli à U. Costa Pinto Pág. 327
- Dos engenhos de José Lopes Medina e Moacir e Nilcéia Vasques Vieira à U. Volta Grande; do engenho Anhumes à U. Campo Verde Pág. 327
- Incorporação de quota do engenho Proteção à U. Alegria; dos engenhos de Vitorio Calegario, Floriano Pinto Sampaio e Raul Lacerda à U. Costa Pinto Pág. 329
- Transferencia de quota do engenho de Moacir e Nilcéia Vasques Vieira à U. Volta Grande; do engenho Anhumas Pág. 328
- Moagem da quota da U. Sta. Rosa nas Usinas S. João e S. Sebastião Pág. 328
- Reajustamento da quota da U. Pitanga (Baía) Pág. 329
- O contingentamento na França — capítulo X de "Pode a industria dirigir-se a si mesma?" Pág. 382
- Aprovação da resolução Cummings nos EE. UU. Pág. 395
- E excesso de produção de açúcar — Francisco Watson Pág. 411
- Fixação das quotas de fornecimento de cana (lei 178) na Comissão Executiva Pág. 412
- Incorporação da quota do engenho S. José à U. Costa Pinto Pág. 412
- Incorporação da do engenho do sr. Geraldo F. Montes à U. Volta Grande (Minas) Pág. 412
- Incorporação da do engenho a usinas provisoriamente Pág. 413
- Incorporação da do engenho de Simão Barbosa ao engenho Varjão (S. Paulo) Pág. 413
- Incorporação das quotas dos engenhos dos srs. Francisco Teotônio Correia, Nilo de Sá Vieira, Heitor de Castro França, José Pedro da Silva, Luiz Veloso da Silva à U. Pedrão Pág. 413
- Incorporação da quota do engenho do sr. Alvaro B. de Miranda à U. Volta Grande Pág. 413
- Incorporação da quota do engenho do sr. Wasmando M. Nogueira à U. Santa Rosa Pág. 414
- Fixação das quotas mensais de exportação para Pernambuco e Alagoas Pág. 454
- Quotas de exportação dos países contratantes da Convenção de Chadbourne — 1930-1935 Pág. 478
- Incorporação de quotas dos engenhos Sacramento, Pacas, Ipiranga, Levada, Tapuia e Unussú à U. Santo Antonio (Alagoas) Pág. 508
- Idem do engenho de Ricardo Moretti e Custodio R. A. Junqueira à U. Varjão (S. Paulo) Pág. 508
- Idem de Serafim T. dos Santos à U. Lambari (S. Paulo) Pág. 508
- Incorporação de quota do engenho Maxicoaba ao engenho Juá (Pernambuco) Pág. 508
- Transferencia de quota da Usina Pumatí para a Usina Santa Teresinha de Jesus (Pernambuco) Pág. 508
- Quota de produção — caso do engenho Sobrado Pág. 508

Incorporação da quota do engenho de Antonio Pedro de Oliveira e Antonio Ribeiro dos Santos à U. Varjão	Pág. 508
Aumento de quota — Usina Ilha Bela	Pág. 508
Incorporação de quota dos engenhos S. José, Domingues e Panela	Pág. 509
Quotas das usinas do Estado do Rio — revisão — memorial da U. Santa Ana S/A.	Pág. 509
Incorporação de quota do engenho de Agelio Doréia à Usina São Francisco	Pág. 509
Incorporação de engenho de Antonio E. A. Pereira à Usina Barra (Pernambuco)	Pág. 509
Idem do engenho de José Augusto Pedro à Usina Volta Grande	Pág. 509
Incorporação da quota do engenho Luz (Pernambuco) à U. Serra Grande (Alagoas)	Pág. 509
Utilização provisória de quota do engenho Roncador na Usina Santo Antonio	Pág. 509
O contingentamento na Espanha — capítulo XI de “Pode a industria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 510

LUBRIFICANTES

O lubrificante nacional — Adrião Caminha Filho	Pág. 13
--	---------

— M —

MAQUINARIO

Auto de apreensão contra o do Engenho Sacramento	Pág. 237
Auto de apreensão contra o do Engenho Boa Esperança	Pág. 237
Sobre substituição do do Engenho Varjão — S. Paulo	Pág. 238
Remoção do de uma fábrica de aguardente de Jerônimo Ometo para Araras (São Paulo)	Pág. 328
Acerca do desmonte e lacramento dos dos engenhos Sacramento, Pacas, Ipiranga, Levada, Tapuia e Unussú	Pág. 508
Sobre o do engenho Roncador e o da Usina Ponte Queimada	Pág. 509

MEDICINA

O coração é uma bomba que exige estimulantes	Pág. 121
A vitamina K e a cana de açúcar	Pág. 154
Sub-alimentação dos operarios que trabalham em usinas de açúcar — Vasconcelos Torres	Pág. 238
O açúcar na dieta — Dr. Joseph Z. Schneider	Pág. 343
O açúcar na cirurgia	Pág. 376
Caldo de cana — D. B. — “Jornal do Brasil”	Pág. 445

BRASIL AÇUCAREIRO

MELAÇOS

Sobre sua combustão	Pág. 36
Sua exportação em Cuba — 1939	Pág. 40
Produção de melaços finais, em Cuba — 1940	Pág. 125
Fabricação dos invertidos em Cuba — 1940	Pág. 209
Sobre o fornecimento de 7 mil toneladas a um comprador novayorkino e a uma empresa uruguaia	Pág. 237
Sobre o fornecimento a uma empresa uruguaia	Pág. 326

MERCADOS

Normalização do fluminense com distribuição de quotas do lote vendido à C. U. N.	Pág. 94
Perspectivas do açucareiro ante a guerra	Pág. 271
Controle do mundial de açúcar pela Inglaterra, ante as necessidades de guerra	Pág. 352
Situação dos da América Central ante a guerra	Pág. 451
Condições atuais dos externos em virtude da guerra “Economia fechada” — “Jornal do Brasil”	Pág. 520

MOAGEM

Compressão da cana de açúcar nas moendas	Pág. 83
Na safra cubana em 1939	Pág. 124
Resultado da das usinas cubanas até abril de 1940	Pág. 208
Da quota da Usina Santa Rosa nas Usinas S. João e S. Sebastião	Pág. 328
De canas do engenho Santa Catarina na U. Sto. Antonio (Alagoas)	Pág. 414
A desintegração da cana antes da moagem	Pág. 450
Do saldo da materia prima da Usina Ponte Queimada na Usina Jatiboca	Pág. 509

MOVIMENTO

Mundial do açúcar — 1925/1938	Pág. 475
---	----------

— O —

ORÇAMENTO

Do I.A.A. — posição em 30-6-940	Pág. 137
Do I.A.A. — posição em 31-7-940.. . . .	Pág. 221
Do I.A.A. — posição em 31-8-940.. . . .	Pág. 320
DO I.A.A. — posição em 30-9-940.. . . .	Pág. 405
Do I.A.A. — posição em 31-10-940.. . . .	Pág. 498

— P —

PLANTADORES

Sobre a situação dos fluminenses ante os usineiros — “Correio da Manhã”	Pág. 259
---	----------

PLUVIOMETRIA

- Plano de previsão das safras de açúcar — Gileno Dé Carli Pág. 499

POLARIZAÇÃO

- O centenário do primeiro polarímetro — D. Sidersky Pág. 115

PREÇOS

- Do açúcar, no país — junho de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 71
 Idem Idem, durante junho de 1940 — medias mensais Pág. 74
 Tabela para pagamento do açúcar da quota de equilíbrio - safra 1940-41 Pág. 101
 Sobre os que são pagos por cana aos lavradores argentinos Pág. 124
 De açúcar, no país — julho de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 155
 Idem Idem, durante julho de 1940 — medias mensais Pág. 158
 Sua regularização na Venezuela Pág. 122
 Durante o mês de agosto de 1940, de açúcar, no país Pág. 243
 Do açúcar refinado em 38 países — 1938-39 Pág. 281
 De açúcar na Índia em 1939-40 Pág. 308
 Aumento dos de açúcar no Canadá, em 1939 Pág. 310
 De açúcares de todos os tipos nas praças nacionais — setembro de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 336
 De açúcar, nas praças nacionais, durante setembro de 1940 Pág. 339
 De açúcar, nas praças nacionais — outubro de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 422
 De açúcar, no país, durante o mês de outubro Pág. 426
 Memoria sobre o do açúcar — d. José Joaquim da Cunha de Azere-do Coutinho Pág. 451
 Medios do açúcar bruto na bolsa de Nova York — 1900-1937 Pág. 476
 De açúcar no país — novembro de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 513
 De açúcar no país durante o mês de novembro de 1940 Pág. 516

PRODUÇÃO

- Sobre as estimativas da de açúcar em 1940-41 Pág. 3
 Escrituração da de 1940-41, no país. Pág. 4
 Nos países afetados pela guerra — 1934-39 Pág. 10
 Divisão geográfica da de açúcar, no mundo — 1938-40 Pág. 12
 Da baga de mamona, no país — art. Caminha Filho Pág. 13
 De açúcar de beterraba, na Europa — 1938-40 Pág. 37
 De açúcar de beterraba na Dinamarca, Suécia, Lituania, Japão, Maurício e Egito — 1939 Pág. 37
 Anual, de álcool, na Bélgica Pág. 57
 De açúcares de usina, no país — ju-

- nho de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 71
 Total, de açúcar, no país — posição em 30-6-40 Pág. 72
 De açúcar, na Bélgica, em 1939-40 Pág. 122
 De açúcar, na Dinamarca e Hungria — 1938-39 e 1939-40 Pág. 122
 De açúcar, na Itália, Suécia, Japão, Cuba, S. Domingos, Java e Porto Rico — 1939-40 Pág. 123
 De açúcar, em 1939, no Hawai Pág. 126
 De açúcar, no país — julho de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 155
 Total de açúcar, no país — posição em 31-7-940 Pág. 156
 Safras açucareiras mundiais — 1937-38 1938-39 e 1939-40 — Willett and Gray Pág. 162
 De S. Paulo, com especificações e valor — “O Diario” Pág. 167
 De álcool motor, no país, de 1932 a 1939 Pág. 168
 Sobre a de 1940-41, de açúcar, no país — primeiros dois meses Pág. 173
 Resolução 19/40, da C.E., sobre a extra-limite de engenho de açúcar e rapadura Pág. 184
 Sobre o crescente excesso da de açúcar, no país — comunicado do I.A.A. Pág. 193
 Cubana, de açúcar, até março de 1940 — por usina Pág. 208
 Do México, de açúcar, em 1939/40 Pág. 212
 Sobre o aumento da de açúcar, no país, de 1933 a 1940 Pág. 233
 De açúcar, no país — agosto de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 240
 Total de açúcar, no país — posição em 31-8-940 Pág. 241
 De açúcar, na Itália — 1939-40 Pág. 245
 De açúcar de cana e beterraba, nos EE. UU. — 1939 Pág. 250
 Safras açucareiras mundiais — Willett & Gray — retificação Pág. 269
 Sobre o desenvolvimento da de álcool motor — exposição do chefe da secção respectiva Pág. 270
 De açúcar, na França, em 1939-40 Pág. 307
 De açúcar, na Holanda — 1939-40 Pág. 307
 De açúcar, na Iugoslavia em 1939-40 Pág. 307
 De açúcar, na Rumania, Suíça, Turquia, Egito, Índia — 1939-40 Pág. 380
 De açúcar, no Manchukuo — 1939-40 Pág. 309
 De açúcar do Canadá Pág. 310
 De açúcar, da Austrália Pág. 310
 Açucareira mundial — 1937-38 — 1938-39 e 1939-40 Pág. 316
 Sobre a de rapadura e de açúcar de engenho — ante-projeto na C.E. Pág. 327
 Total dos tipos de açúcares de usinas e engenhos — setembro de 1937, 38, 39 e 40 Pág. 336
 Total de açúcar e álcool, no país — posição em 30-9-40 Pág. 337
 De açúcar de Java em 1940 — estimativa Pág. 309
 Sobre a de açúcar e álcool, no país, no mês de setembro de 1940 Pág. 357
 Defesa da açucareira — Nelson Cou-

tinho	Pág. 374
Resolução 21/40 da C.E. sobre a extra-limite e redistribuição dos saldos na safra 1940/41	Pág. 386
De açúcar bruto no sudoeste europeu — 1937 a 1939	Pág. 392
Limitação e excesso de produção de açúcar — Francisco Watson	Pág. 411
Total dos tipos de açúcar de usinas e engenhos — outubro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 423
Total de açúcar no país — posição em 31-10-940	Pág. 424
Situação da nossa, ante as perspectivas dos mercados externos	Pág. 451
Sobre a conduta do I.A.A. ante as usinas fluminenses que excederem a margem bonificada	Pág. 451
Financiamento da do banguê em Pernambuco e Alagoas	Pág. 453
Açucareira mundial — 1900-1914	Pág. 469
Açucareira mundial — 1914-1925	Pág. 470
Açucareira mundial — 1926-1938	Pág. 471
Açucareira mundial — por países — 1900-1938	Pág. 472
De beterraba, na França, em 1940	Pág. 493
De açúcar, na Rumania, em 1939-40	Pág. 493
De açúcar na Rússia — 1939-40	Pág. 493
De açúcar, na União Sul-Africana — 1939-40	Pág. 493
De açúcar no Japão — 1939-40	Pág. 493
Da Argentina — 1935-1939	Pág. 494
De açúcar, no Hawaí — 1939-40	Pág. 495
De açúcar de todos os tipos no país — novembro de 1937, 38, 39 e 40	Pág. 513
Total de açúcar no país — posição em 30-11-940	Pág. 514

PROTECCIONISMO

A política protecionista dos Estados Unidos e a industria açucareira de Cuba	Pág. 305
--	----------

PUBLICAÇÕES

Reapareceu o "Archief"	Pág. 77
Recebidas: "O Eco" — "Revista do I.R.B. — "Manual prático do "chauffeur" sem mestre", de M. Antunes Filho — "Catálogo dos insetos encontrados em Pelotas e seus arredores" — "Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco" — "Anuario Azucarero de Cuba" — "Memoria explicativa de um mapa geológico" — "Distribución de enemigos naturales de las moscas de las frutas para su control biológico" — Diversas	Pág. 83
Sobre a impressão das da Secção de Estatística	Pág. 92
"Dois livros sobre o açúcar" — Breno Pinheiro — Uma carta do tenente-coronel Inacio José Veríssimo	Pág. 131

Recebidas: "Anuario Estatístico do Brasil — 1938; "Trabalhos do Ministerio da Agricultura da Republica Argentina" — "Historia Contemporanea do Açucar no Brasil" — Gileno Dé Carli — "Aspectos açucareiros de Pernambuco" — Gileno Dé Carli — "Publicações do Instituto Nacional de Tecnologia — Diversas	Pág. 164
---	----------

Recebidas: "Dois anos de administração — Novais Filho" — "Boletim do porto do Recife — 1940" — "Revista do Serviço Público" — "Padronização dos orçamentos estaduais e municipais" — "Uma publicação da estação experimental do frio de Montevideu" — "Mamona, a baga que vale ouro" — "La industria azucarera en la Republica Argentina" — "Alcool e destilaria — prof. Jaime Rocha de Almeida" — "Revista de Estadística Municipal de la ciudad de Buenos Aires" — "ABC do motor Diesel — M. Antunes Filho" — "Publicações da estação experimental agrícola de Tucuman" — Diversas	Pág. 254
--	----------

Nota sobre o Anuario Açucareiro de 1940	Pág. 265
---	----------

"Aspectos Açucareiros de Pernambuco" — Agamenon Magalhães	Pág. 292
---	----------

Recebidas: — Brazil Today" — "Estudio sobre metodos para la investigacion de azucars en las melazas — R. Saccone e H. Tabler — "Consumo de alimentos en la zona urbana de Puerto Rico — Diaz Pacheco; "Relatorio de Comissão de vendas dos Usineiros de Alagoas — 1940; "Publicações do Ministerio do Fomento do Perú"; "Finanças do Brasil"; "Boletim Técnico da Secretaria de Viação e Obras Públicas de Pernambuco Diversas	Pág. 350
--	----------

Recebidas: "Brasil — 1939-40" — "Boletim do Ministerio da Agricultura, Comercio e Industria do Paraguai" — "Boletim Estatístico do Espirito Santo" — "Terra fluminense — Azevedo Filho" — "A Santa Inquisição do Café — Benedito Mergulhão" — "Utilización de un subproducto de la industria azucarera" — Enrique Casanovas — "El alcohol y el petroleo en la Republica Argentina" — Diversas	Pág. 441
Sobre o "Anuario Açucareiro" de 1940	Pág. 450

Recebidas: "Prefeitura do Distrito Federal 1940" — "Publicações do Ministerio da Agricultura 1940" — "Ligação ferroviaria Brasil-Bolivia" — "Boletim do Instituto Nacional do Mate" — "Revista de Agricultura, Industria y Comercio de Porto Rico" — Diversas	Pág. 519
---	----------

PUBLICIDADE

- Exposição de cana de açúcar e derivados, em Campos Pág. 29

— Q —

QUIMICA

- Relação entre a viscosidade e a supersaturação nas soluções industriais de açúcar Pág. 6
 Poder adoçante do açúcar Pág. 12
 O uso do ácido fosfórico na fabricação do açúcar de cana Pág. 29
 Combustão de melaço Pág. 36
 Modificação da fórmula de desnaturação do álcool etílico, na França .. Pág. 57
 Filtração dos caldos de cana de açúcar Pág. 66
 Observações sobre o emprego de filtros rotativos Pág. 70
 Da preparação dum ênzima Pág. 97
 A influencia da inversão parcial da sacarose dos caldos de beterraba sobre a marcha da fermentação .. Pág. 114
 Xaropes invertidos concentrados — Pedro Menendez Lees Pág. 127
 Processo de sulfitação do açúcar branco na Índia Pág. 239
 Por que os refinadores impugnam o recebimento dos cristais molhados? — Ademar Vieira Pág. 231
 Composição química dos caldos de variedades cultivadas na Luiziana.. Pág. 266
 O problema da decantação — J. G. Alves Pimentel Pág. 347
 Materias estranhas na cana Pág. 396
 Novo sistema para medir a garapa .. Pág. 402
 Pode-se extrair o açúcar da tâmara? Pág. 456

RACIONAMENTO

- De açúcar, em varios países europeus Pág. 122
 De açúcar, na Inglaterra Pág. 206
 De açúcar, na Alemanha, França, Inglaterra, Italia, Hungria, Holanda, Suíça, Noruega e União Soviética Pág. 244
 De varios carburantes, na Espanha, França, Inglaterra e Italia Pág. 279

RAPADURA

- Sobre a produção extra-limites de engenhos de — resolução 1940 da C.E. Pág. 184
 Em torno da cobrança da taxa sobre — resolução 20/40 da C.E. Pág. 184
 Sobre comentarios de "A União" em torno da política do I.A.A. em relação à rapadura Pág. 264
 Cobrança da taxa de defesa e estatística sobre — ante-projeto na C.E. Pág. 327
 Sobre a produção extra-limite de — ante-projeto na C.E. Pág. 327
 Existencia de cerca de 30 engenhos, de, não inscritos no I.A.A. Pág. 328

BRASIL AÇUCAREIRO**REAJUSTAMENTO**

- De vencimentos do funcionalismo do I.A.A. Pág. 6
 Proposta para uma comissão mixta estudar o assunto acima Pág. 149
 Declaração do Conselho Consultivo sobre o mesmo assunto Pág. 329

REFINARIA

- Por que os refinadores impugnam o recebimento dos cristais molhados? — Ademar Vieira Pág. 231
 Sobre o funcionamento da da Usina De Cillo — S. Paulo Pág. 328
 Fabrico das refinarias canadenses em 1940 Pág. 494

REGISTRO

- Do engenho Bom Retiro — Pernambuco Pág. 148
 Do Engenho Jundiá de Cima Pág. 237
 Do engenho Oriental Pág. 325
 Transferecia do do engenho Capivara — (Alagoas) Pág. 509

RENDIMENTO

- De açúcar, por hectare, em varios países — 1934 a 1938 Pág. 466
 Da beterraba, por hectare, na Dinamarca, em 1940 Pág. 492
 Da cana, na Argentina, em 1938 Pág. 494
 Estimativa do da beterraba, por hectare, nos Estados Unidos, em 1940 Pág. 495
 De variedades de cana de Porto Rico Pág. 518

RETROVENDA

- Início das operações para Alagoas e Pernambuco — 1940 Pág. 413

RETURBINIZAÇÃO

- De açúcar, na Usina Olho Dagua Pág. 508

— S —

SAFRAS

- De beterraba, na Irlanda, em 1940.. Pág. 123
 Estimativa da de açúcar de S. Domingos — 1939-40 Pág. 125
 Limitação oficial da de Java em 1940 Pág. 125
 Novo "record" da australiana de açúcar em 1940 Pág. 126
 De açúcar, em 1939, no Hawai Pág. 126
 Defesa da do Brasil em 1940-41, na C.E. Pág. 147
 Açucareiras mundiais — 1937 a 1940 — Willett & Gray Pág. 162
 Resultados da brasileira de açúcar, em 1940-41, nos dois primeiros meses Pág. 173
 Término da moagem da cubana, em 1940 Pág. 208

Açucareira, nos EE. UU., em 1939 ..	Pág. 250	sobre regulamentação da arrecadação das taxas de defesa e estatística e dá outras providencias	Pág. 19
Perspectiva da de açúcar, na Europa, em 1940 ..	Pág. 252	Falta de pagamento de taxas pela Usina Jatiboca ..	Pág. 60
Açucareiras mundiais — Willett & Gray — retificação ..	Pág. 269	Sobre sonegação de taxas por uma usina de Macaé: "Forçando a mão" — "Jornal do Brasil"; "Produziu clandestinamente 118.020 sacos de açúcar — "Correio da Noite"; "Os interesses do Estado acima de quaisquer injunções" — "A Tarde"	Pág. 84
Açucareiras mundiais — 1937-38 — 1938-39 e 1939-40 ..	Pág. 316	Decreto-lei 285, do interventor em Sergipe, isentando de impostos 60.000 sacos de açúcar que se destinarem à exportação ..	Pág. 98
Situação da de Sergipe em setembro de 1940 ..	Pág. 327	Art. 6.º do decreto lei 504, do interventor em Pernambuco, criando taxa especial sobre açúcar de engenho ..	Pág. 99
De açúcar em 1940 — Cuba ..	Pág. 394	Resolução da C.E. sobre o regime atual das taxas de defesa ..	Pág. 147
Da União Sul-Africana — 1934-40..	Pág. 493	Sobre comissões pagas aos coletores federais pela arrecadação das taxas de engenhos ..	Pág. 147
De açúcar, na Argentina, em 1940..	Pág. 494	Decreto-lei 285, do governo sergipano, isentando de imposto 60.000 sacos de açúcar que se destinarem à exportação ..	Pág. 180
Plano de previsão das de açúcar — Gileno Dé Carli ..	Pág. 499	Resolução 20/40, da C.E., dispoondo sobre cobrança da taxa sobre açúcar de engenho e rapadura ..	Pág. 184
SALDOS		Elevação dos impostos sobre importação de açúcar, na Bélgica ..	Pág. 206
Redistribuição do das usinas sergipanas na safra 39-40 ..	Pág. 147	Idem sobre os do consumo, na Índia	Pág. 207
Pagamento do apurado p/conta do. açúcar extra-limite de Alagoas..	Pág. 147	Criado novo imposto sobre a exportação de açúcar, em S. Domingos...	Pág. 211
Redistribuição do remanescente do da produção extra-limite de Pernambuco ..	Pág. 238	Lei constitucional n.º 4, do governo federal, sobre competencia da União em tributar a produção e o comercio, combustiveis e lubrificantes líquidos, etc.	Pág. 284
SOLOS		Cobrança das taxas de defesa e estatística sobre açúcar de engenho e rapadura — ante-projeto na C.E.	Pág. 327
Solos e adubos — W. W. G. Moir ...	Pág. 62	Elevação do imposto de restrição sobre a gasolina na Espanha ..	Pág. 279
A irrigação dos canaviais de Porto Rico — R. A. Gonzalez ..	Pág. 67	Pedido de dispensa da cobrança da taxa sobre banguês, em Minas ...	Pág. 412
Sugestões para melhorar e conservar a fertilidade dos solos — Dionisio I. Aquino ..	Pág. 79	Pagamento de taxas por A. Fonseca & Cia.	Pág. 413
SORGO		Cobrança de taxas à Usina Recurso (Maranhão) ..	Pág. 508
Possibilidades de sua utilização para produzir açúcar e alcool ..	Pág. 194	Pagamento de taxas — requerimento de d. Belmira Rezende (Minas)..	Pág. 509
SUB-PRODUTOS		— U —	
Farelo de cana — Sua adoção no Exército ..	Pág. 95	USINAS	
O bagaço e sua utilização nos EE. UU.	Pág. 197	Sua limitação por grupos de capacidade de produção ..	Pág. 77
Papel de celulose ..	Pág. 214	Cucaú — Pernambuco — conclusão de sua destilaria ..	Pág. 147
Plano industrial para incrementar a fabricação de papel de imprensa — Ernesto Geiger ..	Pág. 312	A maior da Europa ..	Pág. 150
O bagaço da cana como materia prima para o fabrico de papel ..	Pág. 430	Inauguração da destilaria da U. Quisaman ..	Pág. 269
— T —			
TRANSFERENCIA DE ENGENHO			
Remoção de fábrica de aguardente de Jerônimo Ometo para Araras (São Paulo) ..	Pág. 328		
De Joaquim José de Aquino, do Ceará para o Rio Grande do Norte	Pág. 328		
TRANSPORTE			
De açúcar, em Minas, pelos vagões da Leopoldina ..	Pág. 412		
TRIBUTAÇÃO			
Decreto-lei 2.311, do governo federal,			
BRASIL AÇUCAREIRO		DEZEMBRO, 1940 — Pág. 91	

— V —

VARIEDADES

Sobre o aparecimento de duas novas em Mauricio	Pág. 142
Composição química dos caldos das variedades cultivadas na Luiziana	Pág. 266
Novas variedades na Ilha Mauricio..	Pág. 272
Uma variedade paulista da cana de açúcar	Pág. 346
Obtenção da B. 3013 em Barbados..	Pág. 386
Experiencias com as cultivadas na	

Luiziana	Pág. 544
Rendimentos das de Porto Rico	Pág. 518

VENDAS

De 140 sacos apreendidos à Usina Lambarí	Pág. 61
Valor das nossas de açúcar para a Europa, antes e depois de 1914..	Pág. 166
Sobre a de 10.500 hectolitros de álcool à Espanha	Pág. 270
De açúcar, para consumo e exportação, no Canadá, em 1939	Pág. 494

INDICE POR ESTADOS E PAISES

— A —

ALAGOAS

Decreto-lei 2.600, do governo local, dispondo sobre o financiamento da safra 1940-41	Pág. 19
Financiamento de banguês na C.E. do I.A.A.	Pág. 60
Decreto-lei n. 2.619, do governo local, determinando que açúcar de engenho só será exportado com certificado de classificação e qualidade	Pág. 285
Membros da Comissão de Vendas e Defesa do Açúcar Banguê	Pág. 359
Financiamento do seu açúcar banguê	Pág. 453

ALEMANHA

Sobre sua industria açucareira — capítulo VIII de "Pode a industria dirigir-se-a si mesma?"	Pág. 117
O contingentamento na — capítulo VIII de "Pode a industria dirigir-se a si mesma?"	Pág. 224
Racionamento do açúcar	Pág. 244
Reforçada sua posição, em 1940, como produtora de açúcar	Pág. 253

ARGENTINA

Agitação entre lavradores da cana, em Tucuman	Pág. 124
Situação da industria açucareira em 1939	Pág. 208
Situação açucareira em 1939-40	Pág. 309
A Argentina e o açúcar — "Jornal do Brasil"	Pág. 353
Produção de açúcar — 1935-39 — rendimentos da cana, em 1938	Pág. 494

AUSTRALIA

Produção e exportação de açúcar em 1939-40	Pág. 126
Sobre o suprimento de fertilizantes à sua lavoura canavieira — Produção de açúcar em 1939-40	Pág. 310
Progride a industria do açúcar na Australia — Colin W. Waddell	Pág. 324

BRASIL AÇUCAREIRO

Lei estabilizando a industria açucareira	Pág. 396
--	----------

— B —

BELGICA

Situação açucareira em 1939	Pág. 37
Produção de álcool industrial — 1939	Pág. 57
Situação açucareira em 1939-40	Pág. 122
Novos impostos sobre o açúcar	Pág. 206
Sua economia açucareira	Pág. 246

BOLIVIA

Importação de açúcar em 1939	Pág. 494
--	----------

BULGARIA

Fomento do cultivo da beterraba	Pág. 307
---	----------

— C —

CANADA'

Aumento nos preços do açúcar	Pág. 310
Fabrico de açúcar refinado — vendas para consumo e exportação — importação de açúcar — 1939-40	Pág. 494

CHINA

Instalação de uma filial da "Meiji Sugar Manufacturing Company", em Shanghai	Pág. 208
--	----------

CUBA

Movimento açucareiro em 1939	Pág. 40
Término da moagem e produção de melaços finais	Pág. 124
Movimento da safra de 1940	Pág. 209
Sobre a política protecionista dos Estados Unidos e a sua industria açucareira	Pág. 305
Safra açucareira em 1940	Pág. 394
Novas diretrizes para a adubação da cana	Pág. 400
Cuba, o açucareiro do mundo — Charles Morrow Wilson	Pág. 414

— D —

DINAMARCA

- Movimento açucareiro — 1939 Pág. 37
 Produção e consumo em 1938-39 e
 39-40 Pág. 122
 Aumento das áreas de plantio de be-
 terraba e rendimento por hectare Pág. 492

— E —

EGITO

- Consumo de açúcar em 1939 — Idem
 “per capita” Pág. 40
 Fornecimento de açúcar ao Sudã .. Pág. 207
 Produção, consumo e importação de
 açúcar em 1939-40 Pág. 308

ESPAÑA

- Situação dos carburantes — impostos
 sobre a gasolina Pág. 279
 Histórico de seu açúcar — contingen-
 tamento — capítulo XI de “Pode
 a indústria dirigir-se a si mesma?” Pág. 510

ESTADO DO RIO

- Acordo entre usineiros e fornecedo-
 res Pág. 267
 O ciclo do açúcar em Campos — Al-
 berto Lamego Pág. 340

ESTADOS UNIDOS

- Situação do açúcar: aumento de 8,43
 por cento em 5 anos; consumo “per
 capita”; setembro, o mês de maior
 entregas — estoques Pág. 40
 Exportação de açúcar em 1940 Pág. 125
 Utilização industrial do bagaço Pág. 197
 Sobre os projetos de lei Maloney e
 Barry Pág. 209
 Sobre sua safra açucareira em 1939. Pág. 250
 Situação do açúcar de bordo em 1940 Pág. 378
 Sobre entregas e estoques de açúcar
 em 1940 — Aprovação da resolu-
 ção Commings Pág. 394
 Exportação de açúcar, de janeiro a
 agosto de 1940 — área beterrabei-
 ra para 40-41 e produção do açu-
 car de beterraba para a safra de
 1941 Pág. 494

— F —

FILIPINAS

- Sobre a situação de sua indústria
 açucareira em 1940 Pág. 304
 Situação açucareira — escassez e ex-
 cesso de açúcar Pág. 394

BRASIL AÇUCAREIRO**FRANÇA**

- Situação açucareira em 1939 Pág. 38
 Modificação na fórmula de desnatu-
 ração do álcool etílico Pág. 57
 Importação de açúcar refinado dos
 Estados Unidos Pág. 122
 Crise de carburantes Pág. 279
 Produção e consumo de açúcar em
 1939-40 Pág. 307
 Plantação de cana de açúcar na Gui-
 né Pág. 311
 Sobre o contingentamento de seu açu-
 car — capítulo X de “Pode a in-
 dústria dirigir-se a si mesma?... Pág. 382
 Diminuição da produção beterrabeira,
 em 1939 Pág. 493

— G —

GRECIA

- Utilização do açúcar de uva Pág. 257

GUATEMALA

- Produção e consumo de açúcar em
 1939 Pág. 310

— H —

HAWAÍ

- Produção e safra de açúcar em 1939. Pág. 126
 Sobre sua situação açucareira em
 1939 Pág. 211
 Situação do açúcar — controle de pa-
 rasitas Pág. 311
 Censo açucareiro em 1939 Pág. 495

HOLANDA

- Racionamento do açúcar Pág. 245
 Produção, exportação e consumo de
 açúcar, em 1939-40 Pág. 307

HUNGRIA

- Consumo e produção de açúcar até
 31 de agosto de 1939 Pág. 122
 Situação açucareira, em 1939-40 Pág. 245
 Situação das beterrabas em 1940 ... Pág. 307
 Produção e consumo de açúcar em
 1939 Pág. 493

— I —

INDIA

- Situação do álcool combustível Pág. 58
 Situação açucareira Pág. 207
 Produção e preços do açúcar em
 1939-40 Pág. 308

INGLATERRA

- Situação de seu mercado de açúcar
 ante a guerra Pág. 206

DEZEMBRO, 1940 — Pág. 93

Controle do governo na economia açucareira — Quotas para as indústrias inglesas	Pág. 245
A Inglaterra e o açúcar — “Jornal do Brasil”	Pág. 258
Medidas restritivas sobre o consumo de essencia	Pág. 280
Medidas para controlar o mercado açucareiro, ante as necessidades de guerra — “Jornal do Brasil”	Pág. 352
Sobre o abastecimento de açúcar para a metrópole pelas colonias	Pág. 393
Importação de uma partida de 200 mil toneladas de açúcar da Índia	Pág. 493

IRAN

Tentativas para o plantio da cana-planta	Pág. 393
--	----------

IRLANDA

Safra de beterraba e consumo de açúcar em 1940	Pág. 123
--	----------

ITALIA-

Produção de álcool de beterraba; Alcool à base de madeira; Ampliação de uma destilaria de álcool etílico	Pág. 123
Produção e consumo de açúcar em 1939-40	Pág. 123
Produção de álcool à base de uma nova planta	Pág. 232
Sobre seu suprimento de açúcar	Pág. 245
Aumento da área de plantio de beterrabas	Pág. 254
Sobre o contingentamento de açúcar — capítulo IX de “Pode a indústria dirigir-se a si mesma?”	Pág. 273
Situação dos carburantes em 1940 — racionamento	Pág. 280

IUGOSLAVIA

Produção de açúcar em 1939-40; consumo em 1938-39	Pág. 307
---	----------

— J —**JAPÃO**

Movimento açucareiro em 1939	Pág. 38
Produção de açúcar — falta do produto — para o consumo em 1940	Pág. 123
Produção e consumo, na safra 1939-40	Pág. 494

JAVA

Exportação, estoques, produção safras em 1940	Pág. 125
Estimativa da produção de açúcar em 1940; estoques e exportações	Pág. 309

BRASIL AÇUCAREIRO**— L —****LITUANIA**

Movimento açucareiro em 1939	Pág. 38
--	---------

— M —**MANCHUKUO**

Plano para aumentar a produção de beterrabas; combate às pragas da lavoura beterrabeira	Pág. 309
---	----------

MAURICIO

Área canavieira — Produção de açúcar — Mercado do produto em 1939	Pág. 39
---	---------

MEXICO

Produção e consumo de açúcar — 1934 a 1939	Pág. 212
--	----------

MINAS GERAIS

Criação do Sindicato local de Usineiros de Açúcar e Alcool	Pág. 60
--	---------

— N —**NORUEGA**

Movimento açucareiro — 1939	Pág. 37
Importação e racionamento de açúcar em 1939	Pág. 123
Situação açucareira em 1940 e racionamento do açúcar	Pág. 246

— P —**PARAGUAI**

Decreto 1.567, estabelecendo a fiscalização do desenvolvimento da indústria da cana de açúcar	Pág. 181
Decreto 1.937, declarando obrigatório o consumo do carburante nacional	Pág. 182
Financiamento aos industriais de açúcar pelo Banco Agrícola	Pág. 395

PERNAMBUCO

Origens históricas de sua indústria açucareira — F. A. Pereira da Costa	Pág. 53
Decreto-lei 504, do interventor local, autorizando a Cooperativa dos Banguizeiros a contratar empréstimos com o I.A.A.	Pág. 98
Origens históricas de sua indústria açucareira — F. A. Pereira da Costa	Pág. 138
Origens históricas de sua indústria açucareira — F. A. Pereira da Costa	Pág. 198
Financiamento, na entre-safra, aos	

seus banguazeiros Pág. 251

Decreto 520, do governo local, sobre despacho de açúcar de fabricação banguê com certificado de classificação e qualidade Pág. 284

Origens históricas de sua industria açucareira — F. A. Pereira da Costa — (conclusão) Pág. 293

Inaugurada a "Distilaria Central Presidente Vargas" Pág. 361

Decreto n.º 531, do governo local, proibindo a exportação de açúcar de qualquer qualidade sem certificado de classificação Pág. 385

Defesa do seu açúcar banguê pela respectiva Cooperativa Pág. 453

Carga e descarga mecânica de açúcar no seu porto Pág. 512

PERÚ

Parasitas da broca da cana Pág. 323

POLONIA

O contingentamento do açúcar — capítulo VII de "Pode a industria dirigir-se a si mesma?" Pág. 30

Sobre a situação da sua industria açucareira — entrevista do sr. Roman A. Przeworski Pág. 380

PORTO RICO

Situação açucareira em 1940 Pág. 125

Experiências com a cana de açúcar. Rendimentos das suas variedades de cana Pág. 518

PORTUGAL

Sobre o problema da produção do alcool em Angola Pág. 232

Açúcar do Brasil para Portugal Pág. 452

Fixação do consumo provavel em 1940-41 Pág. 493

— R —

RUMANIA

Produção de açúcar bruto em 1939-40 Pág. 308

Produção e consumo de açúcar em 1939-40 — fábricas existentes até aquela data Pág. 493

— S —

SÃO DOMÍNGOS

Safra açucareira de 1939-40 — Consumo e exportação em 1939 Pág. 125

BRASIL AÇUCAREIRO

Criado um novo imposto sobre exportação de açúcar Pág. 211

SERGIPE

Decreto-lei 285, do interventor local, dispondo sobre isenção de impostos sobre 60.000 sacos de açúcar que se destinarem à exportação. Pág. 98

Redistribuição de saldos de usina Pág. 147

Decreto-lei 285, do governo local, isentando de impostos 60.000 sacos de açúcar que se destinarem à exportação Pág. 180

Situação da sua safra de açúcar em setembro de 1940 Pág. 327

Há mosaico em Sergipe — Adrião Caminha Filho Pág. 398

Financiamento de 50.000 sacos de Açúcar do comercio livre local Pág. 413

SUECIA

Situação açucareira em 1938-39 Pág. 37

Produção, consumo, importação e exportação de açúcar em 1939-40 Pág. 123

SUIÇA

Controle da industria açucareira Pág. 246

Produção de açúcar em 1939-40 e consumo em 1938-39 Pág. 308

— T —

TRINIDAD

Experiências com a cana de açúcar Pág. 432

TURQUIA

Produção e consumo de açúcar, em 1939-40 — areas de plantio Pág. 308

— U —

UNIÃO SOVIETICA

Situação açucareira em 1939-40 Pág. 246

Areas de plantio de beterraba a 1.º de maio de 1939 Pág. 308

Produção, consumo de açúcar em 1939-40 — quotas internacionais de exportação — 1940 Pág. 493

UNIÃO SUL-AFRICANA

Safras açucareiras 1934 a 1939 Pág. 494

URUGUAI

Permitida a importação de açúcar crú Pág. 180

— A —

- Ahlfeld (dr. Hugo) — Tendencias do desenvolvimento e transformações da industria açucareira mundial nos últimos 25 anos Pág. 465
- Aquino (Dionisio I.) — Sugestões para melhorar e desenvolver a fertilidade dos solos Pág. 79
- Azeredo Coutinho (d. José Joaquim da Cunha de) — Memoria sobre o preço do açúcar Pág. 457

— B —

- Beauchamp (C. E.) — Novas diretrizes para a adubação da cana em Cuba. Pág. 400
- Borden (R. J.) — Aplicações do nitrogênio (resumo) Pág. 444
- Bulhão (Mario) — As autarquias ou entes autárquicos — (palestra) Pág. 48

— C —

- Caminha Filho (Adrião) — O lubrificante nacional Pág. 13
- Caminha Filho (Adrião) — I:I:I Pág. 107
- Caminha Filho (Adrião) — Sobre o despalhe e sobre o palhiço da cana de açúcar Pág. 175
- Caminha Filho (Adrião) — Há mosaico em Sergipe Pág. 398
- Cassoutte (Paul) — Pode-se extrair o açúcar da tâmara? — (resumo) Pág. 456
- Coutinho (Nelson) — Defesa da produção açucareira Pág. 374
- Crespo (Estanislao S.) — A política protecionista dos Estados Unidos e a industria açucareira de Cuba — (resumo) Pág. 305
- Cross (William E.) — O bagaço da cana como materia prima para o fabrico de papel Pág. 430
- Cross (William E.) — A importancia da entrega da cana fresca à usina — (palestra) Pág. 436

— D —

- D. B. — Caldo de cana Pág. 445
- Dé Carli (Gileno) — O combustivel e a guerra Pág. 7
- Dé Carli (Gileno) — O açúcar e a guerra — (palestra) Pág. 51
- Dé Carli (Gileno) — O combustivel e a guerra Pág. 96
- Dé Carli (Gileno) — Consumo de açúcar em 1939 Pág. 176
- Dé Carli (Gileno) — O governo do Presidente Vargas, impulsionou a industria açucareira brasileira — (entrevista) Pág. 377
- Dé Carli (Gileno) — Plano de previsão das safras de açúcar Pág. 499

— F —

- Faroux (Charles) — O drama dos carburantes Pág. 486

— G —

- Geiger (Ernesto) — Plano industrial para fabricação de papel de imprensa Pág. 312
- Gonzalez (R. A.) — A irrigação dos canaviais de Porto Rico Pág. 67
- Gordon (A.) — Emprego da cianamida de calcio — (resumo) Pág. 390
- Gray (Willett and) — Safras açucareiras mundiais Pág. 162
- Gray (Willett and) — Safras açucareiras mundiais Pág. 316
- Guaraná (Luiz) — Carta ao Presidente do I.A.A. Pág. 422
- Gyulay — Relação entre a viscosidade e a supersaturação nas soluções industriais de açúcar (resumo) Pág. 6

— H —

- Habif (N.) — Combustão de melação — (resumo) Pág. 36
- Hance (F. E.) — Análise da folha da cana e adubação — (resumo) Pág. 58

— I —

- Inojosa (Joaquim) — Institutos Pág. 168

— J —

- Jenkins (G. H.) — Observações sobre o emprego de filtros rotativos — (resumo) Pág. 70

— K —

- Karpoor (A. N.) — Processo de sulfitação do açúcar branco na India — (resumo) Pág. 239
- Kreisinger (Henry) — A combustão de materiais lenhosos Pág. 195

— L —

- Lamborn (Ody H.) — O açúcar americano enfrenta uma nova crise Pág. 75
- Lamborn (& Company) — Consumo mundial de açúcar — (resumo) Pág. 109
- Lamborn (& Company) — A situação açucareira mundial Pág. 439
- Lamego (Alberto) — Depois da malograda colonização da sua capitania, qual o destino de Pero de Goes? Pág. 45
- Lamego (Alberto) — O ciclo do açúcar de Campos Pág. 340
- Leão (Manuel) — O financiamento da entre-safra, aos banqueiros, em

- Pernambuco — (parecer) Pág. 251
 Licht (F. O.) — Area beterrabeira da Europa para o ano agrícola 1940-41 Pág. 44
 Licht (F. O.) — Perspectiva da safra açucareira européia — (estimativa) Pág. 252

— M —

- Magalhães (Agamenon) — Mais um milagre do feixe de varas Pág. 95
 Magalhães (Agamenon) — A Distilaria do Cabo Pág. 214
 Magalhães (Agamenon) — Aspectos açucareiros de Pernambuco Pág. 292
 Magalhães (Agamenon) — Belo exemplo de organização Pág. 410
 Magalhães (Agamenon) — Alcool motor Pág. 517
 Martin (J. P.) — Causas determinantes da morte das canas — (resumo) ... Pág. 381
 Martraire (M.) — A influencia da inversão parcial da sacarose dos caldos de beterraba sobre a marcha da fermentação — (resumo) Pág. 114
 McNulty (M. J.) — Filtração dos caldos de cana de açúcar — (resumo) Pág. 66
 Meade (J. P.) — O uso do ácido fosfórico na fabricação do açúcar de cana — (resumo) Pág. 29
 Melo (Mario) — Ontem, hoje e amanhã Pág. 272
 Menendez Lees (Pedro) — Xaropes invertidos concentrados Pág. 127
 Menendez Lees (Pedro) — O Instituto do Açúcar e do Alcool do Brasil ... Pág. 215
 Michel — Relação entre a viscosidade e a supersaturação nas soluções industriais de açúcar — (resumo) Pág. 6
 Moir (W. W. G.) — Solos e adubos — (conclusão) Pág. 62

— N —

- Nogueira (Paulo A.) — A questão do extra-limite — (carta) Pág. 359

— P —

- Pereira da Costa (F. A.) — Origens históricas da industria açucareira de Pernambuco — (continuação) Pág. 53
 Pereira da Costa (F. A.) — Origens históricas da industria açucareira de Pernambuco — (continuação) Pág. 138
 Pereira da Costa (F. A.) — Origens históricas da industria açucareira de Pernambuco — (conclusão) Pág. 293
 Pereira de Lira (Salvador) — Uma variedade paulista de cana de açúcar — (carta) Pág. 346
 Pikel (D. Bento) — As pragas que perseguem o agricultor Pág. 247
 Pikel (D. Bento) — As pragas que perseguem o agricultor Pág. 427
 Pimentel (J. G. Alves) — O problema da decantação Pág. 347
 Pinheiro (Breno) — Dois livros sobre o açúcar Pág. 131

- Przeworski (Roman A.) — A industria açucareira da Polonia — (entrevista) Pág. 380

— R —

- Renner — Poder adoçante do açúcar — (resumo) Pág. 12
 Rosenfeld (A. H.) — Emprego da olhadura da cana como semente Pág. 81

— S —

- Sales (Apolonio) — Canaviais a irrigar Pág. 518
 Saraiva (Oscar) — Autarquias no direito público brasileiro Pág. 330
 Schneider (dr. Joseph Z.) — O açúcar na dieta Pág. 343
 Siderski (D.) — O centenario do primeiro polarimetro Pág. 115
 Sobrinho (Barbosa Lima) — A situação dos extra-limites — (proposta) Pág. 233
 Sobrinho (Barbosa Lima) — Discurso na "Distilaria Central Presidente Vargas" Pág. 361

— T —

- Torres (Vasconcelos) — Sub-alimentação dos operarios que trabalham em usinas de açúcar Pág. 78
 Torres (Vasconcelos) — Latifundios açucareiros no Brasil Pág. 322
 Tromp (L. A.) — Compressão da cana de açúcar nas moendas — (resumo) Pág. 83

— V —

- Veríssimo, (Inacio José) — Carta ao sr. Gileno Dé Carli Pág. 133
 Vieira (Ademar) — Por que os refinadores impugnam o recebimento dos cristais molhados? Pág. 231

— W —

- Waddell (Colin W.) — Progride a industria do açúcar na Australia ... Pág. 324
 Wallerstein (Leo) — Da preparação de um enzima — (resumo) Pág. 97
 Watson (Francisco) — Limitação e excesso de produção de açúcar Pág. 411
 Weyrauch (Wolfgang) — Parasitas da broca da cana no Perú Pág. 323
 Willcox (O. W.) — Pode a industria dirigir-se a si mesma? — capítulo VII — O contingentamento na Polonia Pág. 30
 Willcox (O. W.) — Pode a industria dirigir-se a si mesma? — capítulo VIII — O contingentamento na Alemanha Pág. 117
 Willcox (O. W.) — Pode a industria dirigir-se a si mesma? — capítulo VIII — (continuação) — O contingentamento na Alemanha Pág. 224
 Willcox (O. W.) — Pode a industria dirigir-se a si mesma? — capítulo IX — O contingentamento na Italia Pág. 273

- Willcox (O. W.) — Pode a industria
dirigir-se a si mesma? — capítulo
X — O contingentamento na França Pág. 382
- Willcox (O. W.) — Pode a industria
dirigir-se a si mesma? — capítulo
XI — O contingentamento na Espanha Pág. 510
- Wilson (Charles Morrow) — Cuba, o
açucareiro do mundo Pág. 414

— Y —

- Yuen (Q. H.) — Análise da folha da
cana e adubação — (resumo) Pág. 58

EXPERIENCIAS NA LUISIANA

Como se sabe, a industria açucareira da Luisiana tem sido, nos últimos anos, seriamente prejudicada pela incidencia de molestias nos seus campos canavieiros e o meio a que ali se recorreu para combater as pragas foi a substituição das variedades cultivadas. O primeiro esforço nesse sentido — informa "The International Sugar Journal" — se orientou para a descoberta, entre as canas importadas, de uma que fosse capaz de resistir às mais perniciosas doenças que então devastavam os canaviais e ao mesmo tempo se adaptasse às condições do meio local. As canas POJ primeiro e as variedades Co depois satisfizeram as exigencias dos plantadores. Esse foi, todavia, um primeiro passo. As condições do meio nos Estados Unidos diferem notavelmente das de Java, especialmente no que se refere às temperaturas durante as estações, ao passo que as da India, embora menos divergentes a esse respeito, acusam tambem marcadas diferenças. Os técnicos norte-americanos convenceram-se diante disso que seria mais proveitoso praticar a hibridação "in-loco" e os resultados que vêm obtendo, a partir de 1936, demonstram a justeza desse ponto de vista. As variedades POJ anteriormente cultivadas, não podem, em quaisquer condições, competir com as mais recentes introduções das series CP, o mesmo acontecendo com as variedades Co.

Outras informações sobre o assunto encontram-se — diz a aludidade revista — numa circular do Ministerio da Agricultura dos Estados Unidos, na qual se registram os resultados obtidos com as duas variedades remanescentes das series Co, a saber, Co 281 e Co 290, que foram os primeiros elementos constitutivos das series CP, CP 807, CP 28/11 e CP 28/19 e com estes são comparados os mais recentes seedlings CP 29/116 e 29/320. Como indicação da complexidade da origem de varios dos mais recentes seedlings, que estão sendo cultivados em escala comercial, é de interesse fixar a origem daquelas a que nos referimos acima. CP 29/320 contem no seu "pedigree" três canas nobres: Ashy Mauritius, Black Cheribon e D 74, e mais Chunnee (S. Barberi) e uma forma indiana de S. spontaneum. CP 29/116 tem uma origem ainda mais complexa, contendo nada menos de cinco canas nobres — Lahaina, Fiji,

Bandjarmasin Hitam, Loethers e Black Cheribon, Chunnee e duas variedades de S. spontaneum, uma javanesa e outra indiana.

Das experiencias feitas, segundo a referida circular, verificou-se que o cultivo da variedade Co 281 importa em sacrificio do rendimento de açúcar por acre. Co 290 continuou a apresentar os mais altos rendimentos; não se aconselha todavia o seu cultivo em larga escala, por ser suscetível à geada e ainda porque amadurece rapidamente. CP 28/19 amadurece satisfatoriamente, mas o seu rendimento acusa um declinio progressivo em relação a Co 281. CP 29/320 é um pouco inferior a CP 28/19 em rendimento, de açúcar por tonelada de cana, mas ultrapassou esta última variedade por mais de 650 libras de açúcar por acre; amadurece cedo e pode ser considerada como uma possivel substituta para CP 28/19, a despeito de não ser muito resistente à ação do vento. CP 29/116 é superior a Co 290 em rendimento de cana, mas sempre inferior quando comparada na base do rendimento de açúcar por acre.

Entre as variedades mais novas, CP 29/99 e CP 29/131 ultrapassaram Co 281 em rendimento de cana e de açúcar por acre, mas foram inferiores em rendimento de açúcar por tonelada de cana. Essas variedades não foram submetidas a experiencias severas, de sorte que não é possivel determinar o seu justo valor.

Tinta para caneta tinteiro?

Só "SARDINHA"!!!

A única que não entope as
canetas

Fabricantes :

J. A. Sardinha, Suces.

Rua do Senado, 218

Rio de Janeiro

A defesa da produção açucareira

(2ª edição)

pelo

dr. Leonardo Truda

Preço	12\$000
Pelo Correio	12\$700

A venda no Instituto do Açúcar e do Alcool

Historia contemporanea do açucar no Brasil

Preço	10\$000
Pelo Correio	10\$600

Aspectos açucareiros de Pernambuco

Preço	8\$000
Pelo Correio	8\$600

por Gileno Dé Carli

A venda no Instituto do Açúcar e do Alcool

BRASIL AÇUCAREIRO

ORGÃO OFICIAL DO INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

Registrado com o n.º 7.626, em 17-10-934, no 3.º Ofício do Registro de
Títulos e Documentos

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA GENERAL CAMARA N. 19
7.º AND. - S. 12

TELEFONE: 23-6252 — CAIXA POSTAL, 420

OFICINAS — RUA MAYRINK VEIGA, 22 — TELEFONE 23-3990

DIRETOR — Miguel Costa Filho
Redator principal — Joaquim de Melo
Redatores — Gileno Dé Carli, Teodoro Cabral, José Leite e Renato Vieira de
Melo

Assinatura (anual), para o Brasil	25\$000
Assinatura (anual), para o exterior	35\$000
Número avulso.	3\$000

Acham-se esgotados, para venda avulsa, as números de marca, abril e maio
de 1934, abril e junho de 1935 e janeiro e março de 1936.

Vendem-se, porém, coleções desde a 3.º volume, solidamente encadernadas,
por semestres.

As remessas de valores, vales postais, etc., devem ser feitas ao Instituto do
Açúcar e do Alcool e não a BRASIL AÇUCAREIRO ou nomes individuais.

ANUNCIOS:

1	Página.	400\$000
1/2	”	200\$000
1/4	”	100\$000

Os anuncios cam calocaçãa determinada pagarãa mais 20%.
Os recibos sã serão vãlidos quando assinadas pela diretar.
Agentes de publicidade : Pernambuco — **Otãvio de Moraes** ;
Porta Alegre — **Heitor Porto & Cia** .

Representante para as Repúblicas Argentina e da Uruguai :
Gaston T. G. DE MOL — Caixa Postal 793 - BUENOS AIRES.

ANUARIO

AÇUCAREIRO

DE 1935, 1936, 1937, 1938, 1939 E 1940

PREÇO DO EXEMPLAR

brochura - 10\$000

encadernado - 20\$000

ANUNCIOS:

Página a cores. 1:000\$000
Página de cor preta. 600\$000

A' venda nas Delegacias Regionais do Instituto do Açúcar e do Alcool nos Estados da Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Baía, Rio de Janeiro (Campos), São Paulo, Minas

Gerais e na sede :

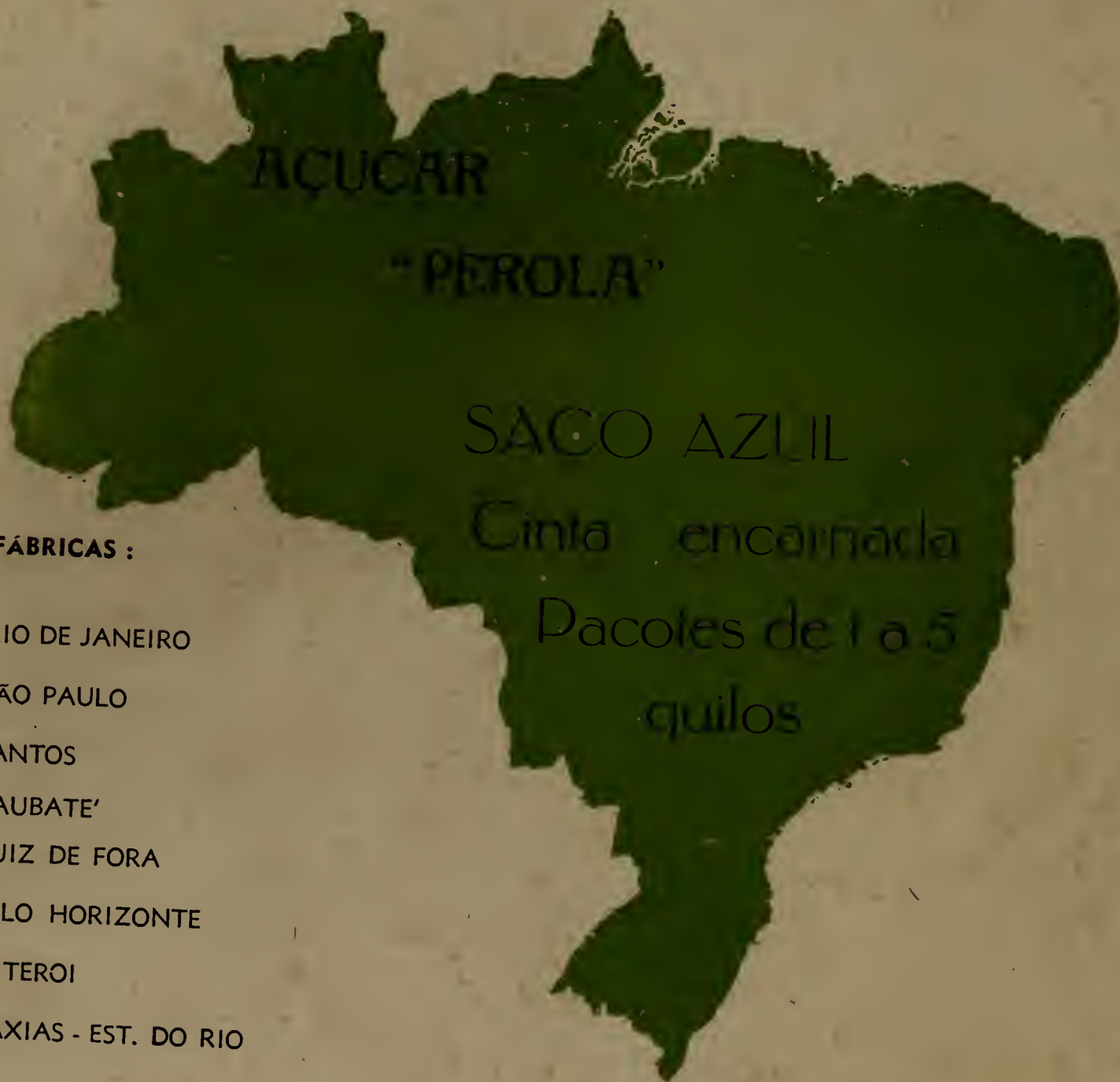
Secção de Publicidade

RUA GENERAL CAMARA, 19-7.º and.—s. 12

Tel. 23-6252 — Caixa Postal 420

DISTRITO FEDERAL

Companhia Usinas Nacionais



FÁBRICAS :

RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO
SANTOS
TAUBATE'
JUIZ DE FORA
BELO HORIZONTE
NITEROI
CAXIAS - EST. DO RIO

SEDE:

**RUA PEDRO ALVES, 319
TELEGRAMAS "USINAS"
TELEFONE 43-4830
RIO DE JANEIRO**

